

**CARLOS EDUARDO SELL**

**ONGs: TRABALHO DE BASE OU FORMAÇÃO DE REDES?**

**Um olhar sobre o CEDEP**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dra. Ilse Scherer-Warren

**FLORIANÓPOLIS**

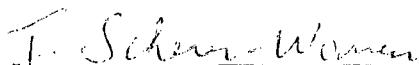
**1997**

**ONGs: Trabalho de Base ou Formação de Redes?**

**Um Olhar sobre o CEDEP.**

Carlos Eduardo Sell

Esta Dissertação foi julgada e aprovada  
em sua forma final pela Orientadora e  
Membros da Banca Examinadora,  
composta pelos Professores:



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren  
Orientadora



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sérgio Costa  
Membro



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Leonardo Avritzer  
Membro

Florianópolis, dezembro de 1997.

## AGRADECIMENTOS

Tal como tantas das redes construídas em nosso dia-a-dia, este trabalho é fruto de muitas mãos. Na diversidade de suas contribuições, cada uma dessas mãos ajudou a compor as teias desta pesquisa. Dos laços contruídos, eu não poderia deixar de dar minha palavra de agradecimento às seguintes pessoas.

A ti, eterno parceiro dos pobres, que nos caminhos da história nos prometeste o reino definitivo, que alimentamos com a chama da esperança.

Aos meus pais e irmãos, que sempre me apoiaram em minhas escolhas e me incentivaram nos caminhos escolhidos. Para vocês o meu agradecimento mais nobre e a certeza do meu carinho e de meu eterno amor.

Aos amigos da FEBE, pelo incentivo em fazer o mestrado e pela paciência em poder vê-lo concluído. A amizade de vocês foi fundamental para prosseguir.

A professora Márcia Grisoti, pelos primeiros passos na elaboração do projeto de ingresso no mestrado.

A Lúcia Hulse e a Everson Feüser, que me receberam em Florianópolis com sua acolhida e sua generosidade.

Aos meus colegas de mestrado. Juntos construímos uma turma amiga e solidária. Juntos, aprendemos a construir o conhecimento.

A Domingos, Marlene e Siomara. Amigos especiais, de quem pude colher sempre preciosas idéias e a ajuda para concluir meu trabalho.

Aos alunos do 7o período de ciências sociais da UFSC do ano de 1997, que na disciplina de “movimentos sociais” me ajudaram a ser professor e amigo. Em especial a Marilise, Ana, Sandra, José Roberto e Marivone

Ao professor Dr. Pe. Nestor Adolfo Eckert, pela generosidade na leitura e na correção ortográfica do texto.

Aos professores do curso de mestrado em sociologia política da UFSC, que com toda dedicação se empenham na formação do saber científico. A eles devo a paixão por esta ciência e o desejo de seguir seus passos.

A secretaria do programa de pós-graduação, especialmente a Fátima e a Albertina, pela sua sempre prestimosa orientação.

Aos membros do núcleo de estudos em movimentos sociais, da UFSC, pela colaboração e atenção no fornecimento de materiais.

Além disso, gostaria de fazer dois agradecimentos muito especiais.

Em primeiro lugar, aos membros do CEDEP. Juntos, eles vivem o sonho de uma sociedade emancipada, onde o homem possa ser mais feliz. Unidos, eles procuram realizar este sonho. Esta história, é parte da vida de vocês! Escrevê-la, foi beber um pouco deste belo ideal e unir-me a vocês no caminho. Ao Wilson, Isabel, César, Ionara, Roberto, Ana Márcia e a todos os membros do CEDEP o meu mais sincero agradecimento.

E de modo muito especial, gostaria de agradecer a professora Ilse Scherer-Warren. Em primeiro lugar, pela sua disponibilidade na orientação desta pesquisa. Mas especialmente pela sua amizade e abertura. Foi ela que me proporcionou a feliz oportunidade de compartilharmos a condução de uma disciplina (movimentos sociais) no curso de graduação em ciências sociais.

## DEDICATÓRIA

**Ofereço esta dissertação para o LUCAS! Enquanto esta dissertação era feita, você nasceu. E em cada sorriso seu, minha vida foi tomando um novo significado. Em cada um de seus passos, fui refazendo meus próprios passos, e descobrindo a alegria de caminhar junto com você. Juntos, esperamos viver a aventura da vida, o sabor da amizade e a felicidade que só o verdadeiro amor proporciona.**

## RESUMO

A presente dissertação é fruto do estudo de caso de uma ONG (Organização Não-Governamental) da cidade de Florianópolis: o CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular). Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal a análise dos padrões de ação política desta ONG.

Fundada em 1987, a partir do iniciativa de setores da igreja católica, esta ONG participa ativamente da vida política da cidade de Florianópolis, dando sustentação ao chamado “movimento dos sem-teto”.

No ano de 1992, a ONG re-organiza suas atividades através de “setores” de trabalho, e inicia a construção de uma nova estratégia de inserção na realidade política de Florianópolis: a prática política de redes.

Neste estudo, busca-se acompanhar a trajetória desta entidade. Através de uma análise documental, completada com algumas entrevistas, objetiva-se destacar as mudanças políticas ocorridas no CEDEP e a continuidade de padrões históricos construídos pela entidade em seu período anterior (basimo político).

Deste modo, desejamos lançar algumas pistas para o entendimento das mudanças ocorridas com os atores da sociedade civil brasileira, em relação ao cenário político da década de 90.

## ABSTRACT

This paper is the result of a study about NGO (Non Governmental Organization) of Florianopolis City. The CEDEP (Center of educational and popular teaching). Therefore, the main purpose of this paper is the standard analysis of political actions of this NGO.

It was founded in 1987, from some sections initiative of catholic church, this NGO takes part actively of political life of Florianopolis city, giving support to the "homeless movement".

In 1992, the NGO reorganizes its activities working out sections and it starts the elaborations of a new insertion of strategy on political reality of Florianopolis: the practice of network political.

In this study, it tries to follow this corporation trajectory. By a documental analysis, completed with some interwies, it aims to point out the political changes occurred in CEDEP and the conitiniuy of historical patterns organized by NGO in its previous period.

Thus, we want to spread out some clues for understandig of brazilian civil society regarding the political view in the 90's.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	03
<b>DEDICATÓRIA</b> .....	05
<b>RESUMO</b> .....	06
<b>ABSTRACT</b> .....	07
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I. AS REDES DA SOCIEDADE CIVIL</b> .....	19
1.1. Sociedade civil .....	20
1.1.1. Definição do conceito .....	21
1.1.2. Espaço público .....	33
1.2. Redes: teoria e estratégia .....	38
1.2.1. Princípio de organização .....	39
1.2.2. Categoria analítica .....	42
1.2.3. Instrumento de pesquisa .....	46
<b>CAPÍTULO II. AS ONGS NA REDE DE MOVIMENTOS</b> .....	53
2.1. Conceitos e características .....	54
2.2. Trajetória histórica .....	63
2.2.1. Origens .....	64
2.2.2. Consolidação .....	67
2.3. Prática política .....	69
2.3.1. Prática política basista .....	69
2.3.2. Prática política de redes .....	72



2.4. Tecendo os nós da rede .....	75
2.4.1. Nas tramas da sociedade civil .....	76
2.4.2. Um novo laço com o estado .....	80
2.4.3. Redes transnacionais .....	85
2.4.4. Construindo cidadania .....	91
<b>CAPÍTULO III. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CEDEP .....</b>	<b>98</b>
3.1. As redes sociais da igreja popular .....	98
3.1.1. A emergência da sociedade civil .....	99
3.2.2. O CEDEP em sua fase basista .....	102
3.2. Construindo a sociedade civil .....	105
3.2.1. Linhas de trabalho .....	108
3.3.3. Em busca de uma nova prática .....	116
<b>CAPÍTULO IV. ENTRE O POVO E A CIDADE .....</b>	<b>125</b>
4.1. Novos padrões de ação coletiva .....	126
4.1.1. A troca inter-cultural e a educação para a paz .....	127
4.1.2. Redes de parceria local .....	132
4.1.3. Redes de comunidades .....	137
4.1.4. Organizando a participação .....	145
4.2. Os limites da renovação .....	155
4.2.1. Dimensão estrutural .....	155
4.2.2. Redes submersas .....	161
4.2.3. Dimensão política .....	166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>171</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>185</b>
<b>LISTA DE DOCUMENTOS .....</b>	<b>203</b>

## INTRODUÇÃO

*“ A exposição segue o  
caminho inverso da  
investigação ” (Karl Marx)*

Ao escolhermos para o leitor as palavras que introduzem esta dissertação, logo nos surgiu à mente a famosa reflexão de Marx, no início do *Capital*. Naquele texto, Marx nos lembra que se o trabalho de análise e de investigação for feito adequadamente, “ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori” (1994, p.16). Talvez, entre outras coisas, Marx quisesse nos lembrar que toda pesquisa tem a sua história. Compreender esta história pode ser vital para entender os seus resultados.

A presente dissertação não é diferente. Fruto de pesquisa de mestrado desenvolvida pelo autor entre os anos de 1996 e de 1997, o presente texto tem como tema de sua história, o estudo de caso dos padrões de ação política de uma ONG (Organização Não-Governamental) da cidade de Florianópolis. Porém, antes que esta exposição chegasse ao seu fim, sua investigação percorreu uma longa trajetória. Longe de ser uma construção a priori, a história deste tema está ligada às próprias preocupações pessoais do autor, e sofreu durante o período de mestrado importantes modificações.

Quando chegamos a Florianópolis para iniciar o mestrado (em 1995), tínhamos em mente uma pesquisa em torno das Comunidades Eclesiais de Base<sup>1</sup> (CEBs) da cidade de

---

<sup>1</sup> O leitor que desejar aprofundar o assunto, poderá achar uma definição analítica das CEBs no trabalho de Frei BETTO. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: brasilense, 1981. Para um estudo em

Florianópolis. Em nosso pensamento, figurava a seguinte indagação. Afinal, por que o trabalho sócio-político desenvolvido pela igreja católica a partir das CEBs apresentava sinais de declínio? Quais os motivos que estariam engendrando o esgotamento deste tipo de trabalho, seja na igreja, seja na sociedade?

Foi a partir desta preocupação inicial que esta dissertação nasceu. Porém, ao longo do tempo, nossas preocupações foram se remodelando. Hoje, lembrando os passos dados, dois fatores parecem ter contribuído na mudança de seus rumos.

O primeiro é de caráter teórico. Ao adentrar em uma das linhas de pesquisa da pós-graduação desta universidade (UFSC), pude tomar contato com o andamento da pesquisa empírica e da reflexão teórica acerca dos movimentos sociais. E aqui, a conclusão de muitos autores parecia não ser diferente de minhas considerações pessoais.

Assim, de acordo com as premissas dessas análises, a década de 90 seria explicada a partir de um duplo processo: o final do processo de reconstrução do Estado democrático, (ou dos mecanismos de representação democrático-liberais) e o início das reformas neoliberais. Neste contexto, a temática e a própria realidade dos movimentos sociais no Brasil estariam em fase de crise e de resfriamento. Para estes autores, passado o momento da transição democrática, os mecanismos formais de representação política (especialmente as eleições e os partidos políticos) retomariam sua função no cenário político, e o otimismo teórico em torno dos movimentos sociais seria substituído pela necessidade de sua institucionalização.

Parecia a luva certa para resolver o problema que me propunha. O declínio das CEBs estava explicado! Bastaria apenas uma pesquisa empírica para verificar como este processo teria ocorrido em Florianópolis. Todavia, no programa do mestrado predominava uma linha de pesquisa que adotava uma perspectiva diversa em torno da

---

perspectiva histórica ver TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das ceps no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Paulinas. 1988.

questão dos movimentos sociais. A preocupação desta vertente não estava em constatar o refluxo dos movimentos sociais ou mesmo seu aparente declínio.

Assim, outras pesquisas buscaram enfatizar que a mudança de conjuntura política da década de 90, trouxe também uma mudança na forma de agir dos movimentos sociais. Portanto, mais do que “constatar” seu aparente declínio ou esquecimento, faz-se necessário renovar as lentes sociológicas para entender a nova realidade dos movimentos sociais.

Dentre estas abordagens, a teoria das redes de movimentos, figurava entre aquelas propostas que se propunham, conforme as palavras da Scherer-Warren (1993, p. 21), “a partir da avaliação crítica das interpretações anteriores, (...) encaminhar novas perspectivas de estudo dos movimentos sociais para os anos 90”.

Deste modo, quando minhas convicções teóricas já estavam mais do que abaladas, um segundo fator acabou contribuindo para a mudança do tema da pesquisa. Ao buscar tomar contato com meu objeto empírico” - as Comunidades Eclesiais de Base - pude constatar que este tipo de trabalho havia mudado enormemente. Em vez de religiosos “inseridos” na favela, a partir da mística “opção preferencial pelos pobres”, lutando pela “libertação” e por “um novo modo de ser igreja”, o que eu descobri foi uma entidade: o Centro de Educação e Evangelização Popular - o CEDEP.

Até aquele momento, a ação política dos setores progressistas da igreja católica, em Florianópolis, já tinha sido largamente explorada em pesquisas anteriores. Porém, o CEDEP permanecia desconhecido enquanto objeto de pesquisa. Ao contrário, é em torno do CAPROM (Centro de Apoio e Promoção do Migrante) e do “movimento dos sem teto” que tinham gravitado a atenção dos pesquisadores. Ainda que tenham sido fundados no mesmo ano (1987), o CAPROM acaba desaparecendo, dando lugar as atividades do CEDEP. Ora, o que os diferentes rumos destas duas entidades pareciam sugerir é a inversão da pergunta que eu me fazia em relação às CEBs. Não é o declínio a

questão a explicar. É em torno das mudanças ou das novas perspectivas tomadas pelos atores da sociedade civil que meu trabalho deveria concentrar-se.

A partir deste momento, a ação política do CEDEP passa a ser o tema central da nossa pesquisa. Embora estivesse historicamente ligada à igreja popular, o CEDEP definia-se enquanto Organização Não-Governamental e não mais como organismo da igreja católica. Além disso, exercia um trabalho de fortalecimento da sociedade civil e construção da cidadania, e não mais a tão célebre pastoral popular. Um discurso diferente, que sugeria uma nova prática! Mas, afinal, o que havia mudado? Como explicar os rumos desta mudança? Para onde elas se encaminhavam? Eis agora as novas questões da pesquisa.

Formulado o problema, tornou-se então necessário construir os referenciais teóricos capazes de nos guiar em nossa pesquisa. E para entender todo este processo, o principal recurso teórico desta pesquisa será a categoria analítica de redes, especialmente conforme formulados nos textos de Scherer-Warren. Para a autora, a mudança das ONGs na década de 90 está justamente em transitarem de uma prática política voltada para suas bases à uma prática política de redes. Para a análise dessas diferentes estratégias políticas, a autora constrói as categorias de redes sociais e redes de movimentos. Enquanto as “redes sociais” são construídas em torno de objetivos mais imediatos, as “redes de movimentos” referem-se a articulações mais amplas, enquanto interações horizontais e práticas sócio-políticas pouco formalizadas, entre atores da sociedade civil que se unem em torno de causas e projetos comuns.

A partir dessas premissas analíticas, o objetivo primordial da presente pesquisa será verificar a dinâmica pelo qual se dá no CEDEP a transformação de uma prática política basista (voltada especialmente para seu público-alvo) e a construção de uma prática política de redes (voltada para a articulação com outros atores da sociedade civil), evidenciando os limites, bem como as novas dinâmicas construídas neste processo.

Tendo como objeto de estudo uma Organização Não-Governamental da cidade de Florianópolis, o tema desta pesquisa não constitui propriamente uma “grande” novidade. Adquirindo grande visibilidade pública, especialmente após a realização da chamada “ECO-92”, boa parte das pesquisas e dissertações dedicadas a essas entidades, têm estado atentas em identificar suas características e definir sua identidade. O principal fator a motivar essas pesquisas é a abrangência que o termo “não-governamental” comporta em termos de referências empíricas. Esta discussão, por sua vez, tem buscado no próprio discurso (ou na representação social) das entidades os elementos de sua definição. É no decorrer de sua própria história que as ONGs constroem sua identidade e auto-delimitam as características que informam o campo dessas entidades.

Situando-se neste debate, a presente dissertação pretende avançar sobre um aspecto que tem estado apenas latente nos trabalhos até agora conhecidos. Tomando como base o estudo de caso do CEDEP, busca-se analisar as modalidades ou padrões de ação política construídos por esta ONG no decorrer de sua trajetória histórica.

Portanto, não é o tema da identidade desta ONG que nos interessa primordialmente, nem tanto a matriz discursiva que orienta suas ações. Ambos os elementos são utilizados e valorizados nesta pesquisa, mas para entender outro aspecto, qual seja, quais são as estratégias políticas adotadas por esta ONG em sua inserção no espaço político local. É a partir deste eixo que os dois elementos são recuperados nesta pesquisa.

De fato, acompanhando as atividades do CEDEP, pode-se perceber que essa ONG demonstra em sua trajetória uma mudança de estratégia em relação a sua presença no espaço público local de Florianópolis. De uma entidade voltada especialmente para a preocupação com seu público-alvo, as chamadas “comunidades de periferia”, a entidade tem demonstrado em seus discursos a preocupação de interligar-se com outros atores da sociedade civil. Em nossa pesquisa, procuramos investigar de que modo, efetivamente, a mudança discursiva do CEDEP implica em uma renovação de seu agir político.

Traçado o objetivo, e de posse dos recursos teóricos com o qual nos propusemos a abordar nosso objeto de pesquisa, tratava-se então de escolher os caminhos que nos levassem à meta almejada. Como adentrar nas diversas tramas do CEDEP? Como “enredar-se” em seus fios, mas sem perder o fio da meada? Afinal, onde os fios se encontram e a rede se forma? Eis o desafio! Que tipo de metodologia poderia nos encaminhar neste sentido?

Nosso primeiro traçado consistiu em acompanhar algumas atividades coletivas do CEDEP. Assim, procuramos observar algumas das suas reuniões e de seus encontros coletivos. Neles, problemas, temas e desafios do presente apareciam mesclados com a experiência do passado e nos forneciam o estímulo para entender a história e as características da entidade.

Com as questões e dúvidas “na cabeça”, procuramos “vasculhar” os materiais da ONG. Entre arquivos, pastas, relatórios e papéis, sua história foi aparecendo e junto com ela os seus modos de pensar e, principalmente, de agir.

Finalmente, um terceiro grande guia foram as entrevistas feitas com alguns membros da entidade. A escolha dos entrevistados foi feita de modo intencional, levando em consideração as dúvidas do pesquisador e as pessoas que poderiam solucioná-las. De modo geral, foram priorizadas aquelas pessoas que exerciam o papel de liderança na entidade (presidente, secretário, etc.) e as pessoas responsáveis pelo andamento dos “setores de trabalho” do CEDEP.

Apesar da riqueza dessas entrevistas, acabamos não optando por fazer registros escritos e uma análise de conteúdo das falas de seus membros. Boa parte das concepções e representações da entidade aparecem em seus documentos e aparecem retratados nesta pesquisa. Neste sentido, o Livro de Atas da ONG acabou sendo o nosso principal guia. Porém, nossas “conversas” com os membros da ONG, talvez mais do que a análise dos

seus documentos, foram fundamentais para acompanhar as “linhas” do CEDEP e suas diversas redes, que são apresentados em nosso último capítulo.

Por fim, os resultados de nossa pesquisa são apresentados da seguinte forma. O primeiro capítulo será dedicado à explicitação da categoria analítica de redes. Primeiramente, apresenta-se o conceito de sociedade civil e de espaço público, no intuito de fornecer um quadro teórico e normativo no qual o conceito de redes possa ser ancorado. Assim, utilizando-nos do conceito de sociedade civil, argumentamos que a articulação ou as redes formadas pelos atores da sociedade civil, aparecem como sendo uma nova forma de inserção desses atores no espaço público.

Ainda no primeiro capítulo, distingue-se a categoria de redes de acordo com os três significados em que ela será utilizada nesta pesquisa: como estratégia política, categoria analítica e como instrumento de pesquisa. Primeiramente, demonstramos que o formato de organização em redes está presente não só nos movimentos sociais, mas em diferentes âmbitos da realidade social. Após, examinamos os autores que têm feito uso da categoria redes como conceito de análise dos atores coletivos. Com base nessas contribuições, sugerimos duas dinâmicas de redes entre os atores da sociedade civil: a dinâmica basista e a dinâmica de redes.

O segundo capítulo tem a preocupação de aplicar o conceito teórico de redes à realidade específica das ONGs. Após apresentarmos e discutirmos as definições e a história das ONGs, apresentam-se como concebemos (na forma de tipos ideais) as diferentes modalidades de ação das ONGs: a prática política basista e a prática política de redes. Finalmente, como nossa preocupação está voltada para a compreensão de como se dá no CEDEP a construção de uma prática política de redes, demonstramos algumas iniciativas concretas das ONGs, que apontam nesta direção.

O terceiro capítulo será dedicado à trajetória histórica do CEDEP. Nele, descrevemos como o CEDEP surge das redes sociais construídas pela igreja popular no



início da década de 80. Neste sentido, o CEDEP se auto-compreende como um centro de assessoria, tendo no movimento popular (em Florianópolis, especialmente o movimento coletivo em prol da moradia) e na organização das comunidades de periferia a sua razão de ser.

No entanto, a partir de 1992, esta entidade redefine seus estatutos e organiza suas atividades em forma de setores de trabalho. Analisando seus encontros de reflexão, pode-se perceber o esforço do CEDEP em redefinir sua inserção no espaço público local de Florianópolis, em busca de uma postura de articulação com outros setores da sociedade civil.

Mas, em que medida esta entidade tem conseguido superar os padrões de ação do momento anterior e redefinir sua ação em vista dos novos elementos da realidade política da década de 90? Para responder a esta questão, analisamos as relações do CEDEP com seus agentes financiadores, a sua interação com o poder público local, as suas relações com os outros atores da sociedade civil de Florianópolis, além de seu próprio público-alvo. Nessas interações, procuramos entender em que medida novas modalidades de ação podem ser percebidas, e em que medida elas indicam uma mudança efetiva de estratégia de inserção desta ONG no espaço público local.

Por outro lado, o peso da tradição histórica ainda parece exercer uma forte influência no CEDEP. Assim, na segunda parte do capítulo procuramos indicar alguns limites na renovação das práticas políticas da ONG. Nossa preocupação estará voltada, basicamente, em identificar alguns dos fatores ou dimensões que dificultaram as transformações da entidade.

Apresentados os resultados de nossa pesquisa empírica, esses dados serão avaliados à luz dos pressupostos teóricos que nos servem de referência. É o que procuramos apresentar em nossas considerações finais.

A trajetória do CEDEP, contada nestas linhas, é a história de pessoas que ainda apostam na possibilidade de uma sociedade justa, democrática e solidária. É a história de “indivíduos” que, em seus passos, assumem o desafio de serem “sujeitos de sua própria história”, pois, como diz Touraine (1994, p. 221):

*O Sujeito é o controle exercido sobre o vivido para que tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator que se insere nas relações sociais transformando-as, mas sem jamais identificar-se completamente com nenhum grupo, com nenhuma coletividade. Por que o ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais.*

## CAPÍTULO I

### AS REDES DA SOCIEDADE CIVIL

O objetivo do presente capítulo consiste em situar os marcos teóricos fundamentais, pelos quais se deseja compreender e explicar a dinâmica das transformações ocorridas na prática política do CEDEP, durante a década de 90.

Neste sentido, duas serão as preocupações básicas deste capítulo. Em primeiro lugar, fornecer, através do conceito de sociedade civil, um quadro “**normativo**” para situar a importância de se entender a ação política das ONGs na realidade social brasileira. E em segundo lugar, através do conceito de redes, fornecer um quadro “**metodológico**” capaz de nos explicar como se dá, no nível “**empírico**”, a inserção destas entidades na sociedade civil.

Para situar o CEDEP no campo da arena política, utilizaremos neste trabalho a concepção habermasiana de sociedade civil, conforme delineada por Cohen e Arato. Após delimitarmos nossa compreensão deste conceito, argumentamos que os esforços dos atores da sociedade civil na construção de um verdadeiro espaço público são fundamentais para a consolidação da democracia no Brasil.

Para entender a dinâmica de construção de articulações entre os diversos atores da sociedade civil (especialmente do CEDEP) no espaço público, o presente trabalho buscará recurso no uso da categoria analítica de “redes”. No entanto, como o conceito tem representado o modo como os próprios atores da sociedade civil designam as estratégias de articulação entre seus próprios organismos, é preciso distinguir o seu uso analítico do seu uso operacional, bem como delimitar os diferentes significados que o conceito adquire em cada um desses casos. É a tarefa a que nos propomos no segundo

momento deste capítulo, dedicado à explicitação dos diversos significados em que o conceito será utilizado nesta pesquisa.

### 1.1. SOCIEDADE CIVIL

O tema da democracia constitui sem dúvida, o grande desafio teórico e político da modernidade. Como desafio teórico constitui o eixo do debate na teoria política moderna, na busca de sua compreensão e de seu significado<sup>1</sup>. Como desafio prático constitui o investimento quase unânime (mas diferenciado em suas formas de compreensão e implementação) de praticamente todos os atores sociais e propostas ideológicas contemporâneas<sup>2</sup>.

Democracia é também o grande desafio teórico e político da sociedade brasileira. Terminado o processo de “transição democrática”, sugerem os analistas, é a “consolidação democrática” que constitui hoje o nosso maior desafio político, tanto em nível institucional quanto cultural. Quais os mecanismos institucionais necessários e capazes de aperfeiçoar as estruturas da sociedade política? Que tipo de representação social ou conjunto de valores ético-normativos são necessários para dar vida e fundamentos sólidos para instituições políticas formalmente democráticas? Eis os eixos estruturais do debate em torno da democratização da sociedade brasileira.

O presente trabalho parte da hipótese teórica e da convicção política de que o aprofundamento ou a consolidação da democracia (como valor e como prática social) é

---

<sup>1</sup>Dentre as várias obras publicadas no Brasil em relação à teoria democrática, pode-se citar: BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: vozes, 1996. Sartori, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: São Paulo: Ática, 1987 e WEFFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Cia das Letras, 1984.

<sup>2</sup>Sobre a questão das ideologias no mundo moderno, conferir os excelentes estudos de BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995. GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996. Em SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995 busca-se uma discussão adaptada à realidade brasileira.

Mas será a partir de **Hegel**, na obra *Princípios da Filosofia do Direito*, que o termo sociedade civil fixa o seu significado contemporâneo como estágio societário anterior ao Estado, legado que permanecerá em todos os seus desdobramentos posteriores.

O lugar deste conceito no esquema conceitual hegeliano é bastante complexo. Sempre fiel à sua tríade dialética, Hegel concebe a história universal em três momentos: idéia em si (momento do conceito), idéia fora de si (momento da natureza) e idéia que retorna a si (momento do espírito). A sociedade civil está localizada neste terceiro momento ao lado da família e do Estado, que fazem parte do espírito objetivo, no qual, segundo Hegel, se forma o “ethos” que realiza a vida política. Qual a função da sociedade civil ao lado da família e do Estado? De acordo com os intérpretes de Hegel, enquanto a família representa o lugar dos interesses privados e o Estado dos interesses públicos, a sociedade civil seria um espaço intermediário no qual os interesses das corporações oriundas do sistema de necessidades (no qual aparecem os estamentos ou classes) é regulado através da administração da justiça (pelo direito e tribunais). A antinomia entre os interesses privados (oriundos do sistema de necessidades e organizado nas corporações) e os interesses públicos (representado pela administração da justiça) seria superada dialeticamente no Estado<sup>3</sup>.

**Marx** costumava dizer que sua grande tarefa filosófica consistia em ter colocado Hegel em pé. Esta anedota, longe de simplificar o empreendimento marxiano, revela o quanto Marx é devedor em seu pensamento dos esquemas conceituais hegelianos, inclusive no que tange ao conceito de sociedade civil. No clássico texto da *Ideologia Alemã* (1993, p. 52-53) o autor cita textualmente Hegel ao afirmar que “*as relações*

---

<sup>3</sup>Arato (1994, p. 68). no artigo que dedica à teoria da sociedade civil em Hegel. discorda desta interpretação. Para ele, a dicotomia entre o interesse privado e o interesse público, não desaparece na instância do Estado. Por outro lado, também existe a presença do Estado na sociedade civil (através da administração e dos tribunais). Arato conclui então que a tendência “estatista” e “societária” do pensamento de Hegel está presente nos dois níveis (sociedade civil e estado). Sobre o conceito de sociedade civil em Hegel consultar ainda o interessante artigo de Restrepo (RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos

*jurídicas, bem como as formas do Estado (...) têm suas raízes nas condições materiais de existência em seu conjunto, condições estas que Hegel (grifo nosso) compreendia sob o nome de sociedade civil (grifo nosso), concluindo ainda que “esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história”.*

Qual a especificidade do conceito marxiano de sociedade civil em relação a Hegel? Segundo Bobbio, trata-se tanto de uma redução, quanto de uma ampliação do conceito. De acordo com o autor (idem, 1982, p.31) o conceito de Hegel seria:

*mais amplo porque, na sociedade civil, Hegel inclui não apenas a esfera das relações econômicas e a formação das classes, mas também a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo, ou seja, dois temas do direito público tradicional; mais restrito porque, no sistema tricotômico de Hegel (...) a sociedade civil constitui o momento intermediário entre a família e o Estado, e, portanto, não inclui (...) todas as relações e instituições pré-estatais, inclusive a família (como é o caso da tradição jusnaturalista e mesmo marxiana).*

Reduzido à esfera das relações econômicas, o conceito de sociedade civil passa novamente por uma mudança nas mãos de outro pensador marxista: **Antonio Gramsci** (1891-1936). O grande mérito de Gramsci consiste em, sem abandonar os pressupostos da teoria marxiana da política (que encontra suas determinações últimas na esfera econômica), ter desenvolvido a reflexão marxista acerca da superestrutura política através do que ficou conhecido como “teoria ampliada do estado”.

Profundamente envolvido nas lutas políticas de seu tempo, as atividades de Gramsci levam-no à conclusão de que a possibilidade de uma revolução no ocidente não pode ser pensada como uma determinação automática da realidade econômica (que Gramsci chama de maximalismo), como mostrou a revolução russa de 1917. Todavia, Gramsci também está profundamente consciente de que as condições para uma revolução no ocidente são profundamente diferentes da realidade russa.

É justamente neste contexto que emerge em Gramsci a sua teoria ampliada do estado. Para Gramsci, o estado no ocidente não pode ser resumido à sua dimensão repressiva, cristalizada nas instituições da sociedade política. O Estado supõe ainda o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia que compõem a sociedade civil, responsável pela formação do consenso que permite à classe no poder (ou que detém o poder de coerção) tornar-se também a classe hegemônica (possuindo também o poder de direção cultural). Em resumo, o estado para Gramsci pode ser considerado como ditadura + coerção ou sociedade política + sociedade civil.

De acordo com Bobbio (idem, p. 41), a novidade do conceito de sociedade civil de Gramsci em relação à tradição anterior, pode ser assim expressa<sup>4</sup>:

*o lugar verdadeiramente singular da sociedade civil no sistema conceitual gramsciano opera, portanto, não apenas uma, mas duas inversões com relação ao modo escolástico tradicional de entender o pensamento de Marx e Engels: a primeira consiste no privilégio concedido à superestrutura com relação à estrutura; a segunda, no privilégio atribuído, no âmbito da superestrutura, ao momento ideológico com relação ao institucional.*

Atualmente, dois fatores intimamente ligados, têm sido apontados como determinantes na recuperação do conceito de sociedade civil para a realidade contemporânea. O primeiro desses fatores é de ordem política e é representado pela reação de grupos sociais das sociedades do Leste europeu contra seus Estados autoritários; fenômeno que foi rapidamente associado à reação da sociedade ocidental à crise do Estado de Bem Estar e aos movimentos por democratização na América Latina. Do ponto de vista teórico, a re-emergência do conceito de sociedade civil, que se inspira na visão tri-partite proposta por Hegel e Gramsci, levou a uma revisão da distinção

<sup>4</sup>Coutinho (1989, p.73), na obra que dedica ao pensamento de Gramsci, discorda desta interpretação. Segundo o autor "Bobbio chega a uma falsa conclusão: como em Marx a sociedade civil (a base econômica) era o fator ontológico primário na explicação da história. Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci o leve a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológico-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da super-estrutura, precisamente a sociedade civil". Para Coutinho, "Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas apenas as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico"(idem, p. 74). Para

proposta por Marx entre sociedade civil e estado (que estaria na base do autoritarismo das sociedades do leste) e propiciou ainda uma aproximação deste conceito com outras vertentes teóricas não marxistas, como as correntes liberais (Tocqueville) ou mesmo “pós-marxistas”. Dentre os autores recentes dessas tendências, pertencentes a diferentes versões teóricas, pode-se citar, como exemplos, Michnik (1985), Keane (1988), Walzer (1991), Wolffe (1992), Calhoun (1993), Santos (1997), Alexander (1997) e especialmente Cohen e Arato (1992), sobre os quais nos deteremos em pormenores a seguir.

## **B) A SOCIEDADE CIVIL EM COHEN E ARATO**

A grande novidade do empreendimento teórico de Cohen e Arato consiste em formular um conceito de sociedade civil no interior de uma teoria social, que tem como referencial a distinção entre o mundo da vida e o sistema, formulada por Jurgen Habermas.

**Habermas** formula suas teses sobre a modernidade, retomando o diagnóstico da “crise da razão” elaborada pelos pensadores da escola de Frankfurt (Adorno e Horkheimer, principalmente); cujo ponto de partida são as reflexões de Marx a respeito da “coisificação” operada pelo capitalismo ou da “racionalização” (com a perda da liberdade e sentido) apontada por Max Weber

Todavia, de acordo com Habermas, as reflexões desses pensadores acabam em impasse por estarem presas no que ele chama de “paradigma da consciência” ou uma compreensão filosófica fundamentada na idéia de um pensador solitário que busca entender o mundo a sua volta, descobrindo as leis gerais que o governam. Como afirma Habermas: *“eu pretendo arguir que uma mudança de paradigma para o da teoria da*

---

maiores esclarecimentos à respeito das teorias de Gramsci vide ainda a obra de BUCI-GLUCKSMANN. Christiane. **Gramsci e o Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.



*ação comunicativa tornará possível um retorno à tarefa que foi interrrompida (grifo do autor) com a crítica da razão instrumental; e isto nos permitirá retomar as tarefas, desde então negligenciadas, de uma teoria crítica da sociedade.*<sup>5</sup>

Partindo desses pressupostos filosóficos, Habermas propõe um conceito de sociedade entendido simultaneamente como sistema e mundo da vida. Assim, do ponto de vista dos sujeitos atuantes, a sociedade é concebida como o mundo da vida de um grupo social, por outro lado "a perspectiva de um observador não envolvido, a sociedade só pode ser concebida como um sistema de ações tal que cada ação tem um significado funcional de acordo com sua contribuição para a manutenção do sistema".

O que diferencia estes complexos de ação, segundo Habermas, é que enquanto no mundo da vida a coordenação da ação é alcançada normativa ou comunicativamente, a integração sistêmica é obtida através de uma regulação não normativa das decisões individuais que vai além da consciência dos atores, através dos mecanismos auto-regulados como o mercado, ou a burocracia.

De acordo com Habermas, o mundo da vida, entendido como o contexto não problematizável, o pano de fundo que propicia os processos de se alcançar o entendimento é constituído por três componentes estruturais:

- cultura: entendida como o estoque de conhecimento do qual os atores se suprem de interpretações quando buscam a compreensão sobre algo no mundo;

- sociedade: entendida como as ordens legítimas através das quais os participantes regulam suas relações no grupo social;

---

<sup>5</sup> Sobre as relações entre Habermas e a escola de Frankfurt, veja-se o artigo de HADDAD, Fernando. "Habermas: herdeiro de Frankfurt?" in **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n. 48, 1997, p. 67-84.

- personalidade: entendida como as competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir, ou seja, de compor sua própria personalidade.

Habermas argumenta em sua obra que ao longo do processo societário ocorre uma “racionalização” do mundo da vida. Esta racionalização acontece pela diferenciação entre os componentes estruturais do mundo da vida - a cultura a sociedade e a personalidade - (que se achavam unificados através do mito) e por mudanças que ocorrem em cada uma dessas esferas separadamente. Assim, na esfera da cultura o saber sagrado vai sendo substituído por um saber especializado, fundamentado em pretensões de validade e baseado em razões; na esfera das relações societárias, legalidade e moralidade se separam entre si e se universalizam; enquanto na esfera individual aparece o individualismo com suas demandas por autonomia e auto-realização.

Por outro lado, analisando a trajetória histórica das formações sociais ocidentais ao longo de quatro fases (sociedades tribais igualitárias - sociedades tribais hierárquicas, sociedades de classes politicamente estratificadas e sociedades de classes), Habermas mostra que ao longo deste processo ocorre um aumento e “complexificação” dos mecanismos sistêmicos.

Assim, Habermas visualiza um processo de evolução social no qual a “racionalização”, por um lado, permite a libertação do potencial comunicativo do mundo da vida. Mas, por outro, aumenta as demandas feitas sobre o meio básico da linguagem cotidiana, o qual acaba sobrecarregado, sendo substituído por meios deslinguisticados - os meios poder e dinheiro - oriundos da esfera sistêmica, super-dinamizada pelo processo de complexificação. É isto que Habermas chama de cisão (ou desacoplamento) entre o sistema e o mundo da vida, que ele assim define:

*através dos meios dinheiro e poder, os subsistemas da economia e do estado são diferenciados fora de um complexo institucional estabelecido dentro do mundo da vida; surgem daí domínios de ação formalmente organizados (grifo do autor) que, em última análise, não são mais integrados através dos mecanismos de entendimento mútuo mas que se desviam dos contextos do mundo da vida e congelam-se num tipo de sociabilidade livre de normas.*

Chega-se então ao seguinte paradoxo: *a racionalização do mundo da vida torna possível a emergência e o crescimento de subsistemas cujos imperativos se voltam definitivamente contra o próprio mundo da vida*, ou seja, ocorre uma reificação das estruturas simbólicas do mundo da vida levada a efeito pelos imperativos sistêmicos que se tornaram auto-suficientes. A este processo de reificação Habermas denominou de colonização do mundo da vida.

É justamente pela amplitude da teoria habermasiana, na qual toda trajetória social do ocidente é repensada, que **Cohen e Arato** buscam um marco teórico no qual procuram elaborar um conceito de sociedade civil capaz de abranger a complexidade das sociedades contemporâneas. De acordo com os autores (1994, p.153) *“o conceito habermasiano de mundo da vida possui duas dimensões distintas que, uma vez diferenciadas e esclarecidas, nos permitem apontar o lugar exato da sociedade civil no modelo global”*.

A primeira dessas dimensões refere-se justamente ao mundo da vida e seus três componentes estruturais: a cultura, a sociedade e a personalidade. Partindo da diferenciação entre estas três esferas, Cohen e Arato apontam que são as instituições responsáveis pela transmissão da cultura, da integração social e da socialização *“as que melhor correspondem ao nosso conceito de sociedade civil”*(idem, p.154).

Todavia, asseveram Cohen e Arato, existe ainda um segundo aspecto a ser considerado. No mundo da vida modernizado, só podem existir instituições da sociedade civil *“onde exista garantia jurídica da reprodução das várias esferas na forma de um conjunto de direitos”*. (idem, p. 154). Assim, a sociedade civil só subsiste onde estão

assegurados os direitos de reprodução cultural (liberdade de pensamento, imprensa, comunicação e expressão); os direitos que garantem a integração social (liberdade de associação e reunião); e os direitos que protegem a socialização (proteção da privacidade, intimidade e inviolabilidade da pessoa). Os direitos, neste caso, não representam a penetração da lógica sistêmica no mundo da vida (ou “juridificação” na terminologia de Habermas) mas:

*surgem enquanto reivindicações de grupos ou indivíduos nos espaços públicos de uma sociedade civil emergente. Eles podem ser garantidos pela legalidade positiva, mas eles não são equivalentes à legalidade nem deriváveis desta última. No domínio dos direitos, a lei assegura o que foi alcançado por atores sociais autônomos na sociedade. Portanto, os direitos universais devem ser vistos enquanto princípio organizativo de uma sociedade civil cuja instituição dinâmica é a esfera pública.*

A sociedade civil, concluem então Cohen e Arato (idem, p.156), “*constitui uma dimensão do mundo da vida assegurada institucionalmente por um conjunto de direitos que a pressupõem, ao mesmo tempo em que a diferenciam das esferas da economia e do Estado*”.

Quais as vantagens e limites desta proposição teórica em relação às proposições anteriores? Visando responder a esta pergunta, os próprios autores procuram apontar alguns elementos novos que sua elaboração traria para a realidade contemporânea:

a) Em primeiro lugar, Cohen e Arato acentuam que nos marcos das teoria social de Habermas, a sociedade civil não fica restrita “*a uma versão de classe puramente individualista e privatizada da sociedade capitalista ou burguesa*” (como no âmbito do pensamento liberal ou marxista), nem presa à existência somente em sociedades tradicionais (como querem Parsons e Luhmann), pois é justamente a modernização cultural (ou seja, a diferenciação entre cultura, sociedade e personalidade) que permite uma relação reflexiva e crítica com a tradição (conforme demonstra a teoria social de Habermas);

b) Outro ganho teórico apontado pelos autores é que no marco da abordagem habermasiana, é possível pensar também na “negatividade” da sociedade civil. Esta negatividade é gerada pela reificação ou colonização do mundo da vida operada através dos mecanismos sistêmicos e na qual *“as instituições especializadas na socialização, na integração social e na transmissão da cultura são crescentemente funcionalizadas para servir aos mecanismos sistêmicos fora de controle e em expansão”* (idem, p. 162).

c) Todavia, apesar do fato da colonização do mundo da vida, a sociedade civil, insistem os autores, não pode ser reduzida à sua negatividade, pois *“na medida em que associações são transformadas em organizações burocráticas, novas formas de associação, igualitárias e democráticas, tendem a surgir”* (idem, p. 166). É na revitalização das associações voluntárias pelas formas coletivas abertas e internamente democráticas de vida pública que estariam as alternativas da sociedade civil, afirmam Cohen e Arato.

d) As formulações de Cohen e Arato permitiriam ainda um questionamento das utopias revolucionárias totalizadoras da atualidade por uma proposta de utopia imanente, autolimitada e autorreflexiva da sociedade civil. Ou seja, longe de postular a eliminação das esferas estatal e econômica pela sociedade, Cohen e Arato (sempre com base em Habermas) apontam para o projeto de uma democracia radical autolimitada entendida como *“preservação dos limites entre os diferentes subsistemas e o mundo da vida, junto com a preservação da influência das considerações normativas, baseadas nos imperativos para a reprodução do mundo da vida, em relação as esferas de ação organizadas formalmente”* (idem, p. 171).

e) Por fim, Cohen e Arato se preocupam ainda em apresentar alternativas políticas para a realização efetiva de um projeto social cujas bases estariam na percepção teórica oferecida por Habermas. Deste modo, eles criticam Habermas por limitar os movimentos da sociedade civil a meras reações defensivas à penetração da vida social pela economia e

pelo mercado<sup>6</sup>. Para Cohen e Arato “os movimentos são descritos enquanto fator dinâmico na criação e expansão dos espaços públicos da sociedade civil” (idem, p. 173), pelo qual as instituições da sociedade civil, através de públicos e associações societárias democratizadoras exercem o controle dos subsistemas do estado e do mercado. Os autores (idem, p. 179) concluem dizendo que:

*este esquema um pouco geral demonstra que a questão política consiste em como introduzir espaços públicos no Estado e nas instituições econômicas, sem abolir os mecanismos reguladores da ação estratégica e estabelecendo uma continuidade com uma rede de comunicação social composta de movimentos sociais, associações e esferas públicas.*

Sem perder a ênfase analítica, mas com uma preocupação mais voltada ao plano empírico-político, Arato (1995) mostra que o conceito de sociedade civil teve notável êxito para pensar ou mesmo orientar as lutas contra as ditaduras latino-americanas e a “abertura” do Leste europeu. Por outro lado, existe a necessidade de repensar este conceito no marco das sociedades democraticamente instituídas ou em vias de formalização democrática, apontando como as principais objeções teóricas oriundas deste novo contexto podem ser respondidas.

Assim, sob o prisma teórico, visando explicar como a sociedade civil pôde ter uma atuação dinâmica em sociedades autoritárias ou até totalitárias mesmo quando não estava formalmente instituída, Arato reafirma sua posição conjunta com Cohen de distinguir entre sociedade civil como “movimento” (típica de períodos autoritários) e sociedade civil como “instituição” (possível somente em regimes democráticos). Do ponto de vista teórico-político isto implica em admitir que a sociedade civil não é capaz, por si mesma, de

---

<sup>6</sup> Embora esta afirmação possa ser verdadeira em relação aos temas propostos por Habermas em sua Teoria do Agir Comunicativo (1987), não correspondem às tendências atuais do pensamento habermasiano. Em 1992, com a publicação de “Facticidade e Validade”, Habermas amplia suas preocupações em relação à dimensão política de seu pensamento. Além de conferir a obra mais recente do próprio Habermas (**Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v.1) o autor poderá conferir ainda os seguintes artigos, no qual Habermas apresenta sua reflexão política: “Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público” (in **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, 1990, p. 100-113.); “Três modelos normativos de democracia” (in **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 36, 1995, p. 39-66) e a entrevista de Habermas publicada em **Novos Estudos**: São Paulo: CEBRAP, n. 47, 1997, p. 85-102.

realizar sozinha uma mudança de regime, embora para sua consolidação ela seja vital, insiste Arato.

Do ponto de vista metodológico, Arato reconhece a extrema amplitude do conceito que o mesmo propõe em conformidade com Cohen; pois em muitas instituições cabíveis na definição dos autores “*a admissão não se processa de maneira democrática*”, embora o autor afirme que “*a unidade da sociedade civil só é óbvia quando considerada de uma perspectiva normativa*”, pois é a “*primazia da coordenação da ação comunicativa no interior de uma multiplicidade de instituições [que] corresponde ao fundamento da unidade da categoria chamada sociedade civil*” (idem, p. 21).

Outra forte objeção à teoria de Cohen e Arato, é quanto ao problema da indiferenciação entre os aspectos normativo e empírico das suas propostas teóricas. Para Arato, é justamente no equilíbrio entre ambas as tendências que estaria o mérito de suas formulações, pois a teoria da sociedade civil proposta pelos autores tanto proporciona “*uma mobilização empírica de conceitos normativos livres (...) de um excesso de utopia (...) quanto de uma relação acrítica com a realidade política - resultado de uma completa desconsideração das perspectivas normativas*” (idem, p. 22).

Finalmente, em uma perspectiva política, Arato percebe que se o princípio dualista de sociedade civil foi bastante útil em contextos de oposição aos regimes autoritários (pois a oposição se achava unificada em torno de uma meta comum) “*derrotado o inimigo comum, essas correntes voltaram-se umas contra as outras e, mais ainda, contra os defensores de uma sociedade civil democrática*” (idem, p. 23). Todavia, analisando o caso das sociedades do leste em vias de democratização, Arato ressalta que o conceito continua presente no vocabulário político dos atores destas sociedades, especialmente, na crítica à tendência monopolizadora dos partidos, bem como às enraizadas tendências autoritárias e centralizadoras dos novos governos.

Porém, se a partir das próprias formulações dos autores extraímos uma análise crítica do conceito de sociedade civil, bem como de suas contribuições para a democratização da sociedade; fica em aberto a pergunta de como este conceito poderia ser aplicado para a análise das sociedades latino-americanas, e especialmente, da brasileira. É o que nos propomos a analisar na próxima seção.

### 1.1.2. ESPAÇO PÚBLICO

Embora as diferenças entre os processos de democratização das sociedades do norte com as sociedades latino-americanas (localizadas no sul do planeta), bem como suas implicações teóricas não sejam desconhecidas por Cohen e Arato; a preocupação em pensar as especificidades da aplicação desta teoria, para nossa realidade, não poderia deixar de merecer a atenção dos pensadores locais.

É o que faz, por exemplo, Leonardo Avritzer (1995a), quando retoma a crítica habermasiana ao chamado “elitismo democrático”, cujos fundamentos se encontram em Weber e Schumpeter, e que procuram justificar o estreitamento da prática democrática tendo em vista a consolidação da própria democracia, sempre em nome do “realismo político”. Para o autor, a obra de Habermas retoma os problemas colocados por Weber e Schumpeter, ou seja: o crescimento da burocracia e a impossibilidade de definir substantivamente o que seja o bem comum. Neste sentido, a burocratização, segundo Habermas, não é um fenômeno que atinge a toda sociedade, mas apenas a esfera do estado, passando a ser uma ameaça apenas se afetar as estruturas comunicativas da esfera pública. Por outro lado, é a possibilidade de participação dos cidadãos na esfera pública (devido ao caráter universalizante das regras do discurso supostas nas estruturas comunicativas do processo democrático) que justifica a igualdade da prática democrática. Avritzer (idem, p. 123) conclui dizendo que: *ambas as características do processo de argumentação permitem a Habermas definir a democracia como processo de institucionalização dos procedimentos e das condições de comunicação, processo esse*



*capaz de procedimentalizar a soberania popular ao tornar o sistema político dependente das redes periféricas de comunicação presentes na esfera pública”.*

É justamente a partir desta noção de democracia, que Avritzer (1995b) formula suas críticas às chamadas “teorias da transição” e propõe também uma forma “habermasiana” de entender este processo na América Latina. Dois pressupostos das teorias da transição são criticados por Avritzer: a restrição da compreensão da democratização ao restabelecimento das operações do sistema político-institucional e o papel secundário relegado à sociedade civil neste processo. Para o autor, o funcionamento das “instituições” democráticas não seria possível sem uma “cultura democrática”. A construção de uma cultura política, por sua vez, se dá no nível da sociedade, por isso, a sociedade civil é fundamental neste processo.

Com base nestas críticas, Avritzer sustenta uma noção de democratização entendida como ligada às práticas dos atores da sociedade civil, na sua luta pela limitação das esferas sistêmicas. Este processo, sustenta o autor, remete para uma situação em que os atores sociais compensariam sua perda de controle sobre sua vida cotidiana através de mecanismos de limitação das esferas do mercado e do estado. No contexto brasileiro, enfatiza, é a sociedade civil reivindicando a cidadania e se constituindo enquanto esfera autônoma diante do estado e do mercado que seriam os critérios a indicar a efetividade ou não da democratização em nosso meio.

O mesmo caminho traçado por Avritzer em relação aos conceitos habermasianos é adotado na análise que o autor faz do conceito de sociedade civil de Cohen e Arato. Deste modo, retomando as colocações desses autores, Avritzer (1993, p.222) se coloca explicitamente a questão de *“saber em que medida o seu conceito de sociedade civil escaparia das acusações de eurocentrismo associada às análises habermasianas e nos permitiria pensar sociedades não européias como a brasileira”*. Avritzer enfatiza que no esquema de Cohen e Arato, não são apenas os movimentos pós-materialistas (os chamados novos movimentos sociais da realidade européia) que são considerados, mas

também todos os movimentos democratizantes estruturados interativamente. Daí, a aplicabilidade desta teoria para entender os atores sociais e políticos latino-americanos. Em seu texto, Avritzer deixa claro que esses movimentos democratizantes podem ser localizados tanto no período populista de nossa história (enquanto reação à proposta de fusão entre Estado e sociedade) como na atual onda neoliberal (enquanto reação à proposta de fusão entre mercado e sociedade).

Examinada a questão da relevância do conceito de sociedade civil em nossa realidade, Avritzer (1994) se propõe ainda a difícil tarefa de recapitulação do processo de constituição da sociedade civil brasileira. Atento às especificidades do processo de modernização latino-americana (no qual a modernização societária antecede a modernização cultural, ao contrário da Europa), o autor afirma que o surgimento da sociedade civil brasileira estaria associado a três fenômenos:

a) a industrialização e urbanização aceleradas da história brasileira levam ao surgimento de novos atores, modernos e democráticos;

b) O amparo da igreja católica às organizações reivindicativas de base, o surgimento do novo sindicalismo e a emergência do associativismo de classe média, entre outros fatores, levam estes atores a um questionamento do processo de despolitização embutido no regime autoritário e uma oposição às suas formas privatistas de relação com a sociedade.

c) estes atores, por sua vez, estruturam suas lutas por direitos civis, políticos e sociais, bem como por esferas autônomas de negociação com os atores sistêmicos, erigindo a sociedade civil como esfera política capaz de se confrontar com os atores do mercado e do estado.

Por fim, criticando os enfoques anteriores, Avritzer (idem, p. 301) se preocupa com o problema da institucionalização da sociedade civil brasileira. Neste sentido, embora este

autor aponte que a adoção de intensas “campanhas” mobilizatórias tenha permitido à sociedade civil reagir contra as formas particularistas de ação vigentes no Estado, *“essa pseudo-forma de institucionalização revela-se altamente problemática porque ela não consegue constituir novos arranjos políticos, mas apenas desfazer momentaneamente os arranjos políticos existentes”*.

A mesma preocupação em repensar as abordagens de Habermas e Cohen e Arato para nossa realidade, pode ser encontrada nos escritos de **Sérgio Costa** (1997b) em suas reflexões sobre o conceito de “esfera pública” ou **espaço público**. Como pudemos perceber anteriormente, tal conceito ocupa um lugar chave em relação à sociedade civil, pois é a partir da construção de uma esfera pública autônoma e independente que, segundo nossa abordagem, os atores da sociedade civil se constituem em sujeitos políticos relevantes diante do estado e do mercado.

Neste sentido, Costa (1995a, p.56-57) distingue dois modelos de esfera pública: o modelo funcionalista e o modelo teórico-discursivo. Enquanto que no primeiro *“resulta a imagem da esfera pública como um mercado de opiniões no qual os diferentes atores sociais (...) encontram-se em permanente concorrência por um recurso escasso, qual seja, a atenção pública”*; no modelo teórico-discursivo (baseado em Habermas) cabe à esfera pública *“atuar como instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os colegiados competentes que articulam o processo de formação da vontade política (parlamento, conselhos, etc.)”*. É justamente no segundo modelo que o papel dos atores da sociedade civil é fundamental, seja como problematizadores das questões oriundas do mundo da vida (sua função defensiva), seja como canalizadores dos problemas tematizados no mundo da vida para a esfera pública (sua dimensão ofensiva).

No entanto, Costa (1994) esclarece ainda que Habermas tem a preocupação em distinguir os grupos de interesse que se servem da esfera pública para seus fins particulares, dos movimentos sociais que visam transformações substantivas na realidade.

Costa (idem, p. 49) observa que apesar das diferentes abordagens em torno dos movimentos sociais nos contextos europeu e latino-americano, tal fato não seria um maior problema para a aplicação desta distinção na realidade brasileira *“pois associações da sociedade civil são tanto os movimentos europeus vinculados a “transformações substantivas” quanto, por exemplo, os grupos que se organizam em torno da reivindicação de criação de postos de saúde nas favelas de uma grande cidade brasileira.”* No entanto, observa ainda o autor (1995b), em vista da estrutura corporativista e particularista da organização do Estado no Brasil, muitos dos atores da sociedade civil acabam cedendo, muitas vezes, às formas particularistas de representação de interesses, quer através de acordos fechados, ou de excusos recursos de negociação. Quando agem desta forma, conclui Costa, acabam não se diferenciando de meros grupos de interesse.

Finalmente, Costa (1997a), ao analisar o processo de democratização ocorrido no Brasil, conclui que três fatores têm indicado a consolidação da esfera pública como sistema que traduziria os problemas oriundos do mundo da vida em relação ao sistema político:

a) as mudanças de postura dos meios de comunicação de massa rumo a um jornalismo de tipo “crítico” e com ampla heterogeneidade ideológica;

b) a multiplicação de atores da sociedade civil, levando a uma produção de esferas públicas paralelas, a uma ampliação dos problemas tratados publicamente e mesmo a uma ampliação das possibilidades comunicativas (pelos novos espaços de interação criados) ancoradas no mundo da vida;

c) e por fim, a preservação de espaços comunicativos primários, nos quais as mensagens dos “mídia” são resignificadas, erigindo-se assim potencialmente em fonte de mobilizações e novas organizações coletivas.

Ambos os autores , a nosso ver, apontam para um ponto que é central em nossa análise: o problema da consolidação ou institucionalização da sociedade civil (Avritzer) e da construção do espaço público (Costa) no Brasil. É a partir desta questão que inserimos neste trabalho a “abordagem de redes”, como um conceito empírico capaz de nos demonstrar em que medida e de que forma se dá, na própria realidade, a construção da sociedade civil por seus próprios atores. É o ponto que desenvolvemos a seguir.

## **1.2 REDES: TEORIA E ESTRATÉGIA**

Colocados os parâmetros normativos que orientam nosso trabalho e moldam a estrutura de referência no qual desejamos entender nosso objeto (o CEDEP), cabe-nos delinear, agora em um plano empírico-metodológico, de que modo desejamos compreender a presença do CEDEP enquanto ator político da sociedade civil, no contexto da construção da esfera pública.

Neste sentido, o presente trabalho parte do pressuposto de que é na busca de articulações ou formação de “redes”, que os diversos atores da sociedade civil constituem-se como uma terceira arena, contraposta às já formadas esferas do estado e do mercado. É justamente pelo fenômeno de articulação em redes que os organismos da sociedade civil estão consolidando sua presença como ator político fundamental na sociedade brasileira.

O esforço de articulação dos organismos da sociedade civil, por sua vez, tem sido traduzido por estes atores, ao longo dos últimos anos (década de 90), justamente através do discurso de “redes”. O termo aparece nas declarações e intenções dos seus organismos designando não só uma nova estratégia de inserção na realidade, como também apontando, de fato, os novos formatos de ação política contruídos pelos mesmos em torno desta estratégia.

Um bom exemplo da atualidade do tema, são os 32 textos apresentados em Congresso realizado em Buenos Aires, no ano de 1993, em que a vinculação entre a terminologia de redes e a sociedade civil é explícita: “ *la propuesta que introduce esta posibilidad de pensar em red, favorece, en el contexto de la mutación actual, la necesidad imperiosa de reconstruir la sociedad civil* ” (Dabas, 1995, p. 447).

Todavia, o fato de que o discurso de redes comparece tanto na prática dos atores coletivos, bem como na prática científica, coloca para a pesquisa o cuidado de não confundir o uso operacional do conceito redes pelos próprios atores coletivos; do seu uso enquanto categoria teórico-metodológica. Por isso, o objetivo desta seção consiste em delimitar os diferentes níveis em que o conceito será empregado neste trabalho, bem como clarificar o modo como utilizaremos cada um destes níveis ou dimensões do conceito nesta pesquisa.

Assim, a categoria “rede” será entendida em três dimensões: como realidade empírica, como conceito analítico e como instrumento de pesquisa. Enquanto em sua primeira acepção o termo representa o seu uso em diferentes aspectos da realidade (inclusive dos atores coletivos), os dois últimos pares delineiam o uso teórico-metodológico que desejamos fazer do termo em nosso estudo.

## **2.1. PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO**

Antes de ser um conceito teórico-metodológico, entendemos que as “redes” são um fenômeno presente em diferentes âmbitos da própria realidade, enquanto forma de comportamento de diferentes indivíduos ou organizações, nos distintos contextos em que estão situados.

Um bom exemplo do uso da estratégia de redes, enquanto forma de comportamento de indivíduos e organizações, pode ser evidenciado pela contribuição de Loiola e Moura (1996). Apesar da preocupação das autoras ser predominantemente metodológica, elas

demonstram como o conceito de redes tem sido empregado em vários campos distintos da vida social: o campo interpessoal, o campo das políticas públicas<sup>6</sup>, o campo da circulação (negócios ou mercados<sup>7</sup>) e também o campo dos movimentos sociais.

Examinando o sentido dado ao conceito “redes” nestes quatro campos, as autoras (idem, p.54) assim definem o termo:

*Registra Aurélio que o vocábulo rede deriva do latim “rete”, que significa entrelaçamento de fios, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de fio. Os fios e as malhas são a sua forma básica. De imediato, os fios podem corresponder às linhas ou relações entre os atores e organizações, os quais representam as malhas ou nós.*

Construído com base nas representações do senso comum (a partir do seu próprio uso), estas autoras percebem dois sentidos básicos na utilização do conceito: no cotidiano (redes de pesca, vôlei, circo, bombeiros, tela, cabelo) está presente a idéia de igualdade; enquanto em um sentido técnico-operacional (redes de telecomunicações, transportes, água, esgoto, etc.) privilegia-se a circulação de fluxos: “*a presença de um ponto central, uma fonte geradora-propulsora, está ausente do significado popular de rede. A igualdade e a complementaridade entre as partes são seus aspectos básicos, reforçados pela singularidade entre as malhas*”.

As autoras enfatizam ainda que a larga difusão do termo, nos quatro campos citados acima, parece dever-se a dois fenômenos: como uma estratégia para enfrentar um ambiente de turbulências e incertezas (crises e reestruturações) e pela tentativa de ampliar

---

<sup>6</sup> Em relação as políticas públicas. Lechner (1996, p. 51-53) se expressa em termos de “redes políticas”, explicando que “*com o fim de compensar as insuficiências dos mecanismos estatais de coordenação vertical surgem os policy networks. (grifo do autor) como estruturas mais flexíveis de coordenação horizontal*”.

<sup>7</sup> Em relação a esfera econômica, a **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo** ( n.3. 1997) publicou um conjunto de textos cujo título é justamente “redes y regiones: una nueva configuración”. Na referida revista, nove diferentes artigos são apresentados, procurando entender principalmente a realidade das “redes empresariais” frente aos desafios da inovação e da competição tecnológicas.

os leques de parceiros (em quantidade e diversidade) no sentido de realizar projetos ou viabilizar interesses comuns.

Dentre os campos de análise privilegiados pelas autoras, está justamente o campo dos “movimentos sociais”, correspondendo nas palavras de Loiola e Moura (idem, p. 56) a “ *articulação/interação entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios (ONGs, associações, sindicatos, etc.) visando a mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e a formação de projetos e políticas*”.

Tomando como base as redes de infra-estrutura-técnica, Benakouche (1997) busca elencar as principais propriedades dessas mesmas redes, perguntando-se da viabilidade da utilização da categoria no âmbito das ciências sociais. De acordo com a pesquisadora, cinco seriam as “propriedades essenciais” das redes em geral:

- a) conexidade: trata-se da propriedade essencial, referindo-se ao grau de coesão da rede;
- b) conectividade: remete as alternativas para circulação dentro da rede;
- c) homogeneidade: diz respeito da correlação espaço-temporal entre os fluxos;
- d) isotropia: concerne a equivalência entre os elementos do sistema;
- e) nodalidade: possibilidade de relação entre os elementos da rede.

De fato, a presença do formato organizacional de redes no âmbito dos atores da sociedade civil (principalmente entre as organizações de base e seus articuladores) tem sido enfatizada em diferentes perspectivas pelos pesquisadores dedicados ao estudo das ações coletivas no âmbito da sociedade civil. Esta utilização, portanto, requer a necessidade de se pensar nas implicações teóricas que tal uso implica. A análise desta questão constitui o objeto de nossa próxima seção.



## 2.2. CATEGORIA ANALÍTICA

No momento anterior, nossa tentativa foi mostrar que o formato organizacional de redes é um fenômeno presente não só no âmbito da sociedade civil, mas em diferentes aspectos da realidade social. Agora, deslocamo-nos para o plano teórico, mostrando como a idéia de “redes” tem sido apropriada, nas últimas décadas, por diferentes pesquisadores, na tentativa de entender os movimentos sociais <sup>8</sup>.

Em âmbito internacional, a utilização da categoria redes vem se tornando um recurso central de aproximação entre as principais abordagens sobre movimentos sociais: a teoria da mobilização de recursos e a teoria dos novos movimentos sociais<sup>9</sup>. Nesta direção, Melluci (1989, p. 61) por exemplo, fala explicitamente em redes de movimento ou ainda áreas de movimento, definidas como “*uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva*”. Klandermas (1992, p. 173) afirma que a novidade dos “novos movimentos sociais” consiste no fato de que “*las organizaciones de estos movimientos, como de cualquier movimiento, forman parte de un entramado (grifo nosso) más amplio de organizaciones de apoyo y de oposición*”.

O mesmo fenômeno pode ser percebido, analisando-se a produção teórica mais recente no Brasil.

Ana Maria Doimo, (1995) por exemplo, parte do conceito de “redes sociais” de Barnes<sup>10</sup> para definir o que ela chama de rede movimentalista que “*congrega pessoas*

---

<sup>8</sup>De acordo com as pesquisas de Dias (1995), as primeiras utilizações do conceito “redes” começam com Saint Simon, no início do século XIX, referindo-se às redes de infra-estrutura urbana. Atualmente, o termo vem sendo utilizado em várias disciplinas específicas, destacando-se no âmbito das ciências sociais a antropologia, a geografia e a própria sociologia.

<sup>9</sup> Para uma apresentação bastante didática destas abordagens, confira o texto de Ferreira et alli (1995, p. 453-477). Interessante reflexão em torno de uma aproximação destas abordagens (teoria da mobilização de recursos e teoria dos novos movimentos sociais), pode ser encontrada em Rossiaud (1997).

<sup>10</sup> Uma apreciação mais atenta do uso feito por Barnes do conceito rede para a realidade política, pode ser encontrada em FELDMAN-BIANCO, B. (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**, São Paulo: Global, 1987.

*predispostas à participação continuada em movimentos reivindicativos, como parte de um campo informado por valores comuns*". Para Doimo é a igreja católica, a intelectualidade e os agrupamentos de esquerda, bem como as ONGs, as principais instituições responsáveis pela configuração destas redes.

Porém, de que modo a autora define estas "redes movimentalistas"? Após realizar uma revisão crítica da trajetória do conceito de movimentos sociais no Brasil <sup>11</sup>, Doimo (idem, p. 50) afirma que *"a marca comum desses novos impulsos participativos encontra-se, na verdade, na ação-direta"*. Utilizando como pressupostos as análises de Offe (1984 e 1989), a respeito do fenômeno da "socialização da política", Doimo (idem, p. 55) conclui que *"o estado cria, nas sociedades contemporâneas, a potencialidade da reivindicação e a inevitabilidade da ação direta"*. Desse modo, regidos por uma lógica "consensual solidarística", conclui a autora:

*extensas redes desenharam [durante os últimos anos] um expressivo campo ético-político à base de movimentos reivindicativos de ação direta, auto-reconhecido como movimento popular, mediante apoio de significativos apoios da igreja católica, do ecumenismo, de segmentos da academia científica e agrupamentos de esquerda, estes quase sempre inseridos nas chamadas ONGs, Organizações Não-Governamentais.*

No entanto, se o olhar de Doimo está atento para a erosão que este campo (com suas conexões e seu discurso) tem sofrido na década de 90; outra pesquisadora, **Sonia Alvarez** (1995, p. 10), diferentemente de Doimo, busca neste conceito uma forma de pensar os movimentos sociais nos anos 90. A partir daí, a autora apresenta a sugestão de que os movimentos sociais seriam integrantes de "redes" que tem uma certa permanência e articulação tanto em períodos de fluxo como de refluxo. Longe de representar o seu fim, o momento atual caracteriza-se por uma re-configuração destas redes, que a autora assim define:

---

<sup>11</sup> Para uma discussão do conceito de movimentos sociais em uma perspectiva histórica, conferir ainda PAOLI, Maria Célia. "Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político". In HELLMANN, Michaela (org). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero. 1995. p.24-55.

*nós queremos sugerir que os discursos e dinâmicas dos movimentos sociais brasileiros contemporâneos mais recentes - incluindo não apenas os movimentos populares mas também grupos feministas, movimentos étnico-raciais, movimentos ecologistas e outros - foram formados desde o início no terreno de um largo discurso oposicionista, de redes ou teias de organizações (...). As teias de movimentos têm adquirido hoje um considerável grau de permanência e continuidade muito atuante e articulado até mesmo no suposto declínio ou desmobilização dos movimentos sociais. Além disso, estas "teias" articulam o que tem sido chamado um campo ético-político.*

O mesmo modelo teórico de "redes" é utilizado por **Scherer-Warren**, como categoria de análise dos movimentos sociais nos anos 90. Para Scherer-Warren, o conceito de redes não só aponta as reais conexões empíricas nas quais os "movimentos sociais" se constroem; como designa a própria estratégia desses atores em solidificar suas relações com o objetivo de atuar conjuntamente na sociedade. Além disso, o conceito de redes passa a ser elevado de categoria "descritiva" a categoria "explicativa", na tentativa de definir a partir deste conceito o conteúdo dos movimentos sociais.

Para Scherer-Warren (1993a), existem fortes evidências empíricas de que os movimentos sociais e seus mediadores estariam passando na atual fase, por uma transição da valorização das organizações de base para a ênfase na importância das articulações, intercâmbios e formações de redes. É justamente a partir deste fato empírico que a autora se propõe a entender os movimentos sociais a partir dos pressupostos epistemológicos contidos na idéia de "rede", que ela assim define (1993a, p. 09-10):

*A idéia de "rede" implica pensar, desde um ponto de vista epistemológico, na possibilidade de "integração da diversidade". (...) A análise em termos de "redes de movimentos" implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores coletivos com o pluralismo.*

Assim, visando apresentar a idéia de "redes de movimentos" como uma perspectiva realmente fecunda de análise dos movimentos sociais, a autora (1995b) busca fazer um

resgate do conceito no interior da ciência social. Deste modo, duas são as disciplinas que na, acepção de Scherer-Warren, têm feito uso especial do conceito em seu corpo teórico: a antropologia e a sociologia. Enquanto a primeira tem se servido especialmente do conceito de redes sociais, a sociologia tem desenvolvido o mesmo conceito no sentido de redes de movimento.

Segundo a argumentação de Scherer-Warren (idem, p.04), o conceito de redes sociais (conforme utilizado pela antropologia) pode ser desdobrado em duas acepções. Enquanto na primeira ela envolve a totalidade da estrutura social, definida “*pelo conjunto de relacionamentos sociais existentes, os quais estão organizados sob a forma de rede*”; a segunda acepção restringe seu uso para analisar conexões que se estabelecem no interior de determinada sociedade ou “*que não respondem em si pela formação sistêmica em cada sociedade*”.<sup>13</sup>

Na abordagem sociológica (especialmente no estudo das ações coletivas), por sua vez, duas tradições têm empregado o conceito rede como categoria central em suas análises: a teoria da mobilização de recursos (TMR) e a teoria dos novos movimentos sociais (TNMS). Enquanto a primeira tradição faz uso da categoria rede para entender de que modo os atores são articulados para a formação de redes (TMR); a segunda vertente utiliza o conceito para caracterizar o tipo de articulações que se formam entre os atores coletivos, dando portanto origem a “rede de movimentos”.<sup>14</sup>

Apesar das diferenças epistemológicas e dos diferentes usos metodológicos que cada autora em questão propõe em torno da utilização da categoria “redes”, o fato é que o conceito ocupa um lugar decisivo na tentativa de interpretação da emergência e

<sup>13</sup> Uma rica e extensa análise do percurso da “Network Analysis no interior da antropologia pode ser encontrada em HONIGMANN, John. **Handbook of social and cultural anthropology**. Chicago, 1987. p. 717-745

<sup>14</sup> Para a análise da TMR ver especialmente Granovetter, 1973; Rosenthal, 1985; Marwell, 1988; Henning & Lieberg, 1994. Na perspectiva da TNMS conferir especialmente MELLUCCI, A. Um objeto para os movimentos sociais. **Lua Nova**, n.17, jun. 1989 e DEROY-PINEAU, F. *Reseaux sociaux et mobilization de ressources*. In **Le clair-obscur des reseaux**: Revue Pour, Paris. Ed. L’Harmattan, n.132, p.119-120.

consolidação dos movimentos sociais, seja em nível internacional ou entre os pesquisadores brasileiros. Entre esses, o conceito aponta não só para o formato organizacional construído pelos atores coletivos ao longo de sua história, como também designa a nova estratégia de inserção que esses atores têm buscado na conjuntura social e política da década de 90.

### 1.2.3. INSTRUMENTO DE PESQUISA

Apresentadas as diferentes perspectivas teóricas que, no Brasil, têm buscado entender os atores coletivos a partir da categoria “redes”, cabe-nos agora adequá-las ao objetivo da nossa pesquisa. Tomando como base a literatura nacional, nossa tentativa será integrar as contribuições das abordagens apresentadas, de modo que elas nos permitam entender a atuação política do CEDEP, objeto de nosso estudo.

Todavia, como conciliar perspectivas teóricas tão distintas? Para resolver esta tarefa, nos serviremos da contribuição teórica de Mellucci (1989, p. 61). Para o autor, as redes construídas pelos atores dos movimentos sociais têm um formato bipolar: a latência e a visibilidade. Segundo o autor *“a latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais”*, enquanto *“a mobilização pública indica ao resto da sociedade que o problema específico está ligado à lógica geral do sistema e também que modelos culturais alternativos são possíveis”*.

Em que medida os trabalhos acima apresentados podem se reconciliar neste esquema?

Ora, a diferença entre as abordagens acima apresentadas é que elas se fixam em dois momentos distintos da trajetória dos movimentos sociais. O trabalho de Doimo nos ajuda a entender como as redes de atores coletivos foram se construindo no período

ditatorial e como no período da transição democrática o discurso do “popular” foi capaz de mobilizar e dar visibilidade a estas redes. É o que chamaremos de **dinâmica basista**.

Porém, o esgotamento deste discurso no começo da década de 90 não representa a morte dos movimentos sociais. Apesar de não estarem mobilizados (ou estarem em estado de latência) eles continuam presentes em torno das redes submersas nas quais se formaram.

Porém, na medida em que a conjuntura política da década de 90 vai se tornando clara, estas redes passam a mobilizar-se em torno de energias criadas por elas próprias, com novas conexões e um novo discurso. Trata-se, justamente, de reforçar os laços e alianças entre os atores da sociedade civil, visando expandir a democracia; dando lugar, portanto, a uma **dinâmica de redes**<sup>15</sup>. É justamente isto que o trabalho de Scherer-Warren procura captar.

São estes diferentes discursos ou “dinâmicas” que mobilizam o agir dos movimentos sociais (e de outros atores da sociedade civil), dando “visibilidade” às redes “latentes” construídas por estes mesmos atores. A seguir, tomando os trabalhos já citados, aprofundaremos como entendemos cada uma destas dinâmicas e seu caráter mobilizatório em relação aos atores da sociedade civil.

## A) DINÂMICA BASISTA

De acordo com os pressupostos teóricos adotados por Doimo, o longo ciclo reivindicativo de movimentos sociais entre os anos de 1975 a 1990, só foi possível mediante a construção de uma linguagem comum, uma *“espécie de simbolismo verbal provedor do sentimento de pertença a um mesmo espaço compartilhado, ainda que*

---

<sup>15</sup>Um interessante estudo comparativo entre as abordagens formuladas à partir do conceito de redes entre estas duas autoras (Sonia Alvarez e Ilse Scherer-Warren) pode ser encontrada no texto de CARVALHO, Maria do Carmo. **Redes de movimentos sociais: uma perspectiva para os anos 90**. Campinas: mimeo. 1996.

*disperso quanto à base social e quanto às demandas formuladas*". Trata-se justamente da noção de povo como sujeito de sua própria história. Mas em que consiste esta noção?

De acordo com a autora (idem, p. 124), a principal inovação deste discurso está no fato de que *"logo, (...) o sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela passiva, passa a ser visto como aquele que não se deixa cooptar e manipular, de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses"*.

Mas como esta noção se traduz em uma prática política específica? Doimo afirma que parte-se da recusa de qualquer tipo de diretividade de qualquer agente externo ao movimento (seja o estado, partidos, sindicatos, vanguardas de esquerda, dos intelectuais, ou até das lideranças locais). Mas sem o recurso a qualquer agente externo, como o "povo" conduz o processo político? Dois seriam os instrumentos básicos: a troca de experiências e a assembleia (idem, p. 124) : *"a troca de experiências coloca-se, então, como o principal recurso prático da costura interna de um campo de movimentos populares por natureza localizados, diversos e fragmentados"*.

Para a autora, *"estabeleceu-se tal difusão desses código ético-políticos (...) que eles se potencializaram a ponto de adquirir o "status" de paradigma"*. A força desta concepção impediu a análise de captar as instituições (como a igreja, academia, ONGs e grupos de esquerda) que sustentavam as "redes de movimentos" e estabeleciam as conexões entre os diversos movimentos localizados.

Por outro lado, é a partir desta concepção ou desta dinâmica (do povo como sujeito de sua própria história) que se formam , especialmente durante os anos da transição democrática brasileira, os atores sociais e políticos da sociedade civil , ainda hoje presentes em nossa atual realidade política. É justamente este discurso que permite a grande visibilidade que os "movimentos sociais" tiveram no período da transição democrática.

## B) DINÂMICA DE REDES

Os estudos de Scherer-Warren (1995b, p. 08) , partem da hipótese de que “*nos anos recentes, novas formas de auto-organização e de relacionamento inter-organizacional têm sido propostas pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social a partir da ação coletiva. Esta forma vem sendo chamada de rede*”. Mas, quais seriam as características empíricas desta nova forma de atuação dos atores coletivos da sociedade civil?

Já nas suas primeiras pesquisas (1993a, p. 119-120), a autora destacava quatro novos elementos presentes na articulação entre os atores da sociedade civil, sugerindo assim que uma nova “dinâmica” passava a se instaurar neste campo:

- a) articulação de atores e movimentos sociais e culturais;
- b) transnacionalidade das redes (sua inserção dos espaços locais ao espaço global);
- c) pluralismo organizacional e ideológico;
- d) atuação nos campos cultural e político;

Com base na observação desta nova dinâmica, o resultado atual das pesquisas da autora (1996a, p. 51) aponta para o fato de que enquanto “*a realização de objetivos mais imediatos e mais próximos espacialmente, tende a se realizar através de redes sociais*” a realização de objetivos de longo prazo, por sua vez, “*tende a estimular a formação de redes de movimentos*”. Enquanto as redes sociais “*se relacionam à busca das interrelações entre indivíduos, grupos e organizações (...) e que se realiza através da comunicação, cooperação, intercâmbio e solidariedade entre os seus membros*”, as redes de movimento são assim definidas:



*Para a análise das articulações políticas mais amplas, faremos uso da noção de redes de movimentos. Estas podem ser definidas como interações horizontais e práticas sócio-políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos em torno de identidades e valores coletivos.*

De acordo com a autora, em torno da nova dinâmica de redes evidenciada no campo da sociedade civil, não apenas uma nova prática tende a se instaurar, mas ela implica na apresentação de novos elementos de compreensão da realidade social e política (**nível do discurso**). Embora não se possa esquecer dos seus limites, entre os fatores que vêm se destacando ao longo das pesquisas da autora (1994, p. 10), pode-se apontar os seguintes elementos:

a) As redes implicam um fundamento comum cujo princípio é a solidariedade. Através da solidariedade interesses individuais e comunitários são conciliados na promoção do bem comum;

b) A realidade social não é vista de modo homogeneizante e redutora. O social é visto em sua complexidade e heterogeneidade, na sua diversidade e nos seus discursos plurais <sup>16</sup>;

c) A dimensão política do social também não se reduz apenas ao seu aspecto conflitual, mas acentua-se a dimensão da cooperação e da solidariedade;

---

<sup>16</sup> Randolph (1994, p. 03) a partir dos estudos do Scherer-Warren, dá especial relevo a este aspecto, destacando as suas implicações epistemológicas. Para o autor, o conceito de redes é o único que permite "lidar tanto com as diversidades localizadas - naquele lugar - quanto com as diferenciações escalares dos diferentes agentes e intuições". A novidade do conceito, insiste ainda o pesquisador, reside em não só buscar articular fenômenos espacial e temporalmente diversos, mas implica uma visão da realidade social concebida enquanto heterogênea, desarticulada e submetida a lógicas diversas". Com base nos pressupostos habermasianos, todavia, o autor propõe distinguir entre as redes estratégicas (cuja lógica estaria submetida a ação instrumental) e as redes de solidariedade (cujo fundamento seria a ação comunicativa). Cf. ainda Randolph (1995).

Como pressupostos ideológicos presentes no discurso e na prática de redes, ensejada pelos atores sociais dos movimentos sociais nos anos mais recentes, duas características são ainda fortemente enfatizadas pelas pesquisas da autora (1995b, p. 08). Primeiramente, estas novas formas de ação *“pressupõem a construção de uma nova utopia de democracia, onde as relações políticas seriam mais horizontalizadas e onde haveria um maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico”*. Por outro lado, relata a autora, *“aposta-se na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta”*.

Mas em que medida esta nova compreensão (e seus respectivos pressupostos ideológicos) modificaram a prática ou o agir (**nível da prática**) dos atores coletivos na década de 90? Visando responder a esta questão, Schrerer-Warren (1993b) apresenta os seguintes elementos como os “desafios” enfrentados pelas organizações da sociedade civil no atual período:

- a) passagem da denúncia para a proposta, no sentido de redefinir especialmente sua relação com o estado;
- b) superação do basismo sectário e das identidades excludentes, que dificultam a articulação e a elaboração de projetos comuns;
- c) superação dos corporativismos e dos separatismos e abertura para o bem estar coletivo e estabelecimento de prioridades;
- d) superação da partidarização dos movimentos sociais. Trata-se não de lutar pelo poder de gestão do estado, mas de atuar no fortalecimento da sociedade civil.

Em termos críticos, é preciso não esquecer, como o fazem alguns autores (vide especialmente Dias, 1995), que se as redes ampliam o espaço da integração, elas também podem ser mecanismos de exclusão. Klandermas (op. cit.) também nos lembra que as “redes multi-organizativas” criam ainda os seus oponentes, chamando a atenção, portanto, para a realidade do conflito e também da exclusão.

Concluindo, podemos dizer que será a partir destas duas “dinâmicas”, com suas respectivas “práticas políticas”, que desejamos entender a atuação do CEDEP ou sua forma de inserção na realidade social de Florianópolis. As noções de “prática política basista” e “prática política de redes”, nos servirão como “tipos ideais<sup>17</sup>” pelos quais desejamos nortear nosso entendimento das diferentes posturas das ONGs na conjuntura sócio-política.

Como vimos, estes diferentes conjuntos de práticas representam modos diversos de inserção dos atores da sociedade civil no espaço público. Neste sentido, é importante lembrar que é dentro do contexto mais amplo da sociedade civil que desejamos entender as práticas políticas do CEDEP. Assim, o conceito de sociedade civil nos fornece o quadro analítico no qual buscamos ancorar a metodologia de redes no entendimento das ONGs, sempre enquanto atores da sociedade civil. Mas, qual a dinâmica que rege este ator no contexto político da realidade de Florianópolis?

Para apontar como as ONGs pautam-se por diferentes prática políticas, conforme sejam regidas por uma ou outra destas dinâmicas, é preciso que nos detenhamos nas características e na história dessas entidades, especialmente na realidade de nosso país. É o que faremos no capítulo que segue.

---

<sup>17</sup> De acordo com a clássica definição de Weber (1991, p. 106) “*obtem-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de ser formar um quadro homogêneo de pensamento*”.

## CAPÍTULO II

### AS ONGs NA REDE DE MOVIMENTOS

Situados os marcos teóricos fundamentais, em torno dos quais se dá a elaboração deste trabalho, queremos concentrar nossa atenção em um dos atores que tem sido fundamental no fortalecimento da sociedade civil brasileira: trata-se das organizações-não-governamentais.

Após delimitarmos nossa compreensão conceitual do que sejam as ONGs e apresentarmos suas principais características, faremos uma recuperação de sua trajetória histórica na realidade brasileira. É a partir deste histórico que desejamos traçar um “perfil” ou “tipo ideal” da postura política adotada pelas ONGs nos diferentes contextos sócio-políticos de nossa história. Estes tipos ideais (que estamos chamando de prática política basista e prática política de redes), é que nos permitirão (enquanto instrumento metodológico), uma apreciação de como se dá no CEDEP a construção e redefinição de suas modalidades de ação na década de 90.

Finalmente, na última parte do capítulo, destacaremos o papel protagonista das ONGs na construção de redes/articulações/alianças com diferentes instâncias da sociedade (outros atores da sociedade civil, segmentos do estado, agências de manutenção/atores transnacionais e populações alvo). Deste modo, desejamos demonstrar como as ONGs têm cumprido na atualidade o papel de “mediadoras” de articulações no interior da sociedade civil, contribuindo assim para uma nova dinamização e fortalecimento do espaço público.

## 2.1. CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Falar em ONG, ou “ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL” no Brasil, há pelo menos uma década atrás, seria tocar em uma sigla misteriosa e desconhecida. Hoje, o termo já se encontra mais difundido, tanto nos meios de comunicação em geral<sup>1</sup>, como no próprio nível do senso comum. Dois eventos contribuíram decisivamente para esta difusão do termo: o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Conhecido popularmente como ECO 92) e a Campanha da Cidadania Contra a Fome e a Miséria (a campanha do Betinho), iniciada no ano de 1993<sup>2</sup>.

De acordo com Carpio (1994, p. 40), o termo “ONG” foi consagrado pela Carta da ONU (Organização das Nações Unidas) para permitir o financiamento de determinadas entidades pelo seu Conselho Econômico e Social, conforme estabelece o artigo 71 do referido documento, que data de 1945: *“el consejo económico podrá hacer arreglos adecuados para celebrar consultas con organizaciones no gubernamentales que se ocupen en asuntos de la competencia del Consejo”*. Portanto, longe de ser um fenômeno nacional, a realidade das ONGs é de alcance mundial, com características e trajetórias bastante diferenciadas nos mais diversos países.

Mas, o que é efetivamente uma ONG? Quais as entidades que se reconhecem e são nomeadas por este termo? Basta apenas o critério de “não-estatal” para definir este tipo

---

<sup>1</sup> Koga (1995), em sua dissertação, apresenta uma compilação de artigos sobre ONGs veiculados pela principal imprensa escrita nacional, entre fevereiro de 94 a abril de 1995. Do total de 34 artigos do período, as ONGs aparecem em 24 artigos do **Estado de São Paulo**, 06 da **Folha de São Paulo**, 03 da **Revista Veja** e 01 vez na **Revista Isto É**. Dentre estes artigos, Bernardes, em reportagem da Revista Veja (1994), cujas fontes não são citadas, menciona a existência de 5.000 ONGs no Brasil, das quais fariam parte 80.000 membros. Segundo o autor, os tipos de ONGs estariam assim distribuídas: ecológicas (40%), movimentos populares (17%), direitos da mulher (15%), negros (11%), crianças e carentes (6%), prevenção e tratamento de AIDS (3%), índios (1%) e outras (7%).

<sup>2</sup> Sobre a campanha confira o texto de GOHN, Maria da Glória. A ação da cidadania contra a miséria e pela vida. In GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996, p. 23-58.

de entidade? Estas questões têm gerado inúmeras polêmicas, ocupando boa parte da produção acadêmica dedicada às ONGs.

Na literatura sociológica latino-americana, o tema vem ganhando crescente destaque entre os analistas<sup>3</sup>. Mesmo na literatura nacional, vários textos circularam no próprio campo das ONGs, buscando uma conceituação destes atores<sup>4</sup>. Mas, apesar da variedade de contribuições, o tema ainda permanece alvo de indefinições, dada a variedade de referências empíricas que o termo “não-governamental” comporta. Não obstante, mais recentemente, a pesquisa tem avançado no sentido de buscar construir uma compreensão destes atores com base em concepções teóricas mais amplas.

Dentre os trabalhos que apontam neste sentido, Gohn (1995, p. 28), em estudo dedicado à demarcação entre as diferenças de movimentos sociais e ONGs, recorre à dicotomia entre “organização” e “movimento” para definir as ONGs. Segundo a autora, *“as organizações ( que são as ONGs) são institucionalizadas, os movimentos não. Elas podem ter sistemas de relações internas informais, pouco burocratizadas, mas elas têm que ter um mínimo de eficiência e eficácia (...). Em síntese, a lógica que preside as ONGs tem que se basear na ação racional. Os movimentos são um misto de não-racional/racional e até o irracional em certos momentos”*. A nosso ver, tal proposta encerra a contradição de supor que não exista qualquer tipo de “estrutura” ou “organização” entre os movimentos, o que pela análise de redes já demonstramos não ser

---

<sup>3</sup> Vide-se os trabalhos de Ruiz (1994), Alatorre e Aguilar (1994) e Jelin (1994): todos publicados na importante Revista Mexicana de Sociologia.

<sup>4</sup> Na literatura nacional, vários são os trabalhos pioneiros nessa área. Montenegro (1992), por exemplo, menciona em sua obra vários textos preliminares: Castillo (1982), Campos (1988), Chapela (1989), Martins (1989), Peliano (1990), Rosemberg (1989 e 1990) e Sandoval (1987). Estes textos circularam especialmente no circuito das próprias ONGs, tentando precisar o conteúdo do termo e a especificidade destas entidades. Koga (1995, p.69-72), em trabalho dedicado justamente à identidade das ONGs, apresenta 11 definições deste tipo de entidade. Entre as pessoas citadas pela autora, estão cinco autores internacionais (Padron, 1982; Körten, 1989; Wils, 1991; Wolfe, 1992 e Nerfin, 1992) e seis autores brasileiros (Oliveira Neto, 1991; Herbert de Souza, 1992; Landim, 1993; Sposati, 1994; Scherer-Warren, 1994 e Fernandes, 1994).

propriamente a questão. Daí que conceituar as ONGs a partir de sua “institucionalização” nos parecer uma proposta insuficiente.

Em trabalho anterior (1994, p. 05), Gohn também afirmava que *“as ONGs não trabalham na linha da militância e da politização da sociedade civil. Elas introduziram novidades institucionais à medida que se apresentam como executoras de atividades de interesse público fora da máquina governamental, com custos menores e mais eficiência”*. Ao contrário da autora, todavia, é justamente a especificidade de sua ação política, voltada para a promoção da cidadania e da democracia, que nos parecem ser a especificidade das ONGs; razão pela qual também discordamos desta análise. Em outros termos, a partir da análise de Gohn as ONGs não se diferenciam de qualquer agência filantrópica existente na sociedade.

Porém, dentre as diversas tentativas de definir analiticamente o fenômeno “ONG” na realidade latino-americana, duas abordagens nos parecem merecer um especial destaque: os estudos de Fernandes e Landim e as pesquisas de Scherer-Warren. Os primeiros pela sua riqueza empírica, e a segunda por sua preocupação teórico-analítica. Apesar de suas diferenças, ambas as perspectivas têm buscado conciliar o próprio discurso destes atores, com critérios mais amplos de definição destas entidades. Seguindo esta tendência, é a partir destes estudos que apresentaremos as características das ONGs e buscaremos demarcar nossa compreensão conceitual do que sejam estas entidades.

## **A) ABORDAGEM DO TERCEIRO SETOR**

Fernandes e Landim , a partir de várias pesquisas realizadas pelo ISER, buscam conceituar o fenômeno das ONGs dentro de uma abordagem do “**Terceiro Setor**”, assim definido por Fernandes ( 1994, p. 20-21):

*Com efeito, mais do que uma descrição, como se fosse a fotografia de uma realidade emergente, a idéia de um terceiro setor deriva da abertura de uma alternativa lógica. Ela pode ser idealmente concebida como uma entre as quatro combinações resultantes da conjunção entre o “público” e o “privado”:*

<i>AGENTES</i>			<i>FINS</i>		<i>SETOR</i>
<i>privados</i>	<i>para</i>		<i>privados</i>		<i>mercado</i>
<i>públicos</i>	<i>para</i>		<i>públicos</i>		<i>Estado</i>
<i>privados</i>	<i>para</i>		<i>públicos</i>		<i>terceiro setor</i>
<i>públicos</i>	<i>para</i>		<i>privados</i>		<i>(corrupção)</i>

Com base nesta perspectiva teórica, **Landim**, desde 1988 (p. 27), a partir do levantamento de 1.208 ONGs realizada pelo ISER<sup>5</sup>, já partia do que então chamava o próprio “discurso” (critério funcional) de algumas entidades com características próprias (critério estrutural) para formular um conceito de ONG. Assim, entre aquelas entidades que não fossem oficiais (ligados ao Estado), representativas (associações de moradores ou sindicatos, por exemplo) ou ligadas a outras instituições (igrejas, partidos, sindicatos, etc.) a autora afirma que “*ONGs são entidades que se apresentam como estando a serviço de determinados movimentos sociais, de camadas da população oprimidas ou exploradas ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social*”.

Depois de realizar um trabalho de cunho histórico (1993a) em que procura evidenciar o crescimento do chamado terceiro setor na realidade atual, (especialmente com a proliferação das associações profissionais, entidades assistenciais e as próprias ONGs), a autora retoma sua preocupação em conceituar a realidade das ONGs, (1993b), buscando sempre no próprio “discurso” das ONGs, as características que as distinguiriam de outros atores do terceiro setor (como as associações filantrópicas, os próprios movimentos sociais, fundações, etc.). Utilizando-se da categoria “campo”, de Bourdieu, a autora afirma que (idem, p. 50), *se há lugares (...) onde se encontram definições objetivadas sobre “o que é uma ONG”, esses são os centros de documentação ou de venda de material dessas próprias entidades*”. São justamente estas instâncias e os



respectivos processos constitutivos do campo das ONGs, que a autora procura elucidar em seu estudo.

Neste sentido, Landim aponta especialmente dois mecanismos enquanto consagradores da construção de identidade das ONGs: os “encontros” dos diversos atores da sociedade civil (especialmente as próprias ONGs) e os “catálogos” de ONGs. É por estas instâncias que as diferentes entidades vão demarcando seu pertencimento ou não (no caso dos encontros) ou seu reconhecimento ou não (no caso dos catálogos) ao “campo” das ONGs.

O grande mérito do trabalho de Landim, parece residir no fato de reconhecer que o termo ONG se caracteriza por ser um categoria construída socialmente, alvo portanto de discussões e disputas. E é justamente no âmbito dos próprios agentes destas entidades, com suas características e visão de mundo, que a autora procura delinear analiticamente o significado conceitual do termo ONG.

Ao lado dos trabalhos de Landim, e também inspirado na perspectiva do terceiro setor, é preciso reconhecer também a importância dos trabalhos de **Fernandes** (1988, 1991 e 1994) para definir as características do “campo” das ONGs, seja no Brasil e na América Latina.

Assim, já em 1991, em colaboração com Piquet, o autor apresenta resultados de “survey” aplicado aos dirigentes das ONGs, onde se encontram importantes resultados para a compreensão das características das ONGs no Brasil. Em sua pesquisa, os autores procuram elucidar cinco aspectos:

a) perfil dos profissionais das ONGs: 39% possuem cursos de pós-graduação (especialmente na área de filosofia e sociologia). Estes profissionais possuem fortes

---

<sup>5</sup> Tomando como base várias fontes diretas (catálogos) e indiretas (contatos informais), a pesquisa identificou três conjuntos de ONGs, com seus respectivos números: 447 ONGs a serviço do movimento popular (SMP); 196 ONGs “de mulheres” e 565 ONGs “de negros”.

vínculos religiosos (40%), mas se dedicam primordialmente às atividades das ONGs (77%). A pesquisa revela ainda que os mesmos possuem também laços no campo da esquerda (89% se identificam com o PT), onde a maioria formou suas convicções políticas.

b) características das ONGs: segundo a pesquisa, 50% das ONGs foi criada nos anos 80, sendo o sudeste (44%) e o nordeste (31%) suas regiões privilegiadas. De acordo com a pesquisa, 40% das entidades declaram ser a assessoria sua atividade principal. Suas principais instâncias de relação seriam, portanto, os movimentos sociais, seguidos dos partidos de esquerda, igreja e universidades.

c) cooperação internacional: De acordo com Fernandes e Piquet, 70% das ONGs entrevistadas haviam participado de encontros internacionais com outras ONGs ou entidades financiadoras, sendo que para 54% o financiamento internacional tinha peso decisivo em suas receitas.

d) visão política: para os autores, o discurso das ONGs não se diferenciava do campo da esquerda. A diferença estava nos objetivos que se propunham as ONGs: fortalecer os movimentos sociais (46%) e construção da sociedade civil (30%).

e) visão de futuro: perguntados em suas perspectivas para os anos 90, 75% dos dirigentes das ONGs acreditavam no crescimento de sua importância, indicando para os autores a tendência a abrir um campo próprio de atuação, regido por regras e estilos próprios.

A mesma preocupação em traçar as principais características das ONGs, é retomada por Fernandes em seu estudo sobre as ONGs latino-americanas. Fazendo uso de 32 diretórios nacionais (referidos a 24 países da América Latina e Caribe), no qual identificou 4.327 ONGs, Fernandes (1994, p. 65-85) completa suas pesquisas, com os seguintes resultados:

a) campo de atuação. Segundo o autor (idem, p. 71), “*as ONGs cresceram na América Latina cumprindo, sobretudo, uma função pedagógica*”. Para o autor, duas categorias obtiveram destaque: formação qualificada/assessoria (40%) e educação (36%).

b) grupos beneficiários: cerca de um terço das ONGs (32,1%) declaram ser a comunidade sua referência privilegiada, seguida das associações civis (16%) e dos trabalhadores rurais (20,3%).

Todavia, a pesquisa mais recente a respeito do “perfil” das ONGs no Brasil, foi realizada recentemente por Landim (1995), com base em 225 ONGs filiadas à ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais) a pedido desta mesma entidade<sup>6</sup>. Os principais resultados desta pesquisa podem ser assim elencados:

a) origens: apesar das ONGs remontarem aos anos do regime militar, 60% destas entidades foram fundadas a partir de 1985, especialmente sob a forma de associações civis (95%), como estipula o art. 16 de Código Civil Brasileiro.

b) campo de atuação: 40 % das entidades declaram ter um alcance nacional em suas atividades, sendo que apenas 6% disseram ter uma atuação exclusivamente local. Para Landim (idem, p. XII), estes dados revelam que “*de meados dos anos 80 para cá, as atividades das ONGs deixaram de ter um caráter predominantemente localizado, para buscar expansão e expressão mais ampla.*”

c) atividades: assessoria e educação popular continuam sendo as grandes atividades das ONGs. 41,2% declaram ser a primeira sua atividade principal, seguida de 14,7% para a segunda atividade. Educação para a cidadania aparece em terceiro lugar, com 14,1% .

---

<sup>6</sup> A importância desta pesquisa não se deve tanto à quantidade de ONGs pesquisadas (225), mas à representatividade deste conjunto, na medida em que abrange as entidades mais consolidadas e consagradas do cenário das ONGs.

d) destinatários: segundo Landim, o leque de destinatários das ONGs impressiona pela sua variedade e heterogeneidade, refletindo as transformações da década de 80. De acordo com a autora, a principal transformação é que as ONGs mudam suas atividades do campo para a cidade. Crianças e adolescentes recebem a atenção de 63,7% destas entidades, seguido dos movimentos urbanos (52,4%), associações de moradores (46,6%), além das próprias ONGs (25,8%), indicando que :

*o fato das ONGs terem seu próprio campo como universo de ação - um quarto dentre elas atua para outras ONGS - pode revelar o estabelecimento de redes de troca (grifo nosso) e prestações de serviços mútuos, coadunando-se também com todo um movimento no sentido de fortalecimento institucional e de assunção de um protagonismo próprio e autônomo por essas entidades na sociedade.*

e) recursos materiais: a mesma tendência de formação de redes, verifica-se nos laços de financiamento estabelecidos pelas ONGs em âmbito internacional: 75% dos recursos das ONGs provêm de agências internacionais de cooperação não-governamental. A pesquisa mostrou ainda certa equalização na distribuição dos recursos entre as ONGs (43,7% trabalham com cerca de US\$ 100 a US\$ 500 mil dólares), apesar da queda relativa dos recursos disponíveis.

## **B) ABORDAGEM DE REDES**

Diferente postura analítica, todavia, é adotada por **Scherer-Warren** para buscar uma definição conceitual das ONGs. Embora esta autora retome as contribuições de Salomon e Anheier (1992) que se pautam pela perspectiva do “terceiro setor” para definir os contornos das ONGs; esta busca entender o significado das ONGs a partir do enfoque teórico de redes. Nesta perspectiva, as ONGs seriam os “elos” da rede de movimentos.

Atenta às especificidades das ONGs latino-americanas, a autora adiciona aos critérios estruturais de Salomon e Anheier a realidade histórico-funcional das ONGs latino-americanas. Deste modo, a autora retoma a inspiração de Landim, no sentido de buscar na realidade estrutural e na realidade funcional das próprias ONGs os elementos

para definir seu conceito. Todavia, a análise de Scherer-Warren preocupa-se em distinguir melhor o campo das ONGs da atuação filantrópica, no qual estas ficavam envoltas, em vista da adoção da perspectiva do “terceiro setor”. Assim, buscando subsidiar um conceito operacional de ONGs para as pesquisas na área de movimentos sociais, a autora (1995a, p. 165) constrói a seguinte definição de ONG:

*Pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global).*

É com base nesta proposta conceitual, e com uma preocupação de cunho analítico mais do que empírico-descritivo, que Scherer-Warren (1994, p. 09-10) reconhece três campos básicos de atuação das ONGs na América Latina, assim definidos:

a) filantropia: dada as condições de miserabilidade e carência das populações de baixa renda, diz a autora, as ONGs frequentemente atuam na assistência imediata às necessidades da população. Todavia, longe de ser mero assistencialismo, a filantropia é vista como “*meio para a construção de uma cidadania mais abrangente e como base ética para a sociedade civil*”.

b) desenvolvimento: a autora mostra como esta concepção evolui de uma percepção centrada no “efeito demonstração”, para uma concepção onde “*começou-se a priorizar a sustentabilidade ecológica e a justiça social como precondições do desenvolvimento*”.

c) cidadania: com o processo de democratização institucional, as ONGs transitaram de uma luta contra os regimes autoritários para a “*questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas*”.

Analisando a história das ONGs, por sua vez, Scherer-Warren distingue duas fases na trajetória destas entidades, descrita pela autora como a passagem do “trabalho de base” à “formação de redes”. Segundo suas próprias palavras (idem, p. 13):

*Somente com os processos de democratização dos regimes políticos, é que as ONGs passam a assumir visibilidade pública e a estabelecer um crescente intercâmbio entre si. Nos anos 90, vêm acontecendo um grande número de iniciativas de redes entre ONGs, em alguns casos ampliando-se para outros movimentos populares e atores políticos.*

Para discutir este novo papel das ONGs, sugere a autora (1995a, p. 175), “é necessário refletir sobre o estágio de suas relações com três setores fundamentais: as agências de manutenção, o estado e as populações alvo”.

Será a partir desta sugestão que traçaremos a seguir, um breve histórico do processo de origem e constituição das ONGs no Brasil. Em um segundo momento, apontaremos as diferentes posturas políticas adotadas por estas entidades nas décadas de 80 e 90, a saber: a prática política basista e prática política de redes.

## **2.2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA**

A presença das ONGs na realidade latino-americana não é mero fruto do “acaso” ou mesmo de uma suposta “necessidade” histórica. É fruto da capacidade e da vontade de determinados agentes da sociedade em dar respostas aos desafios colocados pelo contexto histórico de sua época. Por isso, é preciso recolocar este contexto histórico e captar as nuances pelos quais os atores sociais reagem e lutam por atuar em seu contexto social. É a partir desta dialética, e com base nos estudos já mencionados acima, que procuraremos entender a emergência e atuação das ONGs no Brasil.

Fernandes (1994, p. 69), mostra que as ONGs tornaram-se um fenômeno massivo no continente a partir da década de 1970. Apenas 32% são anteriores a 1975, sendo que 68% surgiram após esta data. O mesmo dado é confirmado para o Brasil por Landim

(1995, p. XI ) que mostra que a maioria das ONGs brasileiras surge no contexto do processo de transição democrática

As ONGs, portanto, vão ser marcadas na sua trajetória pelos desafios da dissolução dos contextos autoritários nos quais foram forjadas e pela tarefa coletiva de construção da democracia que segue a este período. Vejamos como as ONGs se comportam, de modo geral, em cada uma destas etapas.

### 2.2.1 . ORIGENS

De acordo com as afirmações de Fernandes (1988, p.09), *“o pessoal componente das ONGs tende a ser resultante do cruzamento de três fontes: universidades, igrejas, partidos e ou/organizações de militância política de esquerda”*. E pode-se acrescentar ainda a este quadro a influência não menos decisiva das já mencionadas agências internacionais de financiamento.

O local para onde confluem este três tipos de agentes durante o regime militar são os Centros de Educação Popular, Centros de Promoção Social ou Centros de Assessoria , que surgem ao longo da década de 70, e que serão as “proto-células” de um futuro e estruturado conjunto de ONGs, como apontam os estudos de Pontual (1986).

Landim (1993b), em trabalho no qual retrata sua experiência de inserção em uma das mais antigas ONGs brasileiras (a FASE), procura explicar a partir de sua vivência como se dá a complexa intersecção entre estes diferentes atores, que iniciam a história das ONGs.

De acordo com a autora, a origem primeira dos Centros de Educação Popular está ligada ao trabalho educativo da Igreja Católica. O trabalho da **Igreja** junto aos setores marginalizados da população tem origens antigas. Marcadas sempre pela ótica da “caridade cristã” e expressas em ajudas de caráter assistencial, essas iniciativas registram

uma mudança de postura já a partir das décadas de 50 e 60. Com o golpe político de 1964, e a repressão a estes tipos de iniciativa, estes setores criam ao longo da década 70 os então chamados “Centros de Educação Popular”.

Inspirados pela nascente teologia da libertação, sua intenção será desvincular os trabalhos educativos dos vínculos formais e institucionais com a Igreja Católica, e também de suas concepções assistencialistas, rumo a um processo de “politização” dos trabalhos. É neste contexto que agentes fundadores destas entidades (principalmente padres ou ex-padres vindo do continente europeu ou americano) começam a construir redes de vinculação entre as agências de financiamento do Norte (católicas e desenvolvimentistas) e os “Centros de Educação” do Sul.

Todavia, a ótica adotada para politizar os trabalhos, ainda que dinamizada pela inspiração da teologia da libertação e seus apelos para articular a religião e análise política, ainda é fortemente marcada por concepções desenvolvimentistas, traduzindo-se no âmbito dos trabalhos em projetos localizados de desenvolvimento, com práticas pedagógicas do tipo “efeito demonstração”. No entanto, é neste período que se formam duas das características principais das ONGs: seus vínculos com as populações marginalizadas (e os respectivos trabalhos de base) e os laços com as agências financiadoras do Norte.

Contudo, a solidificação do caráter “politizado” das iniciativas educativas, adquire uma dimensão mais concreta com a entrada de uma segunda “leva” de agentes nestas instituições: **os militantes de esquerda**. Frustrados em suas tentativas de “insurreição armada” nos primeiros anos do regime militar, dispersos e escondidos em vista da repressão, estes agentes vão encontrar nos já formados “Centros”, possibilidades de retomar suas atividades políticas interrompidas, agora já possíveis com a “distensão” operada pelos militares no poder. Como vai se dar esta fusão de “cristãos” e “marxistas”, ambos em busca de novos posicionamentos políticos? Para Landim (idem, p. 255-256), é especialmente o pensamento de Gramsci que contribuirá nesta construção:



*Os conceitos de “hegemonia”, “sociedade civil”, “sociedade política”, “intelectual orgânico”, serão amplamente utilizados nas definições dos papéis dos Centros e de seus agentes comprometidos e a serviço, enquanto instâncias de criação de uma “contra-hegemonia”, através de vias alternativas de educação ao nível cultural entre as classes subalternas.*

Mas não acaba aí a era das “fusões” ou rupturas nesta nossa genealogia das ONGs. Mais uma leva vai se agregar ao agora já complexo quadro destas entidades, trazendo contribuições e mais questionamentos: trata-se dos **exilados políticos**! Com a marca das trajetórias cortadas em função das suas concepções políticas (comum aos já integrados cristãos e militantes marxistas), os exilados (especialmente professores expulsos das universidades ao longo das ditaduras militares) trazem para as ONGs o capital de novas articulações políticas em nível internacional (com outras ONGs) e a formação teórica empreendida nas universidades estrangeiras. Como afirma textualmente Landim (idem, p.305 ), *os exilados que investiram nestes terrenos trouxeram, então, não só capital acumulado em relações, mas também maior conhecimento do funcionamento dessas agências, em diversos países, de sua natureza, de seus papéis e possibilidades, de suas políticas internas e externas*. Constrói-se assim um “ *um paciente ajuste entre suas perspectivas [a autora usa o sociólogo Betinho como paradigma] e as características próprias ao campo que se consolidava*” (idem, p. 320).

De fato, a análise da trajetória histórica de formação das ONGs, confirma a hipótese de Fernandes (1988), ao afirmar que a construção das ONGs se dá em um espaço relacional, cujos limites são dados por essas instituições (igreja, organismos políticos e universidades) , e onde as ONGs vão buscando sua identidade própria.

Para nosso estudo, importa notar como as ONGs se constroem no espaço de uma extensa rede de relações que envolvem estas mesmas entidades (universidades, igrejas e partidos de esquerda), bem como os movimentos populares e outras ONGs. Durante os anos da ditadura militar, constrói-se uma verdadeira teia de relações, que voltada para as

necessidades dos setores mais carentes, constitui o feixe do qual emerge a sociedade civil nas décadas de 80 e 90.

### 2.2.2. CONSOLIDAÇÃO

Para Landim, a grande revolução operada pelas ONGs na década de 80 é a passagem da concepção das ONGs como meras entidades de apoio ao “movimento popular”; para uma concepção em que elas se reconhecem como um sujeito político próprio (ainda que vinculado aos movimentos sociais). O que torna possível essa transição é justamente a formação do “campo” das ONGs, espaço no qual estas passam a construir uma identidade, objetivos e interesses comuns. Para Landim (idem, p. 338):

*essa revolução na lógica das entidades de “educação popular”, verdadeira guinada de 180 graus na sua auto-percepção de existirem como mônadas “a serviço”, foi - e tem sido - feita através de estratégias análogas, onde a questão classificatória, a nomeação, a categorização, colocou-se como ponto central.*

Entre os fatores que influem no processo, deve-se recordar o fato de que estas entidades terão que se recompor diante de reconstrução dos mecanismos democráticos (o caso da “Nova República” no Brasil), na medida em que o estado vai recuperando sua legitimidade na arena política. Por outro lado, terão ainda de re-situar-se diante da “autonomização” de muitos dos próprios atores para as quais elas foram criadas: é o caso do movimento sindical ou das associações de moradores, por exemplo. Frente a esta realidade, ainda haveria razões para a existência das ONGs? Não teria chegado a hora delas desaparecerem? Para Landim (idem, p. 348) “*em que pese os que defendiam a dissolução dos “Centros”, a partir de um momento imaginado em que “os movimentos” não mais necessitassem deles, o tom dos ideólogos da especificidade institucional predominou*”.

Landim afirma que o principal “processo” no qual se dá a construção da identidade das ONGs como um “sujeito político próprio” são os encontros realizados pelas próprias

ONGs no final da década de 80 e inícios da década de 90. É nesses encontros que vai se construindo a “imagem” que as próprias ONGs têm de si mesmas e diante da sociedade.

Reconstruir a trajetória desses encontros, e seu respectivo papel na conformação do campo das ONGs é tarefa complexa. A própria Landim (idem, p. 340- 355), ainda que nomeie vários encontros explora como “caso típico” apenas o “Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros”, realizado no Rio de Janeiro de 27 a 29 de maio de 1986.

Porém, dentre os encontros mencionados pela autora, três acontecimentos nos parecem merecer ainda um destaque. O primeiro é a criação da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) pela própria articulação que confere ao campo das ONGs. Outro acontecimento importante é o 1o Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas ( PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), realizado em agosto de 1991, pela própria “imagem” que as ONGs vão firmando diante de suas parceiras do Norte. E finalmente, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1992, momento em que o “fenômeno” ONG ganha visibilidade pública. Todos são acontecimentos que propiciam um encontro de ONGs, um debate sobre suas próprias características e funções e um diálogo com outras instâncias (Estado, sociedade, agências financiadoras, outros atores políticos). São, portanto, momentos que contribuíram decisivamente na criação da “auto-imagem” das ONGs diante de si mesmas e da sociedade.

Através desses encontros, por sua vez, as ONGs acentuam os laços entre seus próprios organismos, fazendo das parcerias e das alianças uma nova forma de inserção no espaço político, que faz justamente da articulação sua estratégia principal. É deste modo que as ONGs constituem-se então como “elos” de uma rede de movimentos.

## **2.3. PRÁTICA POLÍTICA**

A presente secção terá dois objetivos principais. Em primeiro lugar, levando em consideração as etapas históricas acima delineadas (surgimento e consolidação das ONGs), buscaremos apresentar o perfil político das ONGs. Nosso segundo objetivo será de ordem metodológica. Assim, tendo em vista a história das ONGs, apresentaremos suas modalidades de ação política em forma de “tipos ideais”. Uma vez construídos, estes “tipos ideais” nos permitirão, enquanto instrumento metodológico, uma apreciação dos padrões de ação política do CEDEP.

De acordo com o pressuposto que adotamos em nossas análises, as ONGs transitam da construção de redes sociais voltadas para os trabalhos de base para a formação de redes, que faz da articulação em espaços públicos sua estratégia principal. Ora, para captar estas diferentes dinâmicas de atuação política das ONGs, examinamos suas relações com quatro setores chaves na órbita de suas relações: outros atores da sociedade civil, o estado, atores globais (agências de financiamento e outras ONGs) e suas populações-alvo. É a partir deste múltiplo feixe de relações que as “redes sociais” e as “redes políticas” das ONGs serão traduzidas na forma de tipos ideais de prática política. É o que desenvolvemos a seguir.

### **2.3.1. PRÁTICA POLÍTICA BASISTA.**

Uma das características mais marcantes dos movimentos sociais que começam a despontar no Brasil no final da década de 70, é a efetiva participação das “classes populares” nas mobilizações políticas. Ou seja, dentre as inúmeras ações coletivas da “abertura democrática” estarão, ao lado das classes médias e outros segmentos sociais, os setores mais carentes da população.

Assim, boa parte das ONGs deste período surge e estrutura sua ação, tendo em vista articular e dar sustentação às mobilizações dos setores carentes da população,

envolvidos em ações coletivas. Doimo nos relata (1995, p. 118) que, em cada um dos cinco movimentos por ela analisados (movimento pelo custo de vida, movimento pela moradia, movimento contra o desemprego, movimento da saúde e movimento por transporte coletivo), havia várias ONGs, “*visando estabelecer condições de continuidade entre movimentos virtualmente localizados, diversos e fragmentados*”.

É neste contexto que as ONGs forjam o discurso que será constitutivo de sua própria identidade: o de entidades **a serviço do movimento popular**. São entidades que se definem e se compreendem, tendo como referência o movimento popular, sujeito político próprio a quem devem “assessorar” e “apoiar”.

Portanto, em termos de prática política, as ONGs vão absorver as mesmas características do movimento popular, no qual elas praticamente se “subsumem”: o povo é visto como sujeito político independente que se auto-organiza.

Com base nesta concepção, como as ONGs organizam sua relação com as agências de manutenção, com o estado, com suas populações alvo e com outros atores sociais e políticos? Apresentaremos abaixo, em forma de “tipo ideal”, o modo como concebemos estas relações de uma ONG em sua fase basista de prática política.

#### **a) Relação com outros atores sociais e políticos**

Na “fase” (ou tipo ideal) basista, qualquer relação com outros atores políticos e sociais alheios às populações-alvo, é considerada como interferência manipuladora. Pesquisadores, por exemplo, que não estiverem vinculados diretamente com a “causa popular”, aparecem como indivíduos que apenas desejam “usá-lo” em seu benefício. Para atuar com o povo é preciso estar “inserido” na realidade popular, inclusive partilhando do seu modo de vida, quando possível.

Isto faz com que a ONG esteja voltada quase que exclusivamente para suas atividades e seus segmentos próprios, fazendo poucas alianças com outros atores políticos. Afinal, de acordo com as premissas dessa concepção, o povo é um ator político que se “auto-organiza”, e é preciso respeitar este processo.

### **b) Relação com o Estado**

Em vista do período autoritário na qual emergem, Scherer-Warren (idem, p.165) constata que as ONGs pautam-se por uma atitude de negação e crítica do sistema político. O mesmo fato também é constatado por Doimo (1995, p.128), ao afirmar que o “*alto poder expressivo-mobilizador* [dos movimentos sociais e das ONGs] *instaura um ethos de negatividade indiscriminada à esfera institucional*”.

Pode-se perceber assim, que as ONGs sustentam uma visão monolítica do estado, visto como instrumento sempre a serviço das camadas favorecidas. Por isso, em sua fase basista, é o conflito e a pressão sobre os aparatos governamentais que caracterizam a relação das ONGs em relação ao estado. Esta é, efetivamente, sua marca central.

### **c) Relação com agências/atores transnacionais**

Colhemos a sugestão de Scherer-Warren (1995a, p.176) ao afirmar que a “*existência de um discurso autonomista e nacionalista dificulta-lhes* [trata-se das ONGs] *assumir plenamente uma relação de complementaridade com as partícipes do Norte*”.

Portanto, em sua fase “basista”, as ONGs se pautam por uma relação de ambiguidade com as agências de manutenção: dependem destas para sua sobrevivência, mas buscam autonomia frente às suas orientações normativas. Por outro lado, como estão voltadas principalmente para suas atividades específicas, não priorizam a formação de alianças ou mesmo a atuação política em escala global. Sua relação com outros atores, em escala global, portanto, é praticamente inexistente.

#### **d) Relação com as populações-alvo**

O que caracteriza a prática basista das ONGs em relação a este aspecto é o desejo de evitar a visibilidade pública, em vista do fato de serem portadoras de um discurso ideológico do espontaneísmo das próprias bases na busca da transformação social.

Assim, o sujeito político das lutas sociais é sempre o “povo”, da qual as ONGs são meras assessoras. As ONGs tem dificuldade de se reconhecerem com identidade e função próprias. Portanto, falam sempre em nome do movimento popular, como se fossem meros representantes das bases na qual estão inseridas. O aspecto central a relevar, é o fato de as ONGs tão terem elaborado, nesta perspectiva, uma auto-compreensão de sua identidade e uma formulação consciente de seu agir político, que ficam subsumidos no movimento popular.

#### **2.3.2. PRÁTICA POLÍTICA DE REDES**

A grande novidade política das ONGs na década de 90 é a inversão da compreensão que as próprias ONGs fazem de si mesmas: de mônadas à serviço, para sujeito político em campo próprio. A formação de um campo comum entre as ONGs, por sua vez, possibilita-lhes renovar sua própria prática política, sendo que a “formação de redes” passa a ser uma das estratégias fundamentais das entidades.

Em que medida a articulação de redes entre as ONGs tende a alterar as práticas efetivas destas entidades? Para Scherer-Warren (1995a, p. 175-176):

*a ONG, por meio de um novo princípio do pluralismo possível e da diversidade desejável, conjuga-se a outras forças sociais (setores das próprias agências, segmentos dentro do estado, novas ONGs como as ambientalistas, organizações populares e lideranças formais e informais) na construção de um movimento mais amplo, que possa visar transformações no âmbito local, regional, nacional e às vezes transnacional*

Dentre os pressupostos desta nova estratégia de ação, segundo Scherer-Warren (1995b, p.08) está a *“construção de uma nova utopia de democracia, onde as relações políticas seriam mais horizontalizadas e onde haveria um maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico”* e em segundo plano, aposta-se na *“possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta”*.

Primeiramente, apresentaremos esta nova postura política na forma de tipo ideal. Porém, como se trata de uma realidade emergente, dedicaremos a segunda parte deste capítulo para elucidar como, concretamente, pode-se verificar esta tendência por parte das ONGs.

#### **a) Relação com outros atores políticos e sociais**

Significa a articulação da entidade com outros atores da sociedade civil ou mesmo dentro do estado, visando construir um amplo movimento social sob a forma de rede. Para Scherer-Warren (1995a, p.170) uma das principais tendências que apontam nesta direção *“é a formação de redes entre organizações da sociedade civil e atores políticos sensibilizados para a busca de solução para uma mesma problemática (fóruns locais, nacionais e similares), ou a procura de um maior intercâmbio entre as próprias ONGs.”*

Importa notar que a busca de articulações por parte das ONGs prevê uma autonomia das entidades tanto em relação aos movimentos populares, partidos políticos e administração estatal. Neste sentido, o papel das ONGs é concebido especialmente como “mediador” que procura articular os diversos segmentos sociais em torno de causas, projetos ou mesmo conflitos comuns.



## **b) Relação com o Estado**

Scherer-Warren (1994, p.10) destaca em seu estudo que *“com o fim dos regimes militares, a questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas passou a fazer parte dos debates e das ações das ONGs dos países latino-americanos”*. Scherer-Warren destaca ainda que *“as lutas pela democratização têm como desdobramentos principais, por um lado, a defesa de políticas sociais e de participação no poder público e, por outro, a questão da justiça social e dos direitos humanos”*.

Deste modo, o perfil de pura negação do estado passa a ser substituído por uma postura de interação positiva com o aparelho administrativo. Dois pressupostos guiam a interação das ONGs com o estado. Por um lado, busca-se uma diminuição e descentralização do poder, visando torná-lo mais aberto às demandas da sociedade civil. Por outro lado, a influência das ONGs em relação aos setores do governo busca centrar-se na questão da priorização das questões sociais e do atendimento aos setores ditos “excluídos” ou “marginalizados”.

## **c) Relação com agências de manutenção/atores transnacionais**

O que caracteriza a trajetória das ONGs em relação às suas articulações em nível global, é que de uma postura autonomista, passa-se à uma relação de complementaridade.

Em relação às agências de manutenção, as ONGs do Sul procuram ir além da discussão do cumprimento e discussão de detalhes técnicos (projetos, avaliações, relatórios, etc.). Busca-se levantar a questão das prioridades políticas, dos valores comuns e de objetivos conjuntos que satisfaçam ambas as partes.

Por outro lado, a consolidação das ONGs têm lhes permitido articular-se não só a nível de financiamentos, mas também em torno de lutas e causas políticas de caráter global. Os principais exemplos são as articulações de ONGs em torno das conferências da ONU, como a “ECO 92”. Muitas ONGs, portanto, passam a ampliar o leque de sua atuação, buscando dar um alcance global as suas lutas e por outro lado, destacando a dimensão global das suas lutas locais.

#### **d) Relação com as populações-alvo**

A ONG passa de mero “reboque” das organizações populares para um postura de “mediadora”, que respeita tanto a autonomia das “bases”, como conserva aberta a entidade para alianças com outras forças políticas.

A principal mudança se deve ao fato de que as entidades passam a se auto-reconhecer enquanto “ONGs”. Deste modo, elas desvinculam sua representividade de vínculos exclusivistas com suas camadas de atuação.

### **2.4. TECENDO OS NÓS DA REDE**

Não basta conceber a prática política de redes das ONGs, como uma possibilidade teórica. Pelo contrário, em nosso trabalho, assumimos este pressuposto como um dado real, no qual as próprias ONGs estão empenhadas.

Assim, o objetivo da presente secção, consiste em indicar como concebemos, efetivamente, que as ONGs desempenham o seu papel de mediadoras, no interior da sociedade civil. Na análise do processo de adensamento de suas relações com outros atores da sociedade civil (inclusive com outras ONGs), na redefinição de suas posturas em relação ao estado, na construção de articulações de caráter transnacional e na efetivação de uma nova concepção de cidadania, é que está se construindo efetivamente a prática política de redes e a construção do espaço público, vitais para o revigoreamento da

sociedade civil e para a consolidação da democracia, como postulamos neste trabalho. Será este processo que desejamos apontar nas linhas que seguem.

#### 2.4.1 NAS TRAMAS DA SOCIEDADE CIVIL

Em 1988, Fernandes (p. 49) já afirmava não ter dúvidas de que havia uma tendência de articulações entre as próprias ONGs, *“costurando-se no seu interior algumas redes temáticas mais permanentes, outras funcionais e imediatas, para atender a objetivos conjunturais diversos”*.

A pesquisa de Landim ( 1995, p. XVI ), por sua vez, revelou que 25% das ONGs têm outras ONGs como seu público alvo, além de 52% estarem vinculadas aos “movimentos urbanos” e 46% as associações de moradores/movimentos de bairro. O que estes dados revelam, portanto, é a forte vinculação que as ONGs possuem no interior da sociedade civil.

Além desses dados mais gerais, várias pesquisadores têm mostrado que a busca de articulações entre as ONGs ou das ONGs com outros atores sociais, vem se firmando como um dos principais objetivos destas entidades.

Menezes (1995, p. 118-131), por exemplo, aponta que no Estado de São Paulo, a afinidade temática entre as ONGs e as dificuldades com o plano econômico do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, foram os principais impulsos para a consolidação das redes de ONGs paulistas. Dentre as articulações citadas pelo autor, estão a Associação Brasileira de Vídeo Popular<sup>7</sup> e as articulações de entidades ecológicas<sup>8</sup>. O

---

<sup>7</sup> A ABVP conta com 22 coordenações estaduais em 26 estados do país. Entre seus projetos estão a formação de Centros de Comunicação Populares, a rede nacional de vídeo popular e a participação no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, como a UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social).

<sup>8</sup> Dentre as maiores redes ambientalistas está a rede de ONGs da Mata Atlântica, integrada por mais de 100 entidades da sociedade civil. A Fundação Mata Atlântica reúne mais de 3.000 associados e é uma das entidades mais conhecidas do país.

autor lembra ainda o caso das ONGs do Nordeste e do Rio de Janeiro: na primeira, os questionamentos aos mega-projetos governamentais e na segunda, as amizades formadas nos tempos de exílio; foram fatores fundantes de suas articulações<sup>9</sup>.

Outro interessante estudo de caso a demonstrar esta tendência é a pesquisa de Cunha Souza (1996) a respeito da ONG carioca “Viva Rio”. Em sua pesquisa, a autora demonstra como esta ONG nasce mobilizando os mais diversos setores da sociedade civil carioca em torno de uma causa única e comum: a luta pela paz. Neste sentido, esta ONG se insere num contexto de relações que envolve setores da imprensa, universidades, sindicatos, partidos, segmentos do estado (setor de segurança pública), ONGs, associações de moradores, entidades assistenciais, associações empresariais e comerciais, igrejas e até grupos de samba. Seu “conselho consultivo” é formado de 40 diferentes personalidades da cidade carioca. Além de mobilizar a cidade por uma paralização pela paz no dia 13 de dezembro de 1993, a ONG desenvolve projetos na área de geração de renda e trabalho, educação, segurança pública e cidadania e ainda habitação e saúde.

Todavia, para além da mera enumeração das diversas redes formadas por ONGs e movimentos sociais, o que importa é captar as características essenciais que informam essas redes. Que tipos de redes estão sendo criadas pelas ONGs? Qual a configuração empírica dessas redes? Qual o seu significado político?

Para responder a esta questão, Doimo (1995, p. 151-168) apresenta a seguinte classificação. De um lado, estariam as **redes de abrangência territorializada**, construídas com base nos intercâmbios pessoais de pessoas “predipostas a participação” ou, em um âmbito maior, construídas com base nas estruturas da chamada igreja popular ou do ecumenismo secular, especialmente as pastorais sociais (pastoral operária, pastoral

---

<sup>9</sup> Dentre as ONGs mais conhecidas deste circuito estão o CEDAC (Centro de Ação Comunitária), CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), FASE (Fed. dos Órgãos de Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), IDAC (Instituto de Ação Cultural), ISER (Instituto de Estudos da Religião) e NOVA (Nova Pesquisa e Assessoria em

das CEBs, pastoral da juventude, etc.) ou mesmo nas trilhas das ordens religiosas que contavam com membros “comprometidos” em seu meio (especialmente a companhia de Jesus, os franciscanos e os dominicanos).

De outro lado estariam as **redes temáticas**, que aglutinariam ONGs e movimentos sociais por afinidade de atuação. Dentre as articulações citadas pela autora estão as ONGs de produção científica (CEDAC, CEBRAP e IBASE , por exemplo), as entidades que trabalham com produção de recursos audiovisuais, de preservação de memória popular (os chamados centros de documentação popular) e as redes de solidariedade à distância.

Cruzando estas duas redes, sugere por fim Doimo (idem, p. 168), estariam as **redes de influência**, “ *seja no sentido de orientar práticas, através de cursos de formação, seja pela canalização política dos recursos de poder produzidos no interior de tais práticas*”. Dentre os exemplos citados pela autora estão as discussões em torno da reforma partidária (entre 1979 e 1980) e do processo constituinte, entre os anos de 1985 e 1987.

Outros estudos em torno da configuração de redes são também os trabalhos de Scherer-Warren ( 1994, p. 11) . Empiricamente, eis os exemplos de “redes” construídas pelas ONGs e movimentos sociais, segundo a taxinomia apresentada pela autora:

a) redes temáticas: articulações em torno das questões ecológicas, da mulher, da saúde, das crianças e adolescentes, dos jovens, do negro, etc.;

b) fóruns de ONGs: de nível local, nacional ou mesmo transnacional, nele se discutem programas de ação, estratégias políticas, projetos comuns, formas de cooperação, etc;

c) associações de ONGs: implica na filiação de várias ONGs de um país ou de uma região em torno de uma associação;

---

Comunicação) . Entre as ONGs do Nordeste sobressaem o Centro Luís Freire de Recife e o CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) de Salvador.

d) redes de informação: agências alternativas de notícias, correios eletrônicos ou banco de dados;

e) redes de reflexão: boletins e outras publicações periódicas, onde se dá a difusão de idéias, estudos e informações;

f) interface de experiências: várias ONGs, representando problemas diversos, unem-se em torno de projetos comuns, como a revisão constitucional, a questão da violência, um projeto de reforma urbana ou outros acontecimentos.

A autora lembra ainda (1995b, p. 09-10) que as pesquisas devem avançar no estudo destas redes, analisando a forma como os recursos são mobilizados entre seus atores (de forma horizontal ou clientelista?), as estratégias de organização e ação construídas no interior destas redes, bem como seus efeitos de difusão e democratização.

Apesar da necessidade de pesquisas mais intensas, analisando esses diversos momentos de “articulação” proporcionados pelas redes da sociedade civil, pode-se perceber claramente o papel chave que as ONGs ocupam na sua organização. São justamente as ONGs que mais se destacam na formação de vínculos mútuos e na promoção de intercâmbios com outros organismos e entidades. O que este dado revela, portanto, é uma nova dimensão da prática política das ONGs. Ou seja, mais do que voltadas para a resolução de problemáticas de grupos específicos, estas entidades têm felto do fortalecimento político da sociedade civil uma das suas principais atividades.

Neste sentido, é a noção de “mediadora” que tem servido para fornecer uma orientação discursiva para este novo aspecto. Como entidade “meio”, as ONGs se especializam cada vez mais na “articulação”. E é deste modo, que elas vão se tornando os “elos” de uma rede de movimentos!

## 2.4.2. UMA NOVA RELAÇÃO COM O ESTADO

Herbert de Souza (1992, p. 141) ao comentar a atuação das ONGs na década de 90, salienta que *“as ONGs brasileiras (...) nascem contra o estado e de costas para o mercado, ou à margem dele (leia-se grande capital), que havia se apropriado do estado e passava a reprimir a sociedade a partir dele”*. Todavia, as mudanças políticas ocorridas durante a transição democrática e as novas dinâmicas presentes no âmbito da sociedade civil, redefinem este quadro.

Em relação às transformações ocorridas no âmbito do **estado**, cabe salientar que a progressiva erosão do regime militar e as mudanças operadas durante o período da transição democrática, abriram espaço para experiências de administrações municipais conduzidas por governos democrático-progressistas<sup>10</sup>, especialmente em âmbito local<sup>11</sup>. Conduzidos por governos identificados especialmente com os atores da sociedade civil, estas novas administrações passaram a criar mecanismos de interlocução destes setores com as administrações locais.

Nesse sentido, a formação de fóruns de elaboração das políticas municipais com garantia de assento para representantes da sociedade civil, têm exigido dos próprios setores organizados a criação de mecanismos de articulação e organização adequados aos novos tempos. Começa-se a falar, na linguagem destes atores, da necessidade de avançar de uma postura de “oposição” para uma cultura “propositiva” em relação ao estado.

---

<sup>10</sup>Os princípios gerais do projeto democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, encontram-se em BITTAR, Jorge (org). **O modo petista de governar**. Caderno especial de Teoria e debates. São Paulo: Teoria e debate. 1992. Para uma análise comparativa dos estilos de gestão municipal no Brasil, veja-se FREY, Klaus. Crise do estado e estilos de gestão municipal. **Lua Nova**. São Paulo, n.37. p.107-138. 1996

<sup>11</sup> Para uma apreciação teórica em torno da relevância teórica do “local”, ver a interessante obra de DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense. 1994 e ainda Revista TEMPO E PRESENÇA. **Poder local: espaço para cidadania**. São Paulo: Koinonia. n. 287. 1996.

No entanto, não é apenas no âmbito do estado que ocorrem transformações. A mudança de postura da **sociedade civil** em relação à esfera político-institucional não pode ser pensada apenas como “reativa” aos estímulos do estado. Vários fatores também impulsionaram os próprios atores da sociedade civil a travar novas relações em relação aos aparelhos governamentais. Neste sentido, Paoli (1995, p. 42-47) destaca que, especialmente durante o período da “Nova República” (1985-1989) dois acontecimentos contribuíram para disseminar uma nova experiência de relação com o estado no âmbito da sociedade civil. De um lado, a mobilização em torno de propostas para a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988) e de outro, a perspectiva de vitória da frente popular (coligação de partidos de esquerda liderada por Luis Inácio Lula da Silva) nas eleições presidenciais de 1989, já que os partidos de esquerda (especialmente o PT) possuíam fortes vínculos com os movimentos sociais.

Portanto, no período da transição democrática, não só o estado vai se tornando mais permeável às demandas sociais, como os próprios atores da sociedade civil passam a redefinir sua postura diante dos aparelhos governamentais.

Analisando algumas das pesquisas que têm acompanhado este processo, pode-se observar como este começa especialmente no nível do poder local e progressivamente vai se disseminando também nas outras esferas da administração pública (níveis estadual e federal). Neste processo, as ONGs contribuem decisivamente na capacitação dos atores sociais em interagir com a esfera estatal.

Em relação ao **nível local**, Moura (1995), por exemplo, ao analisar as ONGs nordestinas, demonstra que as entidades têm se destacado especialmente no sentido de influenciar as agendas das políticas públicas, no sentido de dar-lhes um cunho mais social ou voltado para as populações carentes.

Para a análise das formas de ação das ONGs em relação ao poder público local, importante elucidação nos é trazida pelos vários estudos de caso de Teixeira (1991,



1993, 1994a, 1994b e 1995), em relação ao nordeste. Em um destes estudos (1995), Teixeira, ao analisar em detalhes o movimento “cidadania em ação” (da região de Feira de Santana, na Bahia) demonstra como o movimento passa da discussão da participação da população no orçamento municipal e do questionamento de sua execução e do controle das contas públicas até a discussão das políticas públicas necessárias para o conjunto da região. Neste processo, Teixeira destaca cinco eixos básicos pelos quais as entidades da sociedade civil (e as ONGs) buscam atuar diante das prefeituras:

a) efetivação de direitos: trata-se de lutar pela implementação concreta dos direitos previstos nos textos legais (constituição, leis, lei orgânica, etc.);

b) fiscalização e controle do poder municipal: examinam-se as contas públicas, questionando não só sua legalidade (apontando fraudes e desvios), mas também sua legitimidade e necessidade diante de cada realidade local (gastos desnecessários ou visando interesses privados);

c) ação sobre o poder legislativo: acompanhamento e participação nas sessões da câmara de vereadores de cada município, visando entender seu funcionamento e implementar os mecanismos de participação dos cidadãos (pedido de informações, audiências públicas, etc.);

d) participação nos conselhos municipais: como normalmente só possuem uma estrutura formal (fixados por lei), mas controlados pelas prefeituras e pouco efetivos em suas práticas, as entidades da sociedade civil buscam dinamizar sua ação.

e) parcerias com o poder público: planos de ação conjunta onde os atores da sociedade civil e agentes do estado participam conjuntamente na resolução de problemas e temáticas comuns (projetos de saúde, educação, moradia, etc.).

Nestas múltiplas iniciativas de interlocução com o poder local, Teixeira destaca que as ONGs têm cumprido especialmente dois papéis: integrar as organizações civis e populares para uma participação conjugada nas administrações populares, bem como procurar oferecer subsídios, suporte técnico e ajuda especializada nos referidos processos.

Porém, não é apenas no nível do poder local que as ONGs tem articulado uma nova relação com os aparelhos do estado. Mesmo ao nível **estadual** pode-se destacar iniciativas das ONGs. Silva (1993), por exemplo, destaca o esforço das ONGs paulistas em unificar os movimentos de moradia de São Paulo (com a criação da “União dos Movimentos de Moradores de São Paulo”) o que levou o movimento a propor a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Outro exemplo relatado pela autora, é o surgimento do Fórum da Reforma Urbana, coordenado por 12 entidades, e que teve uma repercussão **nacional** de seus trabalhos.

À medida que este processo vai se ampliando entre as ONGs, o tema passa a ser objeto de reflexão entre as entidades, consolidando novos valores e atitudes em relação à esfera político-administrativa.

Em 1991, por exemplo, o tema era alvo de discussões em seminário realizado pela ETAPAS (Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social), no Nordeste, em que diversas experiências de ONGs foram compartilhadas. A iniciativa ali mais destacada foi justamente a atuação em prefeituras de corte progressista, seja na “*elaboração de políticas públicas, seja na assessoria direta a setores destas prefeituras, sob a forma de cursos, racionalização administrativa, políticas de transporte, etc.*” (Etapas, 1993, p. 22).

A mesma preocupação pode ser sentida nas publicações mais recentes da ABONG, órgão que busca articular as ONGs em nível nacional. Assim, apesar de reconhecer a importância desta nova realidade para as ONGs, esta entidade levanta a questão de “*envidarmos esforços na perspectiva de empreendemos uma política visando maior qualificação capacitação nos temas trabalhados*” (Said, 1995, p. 09).

Com esta perspectiva, em julho de 1996, um número especial da revista da entidade (ABONG, 1996) é dedicado à participação popular nos conselhos de gestão. Finalmente, em encarte especial de agosto de 1996, (ABONG, 1996) são apresentadas propostas das

ONGs para as futuras administrações municipais (cujas eleições ocorreriam em outubro daquele ano) em 20 áreas temáticas chaves.

Todavia, este processo também envolve seus riscos. Em várias declarações, o risco de que as ONGs passem a substituir o estado, tomando para si as preocupações sociais que são de responsabilidade estatal, sempre está presente. O próprio Herbert de Souza (idem, p.142), por exemplo, procura sublinhar que as ONGs “ *não aderem nem a ótica ou a ética do mercado, por isso têm uma visão e uma crítica do estado radicalmente diferente daquela realizada pelo neoliberalismo. Isso não significa dizer que elas não tenham, em algumas circunstâncias e lugares, tentado ou sido tentadas a substituir o estado*”.

O interessante desta declaração, é que ela revela o quanto as ONGs, de fato, redefiniram sua postura diante do estado. Ora, se não se deve substituí-lo (ou negá-lo), implícita está a afirmação da necessidade do estado e do imperativo de preservar suas funções. Longe de estar de costas para o estado, as ONGs hoje se encontram na linha de frente da defesa de suas legítimas funções e da necessidade de se atuar nos aparelhos administrativos, seja em prol da cidadania, seja em prol de políticas com prioridade social. Para Herbert de Souza (idem, p. 142), enfim:

*As ONGs sabem que nem o mercado, nem o estado são capazes de produzir o máximo de bem estar para todos, na medida em que se organizam e atuam segundo a ótica da exclusão e da perpetuação das desigualdades. As ONGs querem democratizar o mercado (o que significa erradicar a onipotência do capital e submetê-lo ao controle democrático da sociedade) e o estado (o que significa desprivatizar o estado e restabelecer seu caráter público).*

### 2.4.3. REDES TRANSNACIONAIS

Pensar a ação das ONGs em nível mundial, implica em travar um complexo diálogo com o tema da “globalização” e seus efeitos sobre os rumos da política mundial. Assim, primeiramente situaremos o contexto no qual se dá a atuação global das ONGs. Após, suas ações em nível global são apresentadas e comentadas.

De modo geral, as análises sobre a globalização têm enfatizado a preponderância dos fatores econômicos neste processo. Deste modo, comandada especialmente pelas forças do mercado, a globalização tem sido percebida especialmente como o momento em que *“o capitalismo atinge uma escala propriamente global (...). Os processos de concentração e centralização do capital adquirem maior força, envergadura, alcance. Invadem cidades, nações e continentes, formas de trabalho e vida, modos de ser e pensar, produções culturais e formas de imaginar”* (Ianni, 1995, p. 39).

Estas análises, por sua vez, têm chamado a atenção para a crise do estado, diante do alargamento dos blocos comerciais. Segundo esta vertente, o predomínio das empresas transnacionais e a expansão do mercado coloca em “xeque” a capacidade do estado em formular políticas econômicas e sociais no seu próprio raio de ação (vide por exemplo Nogueira, 1995, p. 109-115). Além de apontar para os limites das chamadas “teorias das relações internacionais” para entender os novos fenômenos políticos, estas análises captam especialmente os limites e dificuldades de uma ação política centrada na idéia de estado-nação, destacando os riscos que esse processo representa para a democracia.

Todavia, apesar da centralidade dos processos econômicos em relação à globalização, as produções mais recentes têm enfatizado outros aspectos, também de fundamental importância nos processos globais. Viola (1996, p.16-26), por exemplo, lembra que é preciso analisar o processo de globalização em suas “múltiplas dimensões”. Essas análises, ao contrário do pessimismo das versões anteriores, em relação à realidade

da política (por estarem centradas na questão da crise do estado), destacam especialmente as novas possibilidades de ação política, que também estão presentes neste processo.

Entre esses estudos, Santos (1997, p. 108 ), por exemplo, prefere falar em múltiplas globalizações, entendidas sempre como “ *processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival*”. Neste sentido, Santos distingue quatro modos de produção da globalização:

- localismo globalizado: quando um fenômeno local é globalizado com sucesso (ex: a língua inglesa);
- globalismo localizado: trata-se do impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais (ex: zonas de livre comércio);
- cosmopolitismo: organização transnacional de atores ou organizações, na defesa de interesses percebidos como comuns;
- patrimônio comum da humanidade: emergência de temas que envolvem o globo na sua totalidade, como os temas ambientais, por exemplo.

Portanto, longe de ser um cenário completamente avesso às possibilidades de ação coletiva, a análise de Santos chama a atenção para o fato de que podemos falar tanto de uma “globalização hegemônica”, quanto “contra-hegemônica”.

A globalização, portanto, se fecha caminhos tradicionais do fazer político, cria também novas possibilidades de ação, apropriadas e exploradas criativamente pelos atores da sociedade civil. E é justamente neste contexto que desejamos pensar a possibilidade de ação política das ONGs em escala global. Neste sentido, duas têm sido as principais vias de articulação das ONGs do Sul com entidades dos países do norte: a cooperação internacional e os encontros de ONGs. Analisemos, separadamente, cada uma destas dimensões.

### a) cooperação internacional

De fato, a importância da atuação das ONGs a nível global vem sendo tematizada e destacada já há longo tempo, especialmente no contexto da chamada “**cooperação internacional**”. Landim (1995, p. XIX), por exemplo, em torno da constatação de que 75% dos recursos das ONGs pesquisadas em sua amostra provêm de cooperação internacional afirma que:

*as ONGs estão inseridas em uma razoável rede de relações institucionais, nacionais e sobretudo internacionais, onde podem forjar-se cooperações esporádicas e pontuais, mas também, e sobretudo, alianças e parcerias mais elaboradas e duradouras, através de canais norte-sul por onde circulam não apenas moedas, mas também idéias, afinidades e modelos de atuação comuns.*

Em vista da importância que a questão do financiamento internacional possui em relação ao campo das ONGs, o tema também tem sido alvo de inúmeros debates e encontros entre as próprias entidades. A fundação da ABONG, em 1991, por exemplo, realizou-se durante o encontro do sistema de agências das Nações Unidas e as ONGs sobre o tema do “desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs”. Naquele encontro já se chamava a atenção para o fato de que haveria um refluxo da “ajuda oficial para o desenvolvimento”, que junto com as doações privadas representam a principal fonte de recursos das Agências de Financiamento do Norte<sup>12</sup>. Este fenômeno, por sua vez, repercute sobre a capacidade de financiamento destas entidades em relação às ONGs do Sul do Planeta.

Apesar da diminuição dos recursos, a pesquisa de Landim (idem, p. XVII) mostra que há uma ligeira “equalização” na distribuição dos mesmos no Brasil. Neste sentido, o tema tem interessado não só as “grandes” ONGs, mas também as ONGs ditas de porte

<sup>12</sup> ONORATI (1992, p. 75-111) define a AOD (Ajuda Oficial para o Desenvolvimento) como “fluxo de recursos financeiros colocados à disposição dos Estados do Sul (...), com base na programação econômica decidida pelos governos que contribuem para financiar a AOD. Segundo os dados disponíveis a época de autor (biênio 87-88) os recursos destinados para as ONGs representavam 5.4% destas verbas, que no ano de 1989 chegou ao valor de 46.6 bilhões de dólares.

médio ou pequeno, que apesar de disporem destes fundos internacionais, contam mais com o serviço voluntário de seus membros do que com outras fontes. Em Seminário realizado no Rio de Janeiro, em 1993, pela ONG “Nova”, as 08 entidades presentes afirmavam sua preocupação neste sentido. Segundo as declarações do encontro, “ *os limites financeiros e institucionais das agências doadoras e a agudização da crise econômica no Sul podem criar (e talvez já estejam criando) uma situação em que a corrida aos financiamentos externos será uma luta cada vez mais difícil*”.

Precupada com o assunto, a ABONG realizou em maio de 1995 pesquisa em que perguntava às suas associadas a situação financeira das ONGs. A pesquisa mostrou que 26% delas já operavam no vermelho, sendo que 88% já haviam realizado cortes especialmente no nível de pessoal (60%). Como tentativas para a saída, 34% das entidades procuraram renegociar seus financiamentos e outras 25% optaram por aumentar a receita própria (com a venda de serviços e produtos). A maior expectativa para a solução dos problemas é depositada no governo (44%). Uma pesquisa posterior (março de 1996), por sua vez, mostrou que 70% das ONGs mantém algum tipo de relação com órgãos públicos, apesar de globalmente este valor representar apenas cerca de 10% ou 20% para a maioria das ONGs.

Diante desta discussão, alguns autores estariam apontando para o fato de que os “financiamentos” das ONGs seriam um limite destas entidades, na medida que questiona sua autonomia e sua independência. Moller (1991, p. 35-50), por exemplo, pergunta se as doações internacionais não representariam uma forma velada de relações clientelísticas em nível internacional.

Para entender esta questão, sugere Scherer-Warren (1995b, p. 165-167), é preciso levar em conta as diversas orientações político-normativas que orientaram, ao longo dos últimos anos, as ONGs ou entidades mantenedoras do Norte em sua relação com as ONGs do Sul. Neste sentido, a autora aponta especialmente quatro orientações: assistencialista (especialmente das igrejas cristãs), desenvolvimentista (agências de caráter

secular como Ford, Rockefeller, Kellogg, USAID e Inter-American Foundation), democratizantes (entidades filantrópicas e ONGs com atuação política mais destacada) e uma nova orientação de cunho neoliberal (em vista da crise do desenvolvimento).

No entanto, as ONGs do Sul, que se orientam por uma dinâmica de cunho “articulista” (ou de redes) vêm tentando construir estas relações sob a idéia de rede “*que se constrói enquanto complementaridade de idéias e experiências de atores/setores plurais e diversificados*” (idem, p. 170). Vejamos como estas iniciativas podem ser identificadas. É o que desenvolvemos nas linhas que seguem.

### **b) redes transnacionais de ONGs**

Não é apenas no campo da cooperação internacional que as ONGs têm se preocupado em ampliar a escala de sua atuação política. Pelo contrário, as diversas formas de articulação política das ONGs, no espaço global, tem sido uma das grandes novidades e contribuições destas entidades.

Em relação à construção de **redes** ou articulações **transnacionais** nos novos espaços da globalização, Scherer-Warren (1996, p. 03) sustenta que as ONGs têm se caracterizado como “*agentes que fazem a mediação e a tradução de problemas concretos localizados regionalmente, para configurações simbólicas universalizáveis, passíveis de compreensão no cenário global*”. Desta forma, as ONGs combinam sua inserção local com articulações em nível global, contruídas através de redes primárias (entre os membros das ONGs), das articulações inter-organizacionais de ONGs e pelo uso das possibilidades criadas pelas redes de informação (como a internet). Através destas múltiplas redes, as ONGs realizam não só o processo de universalização de valores democráticos e de respeito aos valores culturais locais, como combinam sua face contestatória ou de proposta de mudanças profundas da sociedade com sua face articulatória de construção de solidariedade entre os povos.



Mas quais seriam os novos mecanismos, ou meios, criados pelas ONGs no sentido de aprimorar suas relações em nível transnacional? Scherer-Warren (idem, p. 06-11) destaca os seguintes processos:

- redes sociais personalizadas: trata-se das interações entre os membros das ONGs;
- redes informatizadas: a mobilização das ONGs em torno das explosões nucleares no Atol de Mururoa são um ótimo exemplo deste tipo de articulação;
- contestação: shows, organizações e manifestações públicas. Busca-se ainda o uso da mídia e espaços de comunicação próprios;
- espaços comunicativos alternativos: uso de rádios comunitárias, vídeos, periódicos, internet, etc, buscando a democratização da informação;
- participação nas conferências internacionais: Trata-se da organização dos fóruns paralelos às Conferências realizadas pelas Nações Unidas: ECO/92, Direitos Humanos/Viena, 1993; População e Desenvolvimento/Cairo, 1994; Desenvolvimento Social/Copenhague/95; Mulher/Beijing, 1995 e Habitat II/Istambul, 1996. A participação nestas conferências é preparada com intensa atuação nos níveis locais e nacionais.
- campanhas: sejam emergenciais ou mesmo de solidariedade, como apartheid, desastres, meninos de rua, viva rio, etc.
- políticas públicas: participação em organismos internacionais da ONU para negociações em torno das políticas públicas.

Dentre as ONGs que atuam em nível global, especial destaque pode ser dado às ONGs ambientalistas (que são as que têm apresentado maior crescimento nos últimos anos), e que junto com as organizações inter-governamentais ou mesmo movimentos ecologistas de alcance local, nacional ou mesmo transnacional têm atuado como os “novos atores” do cenário político global (Scherer-Warren, 1996b, p. 145). Para Barros (1996, p. 131-132):

*as ONGs ambientalistas são consideradas como atores sociais transnacionais por natureza. Mesmo as organizações locais, inseridas nas redes, são transnacionalizadas ou transnacionalizáveis”, [pois, segundo o autor, as redes] “constituem um sistema multicêntrico. Por esta via, o sistema de ONGs estabelecido por meio de redes constitui um campo polinucleado de poder que está inserido, como subsistema, naquele campo maior que define o sistema de política ambiental global.*

Para Leis (1995, p. 34) as organizações ambientalistas (ONGs e movimentos ecologistas) apontam assim para a construção de um verdadeiro “espaço público transnacional”, como sugere o autor a partir da realização da ECO/92, vista como expressão da *“emergência germinal de uma sociedade civil planetária, expressada na constituição de um espaço público comunicativo onde se encontraram as diversas dimensões que compõem o ambientalismo, com raízes tanto no Sul quanto no Norte, no Leste como no Oeste.* “

#### **2.4.4. UMA NOVA CIDADANIA**

Definir as relações das ONGs com seu público-alvo é tarefa bastante complexa, na medida em que o campo de ação destas entidades é bastante heterogêneo, e vem sofrendo, inclusive, uma progressiva diferenciação.

Todavia, a grande marca do trabalho das ONGs está no fato de que elas não restringem seu trabalho ao mero atendimento do rol das carências materiais dos grupos marginalizados. Desta forma construir-se-iam relações assistencialistas e clientelistas, entre as entidades e seu público-alvo.

Ao longo de sua história, as ONGs sempre se preocuparam em construir um tipo de postura que, longe de reduzir seus grupos beneficiários a “objetos” de assistência, dinamizasse seu papel de “sujeitos” políticos.

Assim, em seus primórdios, será o discurso da **assessoria popular** que predomina enquanto universo conceitual que explicita as relações entre ONGs e populações-alvo. Basta tomar uma ONG com vastas publicações como o “CEAS”<sup>13</sup>, por exemplo, para ver como o tema é alvo de debates permanentes dentro da entidade.

Mas, como essa concepção se traduz na prática? Excelente resposta à questão pode ser dada, observando o quadro elaborado por Boff e Pixlei (1986, p. 230-238), religiosos ligados à chamada “igreja popular” e seu ideário da “libertação”, que inspira diretamente os trabalhos do CEAS. Eis o esquema apresentado pelos autores:

<b>PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO</b>	
<b>NOVAS</b>	<b>CLÁSSICAS</b>
<b>Política:</b> vida social em geral	<b>Política:</b> lutas pelo poder
<b>Sujeito:</b> povo organizado	<b>Sujeito:</b> partido/e ou classe
<b>Direção:</b> interna e autônoma do povo	<b>Direção:</b> de intelectuais externos ao povo
<b>Tipo de dirigente:</b> animador centro articulador do dinamismo da base - com função transitória e rotativa - com poder partilhado	<b>Tipo de dirigente:</b> condutor - fonte de todo dinamismo: fixa as metas - político ou revolucionário profissional - com poder concentrado
<b>Metodologia:</b> de baixo para cima - partindo da prática para a teoria - partindo da base para a cúpula	<b>Metodologia:</b> de cima para baixo: - partindo da teoria para a prática (aplicação) - partindo da cúpula para a base (ordens)

O aspecto positivo a resgatar no discurso da assessoria popular é a preocupação constante em destacar o papel protagonizador do “povo”, visto sempre como sujeito dos processos políticos, e não como alvo de uma assistência caritativa. Todavia, do ponto de vista prático-político, vê-se claramente que tal concepção dificulta às ONGs

<sup>13</sup> O CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) é uma ONG nordestina fundada em 1967 por influência dos jesuítas, e que realiza trabalhos de assessoria popular de âmbito nacional. Esta entidade publica mensalmente a revista “Cadernos do CEAS”, com interessantes artigos na área de ciências sociais.

(especialmente os centros de assessoria) construir sua própria identidade e a distinguir seu papel das próprias organizações populares.

No entanto, na década de 90, o discurso que mediatiza as relações entre ONGs e grupos beneficiários se modifica. Conserva-se parte de seu conteúdo, mas abre-se uma nova possibilidade de interação entre ONGs e grupos atingidos.

Desligado de um contexto religioso, é o ideal da **cidadania** que parece regular hoje a compreensão das práticas políticas das ONGs em relação às populações marginalizadas. Porém, como o termo cidadania têm sido apropriado atualmente nos mais diversos sentidos e contextos, é preciso estar atento ao modo como esta noção têm sido apropriada pelas ONGs, em confronto com outras perspectivas.

De fato, sob o aspecto histórico<sup>14</sup> (perspectiva diacrônica), o termo possui longa trajetória no pensamento social do ocidente. Do ponto de vista teórico-filosófico, Comparato (1993, p. 85-106) mostra que a noção perfaz as seguintes etapas. No mundo greco-romano, o termo lembrava a participação direta na vida da pólis. A partir das revoluções liberais, ela significa a proteção devida aos homens a partir de seus direitos naturais. Finalmente, com a ascensão do estado de bem estar social, sugere Comparato (idem, p. 92), *“a idéia mestra da nova cidadania consiste em fazer com que o povo se torne parte principal do processo de seu desenvolvimento e promoção social: é a idéia da participação”*.

Demo (1995, p. 01) ) levando em consideração especialmente a realidade histórica brasileira, elabora uma tipologia em que distingue entre a cidadania assistida (típica da construção do período populista); a cidadania tutelada (pretendida pelo atual regime

---

<sup>14</sup> Para um histórico da “evolução” dos direitos de cidadania. Tomas Marshall (1967), em obra clássica, distingue entre os direitos civis (século XVIII), os direitos políticos (século XIX), e os chamados direitos sociais (século XX). Com base nesta perspectiva, autores contemporâneos tem falado em “direitos de quarta geração”, referindo-se as novas problemáticas e respectivos direitos modernos (questões como a natureza ou temas éticos, por exemplo!). Entre estes autores, pode-se conferir BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos** São Paulo: Papyrus, 1996.

neoliberal) e a cidadania emancipada, entendida como “*competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada*”.

Porém, sob uma perspectiva sincrônica, podem-se distinguir hoje três conjuntos de compreensões em torno do tema da cidadania. Na teoria constitucional, nos lembra Benevides (1994, p. 07), o cidadão é o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o estado. Portanto, é portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal, que lhe confere ainda a nacionalidade. Não obstante, no quadro de miséria social em que se encontra o Brasil, inúmeros setores da sociedade têm enfatizado que a cidadania, mais do que a garantia de segurança jurídica que advém do aparato legal, só tem sentido enquanto conduz a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais em relação aos que dela foram marginalizados. Portanto, mais do que a “garantia”(potencial) dos direitos, é sua dimensão efetiva ou atual que é valorizada. Todavia, sugerem outros autores, para que esta incorporação da cidadania aconteça, requer-se uma luta ativa em prol da efetivação destes direitos. Assim, com base nos termos de Benevides, poderíamos chamar a estas múltiplas dimensões do termo cidadania de “jurídica”, “social” e “ativa”.

Retomando esta última dimensão, Benevides (1994, p. 09) sustenta que a cidadania não se reduz à proteção das liberdades individuais por parte do estado, mas constitui a participação do cidadão na vida pública: “*distingue-se, portanto, a cidadania passiva - aquela que é outorgada pelo estado, com a idéia moral do favor e da tutela - da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, essencialmente, criador de direitos para abrir novos espaços de participação política*”.

Ora, será justamente esta segunda noção (cidadania ativa), que será aquela construída e apropriada pelas ONGs e movimentos sociais do atual período. Acompanhando esta trajetória, Dagnino (1994) sustenta que é justamente nas práticas e ações das organizações populares que esta nova concepção de cidadania tem se imposto na realidade brasileira. De acordo com a autora, (idem, p. 103-118) seis características marcam a “nova” noção de cidadania construída no âmbito dos movimentos sociais:

1) a nova cidadania trabalha com uma redefinição da idéia de “direito”, que não se restringe a conquistas legais, mas que avança para uma compreensão do “direito a ter direitos”;

2) Esta noção, por sua vez, requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo autonomamente o que consideram ser seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento;

3) Tal luta implica na construção de um novo padrão de sociabilidade, em que o “outro” é reconhecido como interlocutor legítimo e também portador de direitos; ao contrário do que aponta o autoritarismo social radicado em nossa cultura;

4) Em vista disso, o foco da luta por direitos não é tanto o estado, mas a sociedade civil, na medida em que implica uma mudança da cultura política autoritária;

5) Mais do que participar do sistema político, a idéia de cidadania reivindica o direito de definição desse próprio sistema (como apontam as experiências “participativas” das quais falávamos acima);

6) Finalmente, a nova cidadania implica em articular o direito a igualdade com o direito a diferença, sem que a diferença seja sinônimo de exclusão social.

No entanto, se o novo discurso de cidadania conserva em seu bojo a mesma preocupação da promoção de “sujeitos” politicamente atuantes, ela permite uma redefinição da postura das ONGs em relação a seu público alvo. Assim, de organismos que se subsumem no interior do “povo organizado” e praticamente não existem em termos de visibilidade pública, nem para si nem para a coletividade, as ONGs passam a entender seu papel como de complementaridade em relação às organizações populares.

Em publicação da ABONG, por exemplo, o assunto é explicitamente tematizado e a distinção reconhecida, na medida em que a relação entre as entidades é pensada como “complementaridade” e não como anulação de um em favor de outro. Assim, afirma o texto, *“a identidade entre movimentos sociais e ONGs se dá pelo compromisso conjunto*

*ético e político de luta por um projeto de sociedade com e para a maioria da sociedade”*  
( ABONG, 1996, p. 10).

A mesma constatação pode ser lida nas declarações de um dos principais dirigentes das ONGs brasileiras (Pedro Pontual) , ao comentar suas memória em relação à sua experiência no CEPIS:

*Diante disso é que começa uma discussão das ONGs que tinham mais tradição, de que se estava diante de um novo quadro histórico, onde essas ONGs tinham que repensar com algumas características: primeiro, sem abandonar a dimensão de serviço, apoio à organização de outros atores da sociedade civil, elas deviam começar a apresentar uma contribuição mais qualificada, que muitas vezes por força da conjuntura anterior foi até supletiva de alguns papéis, que seriam das próprias organizações.*  
(Koga, 1995, p. 34).

Enfim, podemos dizer que é no compromisso conjunto de construção da cidadania, que as ONGs contribuem decisivamente para a ampliação do espaço público. A cidadania, por sua vez, entendida especialmente como construção na qual a linguagem dos direitos passa a ser a mediadora das relações sociais, revela a vitalidade da sociedade civil. Como explica Telles (1994, p. 101):

*É na dinâmica dessa sociedade civil emergente que, ao menos virtualmente, uma noção plural de bem público é ou pode ser construída (...), como invenção histórica e política que depende de espaços públicos democráticos nos quais a pluralidade das opiniões se expressa, nos quais os conflitos ganham visibilidade e as diferenças se representam nas razões que constroem os critérios de validade e legitimidade dos interesses e aspirações defendidos como direitos.*

Para concluir, nosso objetivo neste capítulo foi proceder a uma análise das ONGs com base nos marcos teóricos que construímos no primeiro capítulo (dinâmica basista e dinâmica de redes). Com base nestas duas dinâmicas, procuramos construir dois tipos ideais de prática política para a realidade das ONGs: a prática basista e a prática de redes. Para a construção destes tipos, por sua vez, analisamos as relações das ONGs com quatro

setores chaves: atores da sociedade civil, estado, agentes/atores transnacionais e seu público-alvo.

Portanto, terminado o processo de construção dos referenciais teóricos que guiam a nossa pesquisa, passamos ao estudo de caso dos padrões de ação política do CEDEP. Tarefa que iniciaremos no capítulo que segue.



## **CAPÍTULO III**

### **A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CEDEP**

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar a ONG que é o tema fundamental de nossa análise: o CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular). Através de uma reconstituição histórica, buscaremos apontar suas principais características e formas de atuação na realidade social e política de Florianópolis.

Tendo como parâmetro os conceitos de “prática política basista” e “prática política de redes”, conforme formulados anteriormente, demonstra-se como o CEDEP surge dos trabalhos de base ligados à Igreja Católica (suas redes sociais) e adquire neste período uma dinâmica basista de atuação política. No decorrer de sua trajetória, as concepções e o discurso do CEDEP se redimensionam e apontam sinais de busca de uma nova estratégia política: a integração na rede de movimentos. Vejamos como se dá cada uma destas etapas no CEDEP.

#### **3.1. AS REDES SOCIAIS DA IGREJA POPULAR**

A reconstituição histórica e analítica da emergência e consolidação da sociedade civil em Florianópolis (a partir da década de 70), já se encontra largamente explorada em pesquisas anteriores. Neste capítulo procuramos retomar esta literatura de modo indicativo, com o objetivo de refazer o contexto histórico no qual a história do CEDEP é construída. Após, procuramos analisar o papel específico do CEDEP neste contexto, destacando especialmente os padrões de ação política adotados pela entidade em seu primeiro período.

### 3.1.1. A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL

Para reconstituir a história da sociedade civil em Florianópolis, Fantin (1997, p. 161-182) nos fornece um excelente quadro de análise, ao dividir a história dos movimentos sociais em Florianópolis em três fases, que ela assim denomina:

- a) o período dos Conselhos Comunitários e da Igreja Progressista (1982-1985);
- b) o período da gestão de Edson Andrino (1986-1989);
- c) o período da “ilha da magia” e a favelização da cidade (1989-1992).

Em relação ao **primeiro período** (1982-1985), podemos ver claramente que a autora dá um destaque especial aos trabalhos dos setores progressistas da igreja católica, como um dos principais fatores de origem dos movimentos sociais em Florianópolis. O outro fator seria de iniciativa governamental, representada pela criação dos Conselhos Comunitários, cujos inícios remontam aos governos militares (em Santa Catarina, o governo Konder Reis)<sup>1</sup>.

Em relação ao trabalho da igreja católica, as pesquisas de Franzoni (1985) nos lembram que o surgimento da chamada “igreja popular” em Florianópolis começa no final do período de 1978, com a experiência de determinados agentes eclesiais e leigos em trabalhos pastorais nos morros e periferias de Florianópolis. Norteados por uma concepção politizada de religião, emanada da teologia da libertação, estes agentes religiosos vão estimular a organização das “comunidades de periferia” de Florianópolis e propiciar a emergência de várias ações coletivas de cunho reivindicativo (lutas por água, luz e especialmente regularização de áreas de moradia), logo no início da restauração democrática<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Um estudo mais aprofundado a respeito dos Conselhos Comunitários, pode ser encontrado em MACHADO, Simone. **O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática**. Florianópolis: UFSC. 1990.

<sup>2</sup> Um bom exemplo das lutas deste período pode ser encontrado em PIACENTINI, Telma. **O morro da Caixa D'água**. Florianópolis: UFSC. 1991. Para a organização das associações de moradores veja-se

O final deste período é marcado justamente pela intensificação da luta por terra nos bairros e balneários da cidade. A partir de 1984, devido entre outros fatores, às cheias que assolaram o estado de Santa Catarina, a imigração para Florianópolis se acentua e passa a ocupar o centro das preocupações destes setores da igreja.

O **segundo período** (1986-1988) é marcado pela gestão de Edson Andrino, eleito pelo PMDB como prefeito de Florianópolis. Incorporando o chamado discurso da “participação popular”, o novo prefeito dedica um dia da semana para receber as organizações de bairro e cria conselhos municipais abertos à participação da sociedade civil, a saber, os conselhos de cultura, educação, transporte, turismo e saúde e desenvolvimento, todos de caráter consultivo. Deste modo, a criação de novas associações de moradores nos bairros ganha um novo estímulo.

A “igreja popular” participa ativamente destas iniciativas através da organização das já nomeadas “comunidades de periferia”. No entanto, este setor, organizado pela igreja, vai acabar rompendo com a prefeitura em virtude da criação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias), por se tratar de iniciativa dos setores do PMDB visando as eleições para o governo estadual de 1986<sup>3</sup>.

É neste contexto que se dá, em 1987, a criação das ONGs ligadas à igreja popular. Rompidas as relações com os setores atrelados ao PMDB, as comunidades de periferia passam agora a ser articuladas pelo CAPROM e pelo CEDEP. A história da CAPROM é largamente documentada no trabalho de Raitz (1994) que, nos esclarece que esta entidade tem suas origens no trabalho de acolhimento assistencial aos migrantes

---

MULLER, Kátia Terezinha. **Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais**. Florianópolis: UFSC, 1992.

<sup>3</sup>Em relação a UFECO ver especialmente o trabalho de LUCHMANN, Lígia **Cotidiano e democracia na organização da UFECO**. Florianópolis: UFSC, 1991.

Posteriormente esta entidade redefine sua atuação, adotando uma perspectiva política, desencadeando assim uma luta por moradia na cidade de Florianópolis.

Esta luta por moradia passa a aglutinar e absorver a energia conjunta, tanto do CAPROM como do CEDEP, naquele que é o **terceiro período** (1989-1992) da sociedade civil em Florianópolis. Este período é marcado pela gestão do prefeito Espiridião Amin, cujo plano de governo está voltado para a promoção do potencial turístico de Florianópolis (a ilha da magia!). Todavia, o plano favorecia apenas a alta burguesia da cidade, relegando ao esquecimento as necessidades sociais da população.

Visando uma “re-urbanização” da cidade, uma série de ações de despejo começam a ser desencadeadas por parte da prefeitura. É em reação a esta postura do governo municipal que surge em abril de 1989 o **MOVIMENTO DOS SEM TETO**<sup>4</sup>. Articulado pelo CAPROM e pelo CEDEP, o referido movimento envolvia 12 comunidades da periferia de Florianópolis<sup>5</sup>. Depois de várias ações de conflitos com o governo municipal (ocupação do prédio da prefeitura e realização da Romaria dos Sem Terra) o movimento desiste de negociar com a prefeitura. Para resolver o problema dos sem-teto, as entidades articulam então a ocupação de áreas da cidade. Surgem assim as comunidades de Novo Horizonte (07/90), Santa Terezinha II (09/90) e Nova Esperança (11/90). Planejadas com antecedência e realizadas com precisão, estas ocupações foram bastante exitosas, dando origem a comunidades organizadas e com uma forte liderança do CEDEP.

Com a ocupação das áreas acima referidas, o CAPROM e CEDEP passam a se dedicar à organização das comunidades e a re-situar os objetivos de suas próprias ações.

---

<sup>4</sup> Para uma análise detalhada da história do movimento dos sem teto ver a interessante dissertação de CANELLA, Francisco. **A UFECO e o movimento dos sem-teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade**. Florianópolis: UFSC. 1992.

Em virtude da vitória da frente popular (PCB, PT, PDT e outros) nas eleições municipais de 1992 o quadro se altera ainda mais, incidindo sobre as próprias posturas das entidades e redefinindo suas ações. Mas, antes de passarmos a discorrer sobre este novo período, analisaremos com maior cuidado a ação do CEDEP no contexto acima descrito.

### 3.1.2. O CEDEP EM SUA FASE BASISTA

De acordo com o argumento central que adotamos neste capítulo, a origem do CEDEP está ligada aos trabalhos pastorais dos setores progressistas da igreja católica. Será a partir das redes sociais (individuais e organizacionais) da igreja popular que se formam e estruturam as características iniciais da atuação política do CEDEP: a prática basista. Nas linhas que seguem, procuraremos **caracterizar** os principais elementos desta postura política, de modo que possamos em momento posterior, avaliar em que medida o CEDEP redimensiona estes padrões de ação.

De fato, a influência da igreja católica no processo de abertura política é bastante destacado por vários analistas, como Krischke e Mainwaring (1986), Mainwaring (1989) e Della Cava (1988)<sup>6</sup>. Estes autores chamam a atenção para o fato de que, neste período, os ideólogos da igreja popular passam a estimular a autonomia e o desligamento das organizações políticas criadas pela igreja, tendo em vista o processo de abertura política e o avanço conservador no interior da própria igreja.

No resgate histórico que acima efetuamos, podemos notar claramente como na trilha da igreja popular se forma uma série de associações de bairro, conhecidas e nomeadas como comunidades de periferia<sup>7</sup>. Este setor vai inclusive romper com o conjunto das

---

<sup>5</sup> Trata-se das comunidades conhecidas como: Pasto do Gado, Jardim Ilha Continente, Santa Terezinha, Via Expressa, Vila Nova Esperança, Areias do Campeche, Santa Rosa, Morro do Horácio, Serrinha, Reta Armação, Mariquinha e Praia do Forte.

<sup>6</sup> Para um estudo mais detalhado da literatura pertinente ao assunto, ver o excelente levantamento de Khouri, Yara (coord.). **Guia de pesquisa: igreja e movimentos sociais**. São Paulo: PUC, CEDIC, 1991. (Memória documentação e pesquisa. 1).

associações de moradores por episódio da criação da UFECO, passando a ser coordenadas justamente pelo CAPROM e pelo CEDEP.

Assim, se forma em Florianópolis o que poderíamos chamar de uma “rede associativa católica”, incluindo entre seus organismos instâncias formais da igreja (como o ITESC - Instituto de Teologia -, a congregação religiosa Fraternidade Esperança, padres, seminaristas e religiosas “inseridas” no morros de Florianópolis), as pastorais sociais (como pastoral universitária, da juventude, comissão de justiça e paz, comissão pastoral da terra), organismos de assistência social (como a ASA), as ONGs CAPROM e CEDEP e as já conhecidas comunidades de periferia. É no seio (ou na teia) destes organismos que o CEDEP mantém suas principais relações (**relação com outros atores sociais e políticos**) no seu primeiro período.

É por isso, inclusive, que se torna difícil distinguir neste período qual a diferença entre as duas entidades acima, na medida em que fazem parte de uma mesma rede, por onde circulam, de modo geral, as mesmas pessoas. Todavia, enquanto o CAPROM articulava a luta pela moradia, cabia ao CEDEP a organização das comunidades já consolidadas. Assim, é justamente a “educação” das comunidades (a chamada educação popular, entendida especialmente como formação política), bem como a “evangelização” (também popular) que serão as tarefas específicas do CEDEP.

Apesar de intimamente ligadas à igreja católica, a estruturação do CAPROM e do CEDEP enquanto “entidades jurídicas autônomas”, permite-lhes organizar suas ações sem a necessidade de prestar contas aos superiores hierárquicos da igreja católica. Portanto, com a fundação destas entidades não será mais a hierarquia da igreja católica que “organiza” as comunidades de periferia. Esta tarefa caberia então a estes “centros de assessoria”.

---

Estas comunidades elaboraram inclusive o chamado “jornal das comunidades”, como tentativa de dar maior articulação às suas próprias ações.

Assim, a constituição de entidades jurídicas autônomas permite aos religiosos da igreja popular preservarem seus trabalhos da influência dos setores conservadores da igreja. Deste modo, o discurso da teologia da libertação<sup>8</sup>, ao qual estes religiosos estão ligados, constituirá a matriz que orienta o rumo de suas ações. No estatuto elaborado em 1987, o CEDEP concebe seu trabalho em relação ao “movimento popular” de forma ainda bastante religiosa, como se pode perceber no primeiro objetivo definido para a entidade naquele texto. Assim, de acordo com o documento: *o CEDEP tem por finalidades: a) promover uma evangelização libertadora que abranja: catequese, jovens, liturgia e grupos de reflexão*”.

No primeiro estatuto elaborado pelos membros do CEDEP em 1987, podemos ver ainda como a entidade define como principal dos seus objetivos assessorar o movimento popular. Segundo o texto, é ainda objetivo do CEDEP “*contribuir com o movimento popular na linha de apoio e formação e ainda “denunciar o que fere a organização comunitária e o movimento popular em sua autonomia e combatividade*”. Fica claro nesta postura como o CEDEP percebe a si mesmo como parte de um coletivo maior, o “movimento popular”. No episódio da criação do movimento dos sem-teto, por exemplo, apesar do papel essencial desempenhado também pela entidade, são as “comunidades organizadas” que constituem o sujeito ao qual se atribui a condução daquelas lutas. É justamente esta compreensão que mediatiza a **relação do CEDEP com seu público alvo**.

Fundado durante a transição democrática (Nova República), no contexto da crise de legitimidade do Estado e rompendo com os novos governos eleitos (o PMDB em 1986), o CEDEP manifesta em seu primeiro período uma atitude de oposição em relação ao aparato da sociedade política (**relação com o estado**). Esta oposição torna-se ainda mais aguda por episódio do conflito da rede associativa da igreja popular em relação ao governo Amim na prefeitura de Florianópolis, quando se deu a criação do Movimento dos Sem - Teto.

---

<sup>8</sup> Para uma análise da “matriz discursiva” da teologia da libertação veja-se o excelente trabalho de Sader. Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. p. 146-166.

Analisando o CEDEP à luz dos tipos ideais que acima propusemos, podemos notar claramente a predominância de um conjunto de práticas “basistas” na história do CEDEP. Apesar dos limites desta postura, o CEDEP trouxe ao espaço público um dos problemas sociais mais agudos da cidade de Florianópolis: o problema da moradia. Denunciando a parcialidade do projeto político vigente (a ilha da magia!), a entidade colocou para a sociedade a tríplice dimensão que envolvia o problema dos sem-teto. Ele demonstrava o empobrecimento da população local (parte dos sem-teto eram da própria região), o agravamento do problema com a vinda de novos migrantes e o jogo de especulação imobiliária que se dava nos bairros de Florianópolis.

Além disso, por estar profundamente inserido nas áreas carentes da cidade e fortemente estabelecido no meio da população, devido ao contato com a religiosidade dos indivíduos, o CEDEP ajudou a consolidar e formar várias associações e lutas que, apesar dos fortes vínculos com a igreja católica e da presença marcante do discurso religioso da teologia da libertação, constitui um dos frutos mais maduros dos futuros organismos e instituições da sociedade civil em Florianópolis.

Não obstante seus méritos, este “campo” passa por uma série de transformações nos anos que se seguem. As mudanças na realidade social e política do país, bem como seus reflexos na realidade de Florianópolis, exigem desta entidade uma renovação do seu modo de inserção política na realidade local. Os fatores que desencadeiam este processo, bem como as discussões que se travam no CEDEP a este respeito serão analisados a seguir.

### **3.2. CONSTRUINDO A SOCIEDADE CIVIL**

A partir do ano de 1992, uma série de fatores passa a influir e alterar a vida do CEDEP. Este novo contexto, passa a exigir da entidade uma redefinição de rumos.



Entre os fatores **internos** a este processo pode-se citar o fim do longo ciclo de embates entre o Movimento dos Sem-Teto e a prefeitura, o que leva a uma necessidade da própria entidade de redefinir a prioridade de suas lutas e encaminhamentos. Além disso, com a luta pela moradia, o CEDEP estava tão vinculado ao CAPROM que se coloca a questão de ambas as entidades distinguirem melhor suas competências e áreas de atuação. Como a luta pela moradia mobilizou as energias de ambas as entidades, a preocupação das duas ONGs se deslocou para a Via Expressa (área das ocupações), deixando relativamente esquecidas o restante das comunidades.

Todavia, vários fatores **externos** (mudança de conjuntura) somam-se a este processo. Do ponto de vista político, com a vitória de uma coligação de esquerda (a chamada Frente Popular), as possibilidades de atuação do CEDEP ganham novo impulso, na medida em que abre-se uma nova possibilidade de interação com o poder público local, em tese, mais aberto às iniciativas da sociedade civil.

Além disso, o CEDEP não se encontra sozinho neste processo. Durante o período anterior, não só surgiram novas organizações pertencentes à sociedade civil, como estas mesmas entidades começam a articular-se entre si. Dentre os novos “setores” da sociedade civil, Schrerer-Warren (1996a p. 51-53) menciona o movimento ecológico, o movimento de mulheres, o movimento negro, o movimento nacional dos meninos e meninas de rua, um forte e combativo setor sindical (especialmente dos bancários e eletricitários), bem como uma série de grupos de mútua-ajuda. Este conjunto de organizações, não só traz outros atores sociais ao espaço público, bem como amplia o conjunto de temáticas problematizadas pela sociedade civil: a questão ecológica, a questão de gênero, a questão da infância, etc.

Entre as primeiras aproximações dos múltiplos setores da sociedade civil de Florianópolis, pode-se citar o processo de preparação para a ECO-92, que deu origem inclusive a uma ONG específica (Rede Ecofórum), cujo objetivo era articular a participação da sociedade civil catarinense na Rio-92. Esta ONG não contava com a

participação do CEDEP, mas evidencia que entre os novos setores da sociedade civil, a articulação já se coloca como questão fundamental.

É em meio a esta multiplicidade de acontecimentos, que o CEDEP procede a reformulação de seus estatutos, feita através de “fóruns”, reuniões nas quais os membros da entidade se faziam presentes nos finais de semana para discutir os rumos da ONG.

Desta longa discussão surge o novo estatuto da ONG (1992, p.01) que se define como “*entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e político-partidários (...)*” e que se propõe a “*promover ações na área teológica e civil para desenvolvimento de práticas organizativas e educativas que contribuam para a superação da situação de marginalidade das classes populares*”. Dentre os 11 objetivos específicos do CEDEP, aparecem cinco menções de sua ação em relação ao “movimento popular” e uma menção das articulações pretendidas pela entidade:

- 1- promover, contribuir e desenvolver ações para o desenvolvimento dos movimentos populares;
- 2 - apoiar, promover e incentivar a expansão de atividades alternativas nas diversas áreas de atuação dos movimentos populares;
- 3 - denunciar todo ato que fira a organização comunitária e os movimentos populares;
- 4 - avaliar e sistematizar experiências de educação, organização e articulação dos movimentos populares;
- 5 - promover reflexão sobre os movimentos populares e contribuir para a articulação de suas ações.

Quanto às articulações da entidade, afirma-se que seria também objetivo do CEDEP “*estabelecer alianças inter-institucionais e com movimentos sociais e educacionais organizados a nível local, regional, estadual, nacional e internacional para intercâmbio e consecução das finalidades da entidade*”.

Embora o estatuto preveja, nos moldes da legislação, que o CEDEP tenha uma estrutura jurídica (com uma assembleia geral, conselho consultivo e deliberativo, coordenação executiva e conselho fiscal), o estatuto prevê ainda a realização de fóruns para *“estudo e reflexão sobre projetos desenvolvidos pelos setores”* e ainda *“debate e desenvolvimento, junto com a base, de eventos e projetos dos setores”*.

Entre as novidades do estatuto, deve-se mencionar não só o fato de que o CEDEP passa a ter uma clara noção de sua identidade enquanto “ONG” e de seu papel enquanto articuladora com outros movimentos, mas também o fato de que a entidade passa a organizar as iniciativas construídas nos anos anteriores em “linhas de trabalho”. Assim, enquanto ficava com o CAPROM a continuidade da luta por moradia<sup>9</sup>, o CEDEP reagrupou suas atividades em seis linhas de trabalho, que passaremos a analisar a seguir.

### **3.2.1. LINHAS DE TRABALHO**

A análise das linhas de trabalho desta ONG, nos permite não só um conhecimento mais detalhado de suas características e atividades, como tem o objetivo de começar a apontar em que medida, emergindo da concepção dos trabalhos de base da igreja popular, esta entidade vai construindo sua identidade e suas próprias práticas políticas.

De modo geral, as atividades do CEDEP possuem suas raízes nos anos anteriores à reformulação dos estatutos da entidade. A novidade está na sua re-organização sob a forma de “setores” e na consequente diferenciação destas atividades em relação ao CAPROM.

Dentre os seis setores pretendidos pela entidade (os setores de arte e cultura e comunicação acabaram não tendo maior efetividade), quatro linhas de trabalho

---

<sup>9</sup>O CAPROM entra então em processo de crise, vindo a desaparecer por volta de 1995.

representam hoje as principais atividades desenvolvidas pela ONG. A seguir, descreveremos, em suas linhas gerais, os diferentes setores de trabalho do CEDEP.

### **Setor de teologia popular**

Começamos com o setor de “teologia”. Uma das atividades mais antigas na entidade, ele demonstra muito bem o ideário religioso que perpassa a ONG, apesar de seu declarado caráter ecumênico. A principal finalidade do setor de teologia tem sido fornecer às comunidades-alvo do CEDEP uma assistência em relação aos seus processos de educação religiosa.

Para realizar esta tarefa, este setor mantém uma “escola de teologia popular”, que se reúne quinzenalmente. Coordenado normalmente por agentes eclesiais (seminaristas ou religiosas), a escola visa uma formação para agentes de pastoral que atuam nas comunidades de periferia.

O setor de teologia popular tem sido também bastante ativo na participação em eventos que procuram atingir de alguma forma os setores da igreja ou mesmo outros segmentos sociais. Entre estes eventos pode-se citar especialmente a realização dos “encontros locais e estaduais de CEBs” e a participação do setor na realização das “semanas sociais” da CNBB. Entre as atividades que visam um impacto na sociedade, pode-se citar especialmente a realização das “romarias”, caminhadas onde se procura chamar a atenção para aspectos problemáticos da sociedade, refletidos sobre uma ótica religiosa.

Este setor guarda uma forte vinculação com os ideários da teologia da libertação, no sentido de procurar imprimir à religiosidade uma conotação político-cidadã. Assim, em um dos seus relatórios, os membros assim se expressam: *“esta ação no campo teológico tem em vista um elemento fundamental do ser humano: seu aspecto místico (...) que é*

*fortemente trabalhado pelo poder dominante, e que se não levado em conta em nossas atividades, pode tornar-se um grande problema na organização das comunidades”.*

### **Setor de produção e abastecimento**

O chamado setor de produção e abastecimento também pode ser considerado um dos mais antigos do CEDEP, atingindo resultados bastante promissores.

O trabalho deste setor começa em 1985, com a realização de “feiras comunitárias”. Tratava-se de 08 comunidades que buscavam os alimentos diretamente do produtor, eliminando a figura do atravessador, proporcionando assim elementos mais baratos para a população. O trabalho tinha inclusive a participação da prefeitura, que cedia um motorista para realizar o transporte. Em 1992, todavia, a iniciativa estava em declínio: só duas comunidades continuavam e a prefeitura retirou o motorista.

Todavia, com a “campanha do Betinho” no ano de 1993, e o surgimento de vários comitês em Florianópolis, os membros do CEDEP apresentaram a proposta de criação dos “Armazéns Comunitários”. Assim, com os fundos arrecadados pelo comitê, comprou-se um veículo para o transporte de alimentos.

O trabalho dos armazéns comunitários tem amplo sucesso, chegando a envolver 13 comunidades (cerca de 3.500 famílias), com um volume aproximado de 6 toneladas semanais. A entrega dos produtos era realizada em cada final de semana (sexta e sábado) e cada comunidade se organizava para recebê-los.

Com a estabilização monetária (plano real de julho de 1994) e o fim da “ciranda financeira” surge a oportunidade de uma melhor organização dos trabalhos. Assim, em dezembro de 1994, as 13 comunidades envolvidas no projeto fundam uma “Cooperativa de Consumo” denominada justamente de COOPERAR. Segundo os relatórios da diretoria

da entidade, o volume de produtos comercializados chega a 2 toneladas semanais (cerca de 50 itens), atingindo cerca de 1.000 famílias.

### **Setor de educação popular**

A história do trabalho educativo, na perspectiva da “pedagogia popular”, é uma iniciativa que começa a surgir no CEDEP a partir dos trabalhos da associação de moradores do Mont Serrat. Sentindo a necessidade de articular os trabalhos das unidades escolares existentes naquela comunidade (07 creches/escolas) surge a “comissão de educação” do Mont Serrat.

Unidas para pensar um trabalho educacional conjunto, estas unidades educacionais promovem em 1988, na localidade do Monte Hermon (São José) um evento intitulado de “Casa Laboratório”.

A partir deste encontro, o grupo decide-se a viabilizar um projeto de educação das “camadas populares” que ficou batizado como “Oficina do Saber”. Esta iniciativa teve amplo apoio dos dirigentes do CEDEP, que sentindo a necessidade de intervir na realidade educacional das comunidades onde atuavam, viram na proposta uma forma concreta de intervenção. Assim, o projeto passaria a ser implementado em quatro comunidades: Novo Horizonte, Nova Esperança, Santa Terezinha, Ilha Continente e mais tarde a comunidade Chico Mendes. Além disso, surgiu ainda o projeto de estender a proposta para os adultos. Criou-se assim, o projeto de “alfabetização de adultos”.

Com base nestes três projetos (Comissão de Educação de Mont Serrat, Oficina do Saber e Alfabetização de Adultos) formou-se em setembro de 1992 o setor de educação do CEDEP.

Uma das primeiras iniciativas do setor foi promover, com as entidades que já estavam envolvidas nas atividades anteriores, o I Encontro de Educadores Populares,

realizado em outubro de 1992, centrando sua reflexão em torno de 11 temáticas de reflexão, divididas em diferentes oficinas.

Uma das propostas deste encontro foi justamente priorizar a formação de “educadores populares”. Com base nesta proposta, o grupo se propôs a pensar em novembro de 1992, um curso de formação de professores: o magistério popular. Os contatos foram realizados com o Colégio Coração de Jesus, que logo em 1993 abre as matrículas para o curso.

Assim, no ano de 1993, através de parceria com o Colégio Sagrado Coração de Jesus inicia-se um curso de magistério em nível de segundo grau, montado com a participação de sete educadores do CEDEP e seis do referido Colégio.

O setor de educação do CEDEP, portanto, envolve boa parte das preocupações e recursos da entidade, como podemos notar com uma rápida descrição destas atividades.

a) oficina do saber:

O projeto “Oficina do Saber” tem seus alicerces na concepção teórico-educativa da chamada “educação popular”. Os principais teóricos que norteiam o trabalho dos agentes envolvidos nesta atividade são os educadores Paulo Freire, Emília Ferreiro, Freinet e Vigotski.

A proposta da Oficina do Saber é *“colocar em evidência a questão das crianças destas comunidades (as quais acompanharam o processo histórico das ocupações [dos Sem Teto], para que elas também fossem olhadas como sujeitos no processo de organização comunitária”*. Assim, a idéia da Oficina do Saber é intervir na educação das crianças no período oposto ao da frequência escolar, orientando-se pela ótica acima.

As atividades com as turmas iniciaram no ano de 1991 (duas turmas de 15 crianças, em cada comunidade, nos períodos matutino e vespertino). As comunidades envolvidas são as seguintes: a) Ilha Continente, b) Santa Terezinha II, c) Nova Esperança, d) Novo Horizonte, e) Chico Mendes.

No início estavam envolvidos no projeto 10 pessoas (08 educadoras e 02 agentes de apoio - um coordenador pedagógico e 01 membro de apoio). Concretamente, as atividades pedagógicas desenvolvidas com os educandos são as seguintes: educador de turma, educador de cultura corporal, educador de cultura musical, assessoria pedagógica e assessoria psicológica. A atuação é feita quatro dias por semana (quatro horas para cada turma -2 por comunidade) totalizando 32 horas por semana. Além disso o grupo reúne-se quinzenalmente para discutir as atividades do projeto.

#### b) Alfabetização de adultos:

Segundo relatório do CEDEP (16/09/1995) o Projeto de Alfabetização surgiu como decorrência da realização do I Encontro de Educadores Populares, realizado em outubro de 1992. Neste encontro, um grupo de pessoas ligadas ao CEDEP e ao NAPE - Núcleo de Apoio Pedagógico da UDESC - resolveram começar um processo semelhante, sustentado num processo de alfabetização nas comunidades, ministrado por pessoas alfabetizadas das próprias comunidades.

Em 1993, o projeto funcionou experimentalmente em 03 comunidades. No ano de 1994, apesar do desligamento do NAPE (faltavam recursos humanos), este trabalho passa a ter o apoio financeiro da Fundação Kellog. O grupo passa a contar agora com 11 turmas.

Em 1995, o trabalho passa por dificuldades, reduzindo-se o número de turmas para cinco. Os agentes do trabalho resolvem então diversificar sua ação, constituindo grupos de educandos para desenvolvimento de atividades manuais.



c) projeto magistério:

Para poder dar continuidade aos trabalhos de “educação popular” desenvolvidos pelo CEDEP em suas comunidades-alvo, surge na entidade o propósito de formar “educadores populares”. Por isso, em convênio com o Colégio Coração de Jesus, o setor de educação idealizou um curso de magistério em que pretende-se “*formar professores comprometidos e preparados para a atuação pedagógica com as classes populares*”. (relatório do setor de educação de 16/05/95).

O curso iniciou em 1993 com três turmas (1o Colegial e 2o e 3o Magistérios). Faziam parte do curso quatorze professores (sete do CEDEP e seis do Colégio Coração de Jesus). Dentre os alunos, alguns eram indicados pelo CEDEP. Dentre as propostas inovadoras apresentadas pelo CEDEP está a possibilidade de realização de estágios nas comunidades envolvidas pelo trabalho do CEDEP. No ano de 1994, a participação do CEDEP reduziu-se a 04 professores. A partir deste ano alunos do curso começam a realizar seu estágio final (trata-se de etapa preparatória exigida para obtenção do magistério em nível de 2o grau) nas comunidades onde se desenvolvem os trabalhos do CEDEP.

#### **Setor de organização comunitária**

De acordo com relatório deste setor, o objetivo desta secção do CEDEP é “*a participação em áreas de definição e deliberação de políticas públicas [com o ] objetivo de organizar as comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis para exercerem o direito de participação cidadã através de intervenções coletivas*”. Dentre as estratégias adotadas pelo setor (descritas em seu relatório), os membros do setor afirmam que “*procuramos conhecer as melhores oportunidades de participação direta da sociedade civil organizada, observando os interesses das pessoas com as quais atuamos nas comunidades*”, definindo que entende “*a participação como um processo de elaboração, gestão e organização, levamos as possibilidades de participação em*

*fóruns de decisões de políticas públicas, à discussão e decisão dos grupos comunitários”.*

Nos relatórios que obtivemos junto aos membros da entidade, várias iniciativas do CEDEP em relação a sua participação na gestão de políticas públicas são discutidas. De modo geral, quatro são as iniciativas que mereceram uma reflexão mais atenta de seus membros:

a) Plano Diretor: Trata-se da elaboração do Plano Diretor da cidade de Florianópolis, proposta pela gestão da prefeitura para o ano de 1994. De acordo com os membros da ONG, como o texto do plano tinha sido elaborado por técnicos do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e tinha prazos curtos para emendas e sugestões, as comunidades tiveram pouco tempo para discutir o plano (houve um encontro das comunidades em março de 1994), o que dificultou a participação efetiva das lideranças no processo.

b) Conselho da Criança e Adolescente. Embora o CEDEP seja membro efetivo do conselho, que funciona em âmbito municipal, a ONG reconhece que *“não conseguimos articular ações de discussão e envolvimento das comunidades com a elaboração de políticas públicas”* nesta área.

c) Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O relatório menciona que o CEDEP foi convidado para discutir a criação, no estado de Santa Catarina, dos Conselhos Municipais de Assistência Social e Conselho Estadual de Assistência Social, mas não teria sido mais comunicado a respeito das discussões posteriores.

d) Orçamento Participativo: a implantação do orçamento participativo começa em Florianópolis no ano de 1993. Se nas outras linhas de trabalho a ação do grupo foi ineficaz, aqui buscou-se uma articulação das comunidades, visando envolvê-las efetivamente na participação do processo.

Duas razões nos levaram a descrever em pormenores estas atividades do CEDEP. Primeiro, porque é por estes diferentes setores e seus respectivos trabalhos que se pode ter uma real idéia do que seja o CEDEP e da importância da sua ação na realidade local de Florianópolis. Descrever seu trabalho, sem dúvida, é o melhor modo de “apresentar” esta ONG.

Por outro lado, o fato de que o CEDEP mantenha quatro tipos de atividades voltadas para “suas” comunidades, nos revela um dado importante. Com o término da “mobilização” em torno da questão da ocupação de terra (embora o problema permaneça), a entidade passa a estar mais voltada para as questões internas a sua própria organização e a seu próprio público-alvo.

No entanto, a medida que estas atividades começam a se estabilizar, a ONG inicia um processo de questionamento de suas práticas e tende a despertar para outras problemáticas. Neste processo, o tipo de inserção desta entidade no espaço político de Florianópolis passa a ser reformulado e discutido. Novas percepções e questionamentos começam a emergir no CEDEP, problematizando a postura política da entidade.

É justamente a análise deste novo “discurso”, que nos propomos a analisar a seguir.

### **3.2.2. EM BUSCA DE UMA NOVA PRÁTICA**

Uma vez formulada a nova estrutura do CEDEP, a vida da entidade em seu período posterior ocorre fundamentalmente em cada um dos seus trabalhos específicos (os setores).

Todavia, continuamente confrontada com as mudanças na realidade política e sentido a necessidade de refletir sobre suas próprias atividades, o CEDEP sempre buscou promover internamente um permanente debate sobre os rumos desta entidade. Analisando

alguns momentos privilegiados desta reflexão, pode-se perceber que o CEDEP vai se distanciando de sua excessiva vinculação com a organização e com as concepções teórico-políticas da igreja popular. Nesta secção procuraremos identificar algumas das temáticas de discussão surgidas no CEDEP que apontam neste sentido.

Para dar organicidade à vida do CEDEP, a principal instância de articulação de suas seis linhas de trabalho tem sido o “conselho consultivo” do CEDEP. Será a partir da ação deste grupo central na ONG que se promoveram as principais iniciativas conjuntas visando promover uma visão e ações comuns em torno de cada trabalho promovido na entidade. É nas atividades do conselho consultivo do CEDEP que se pode perceber como a entidade vai desenhando uma nova forma de compreender a sua ação enquanto ONG, e a necessidade de rever a sua forma de inserção na sociedade local.

Assim, no ano de 1994, os quatro setores realmente ativos do CEDEP foram mobilizados para promover um “planejamento geral” da entidade. O planejamento, feito através de um assessor especializado, elencou as principais dificuldades e oportunidades da ONG. Entre as dificuldades, o documento menciona a falta de infra-estrutura e recursos humanos, problemas financeiros e falta de uma visão (“formação”) comum. Fala-se ainda em fragilidade na integração dos setores de trabalho, excesso de reuniões e a respeito de uma indefinição da postura eleitoral da ONG. Neste sentido, a discussão girava em torno de um possível posicionamento partidário da entidade, revelador, por sinal, de uma certa ambigüidade em relação à postura de “autonomia” da ONG.

No documento produzido pela entidade nesta ocasião, a necessidade de articulação ocupa um lugar central no seus objetivos. Quase todos, de alguma forma, apontam para a necessidade de intensificar as relações com outros atores. Entre os atores mencionados estão os comitês da ação da cidadania de São José e o Movimento dos Sem Terra. A entidade fala ainda em realizar convênios com o setor médico-odontológico da UFSC e da necessidade de buscar auxílio financeiro para seus projetos e na necessidade de “dar

*continuidade na relação com as instituições (colégios particulares, Itesc, Udesc, secretaria de administração e justiça e prefeitura municipal)”*

Outro objetivo específico mencionado fala em *“intensificar a relação com outras entidades”* com o objetivo de *“fortalecimento da rede”*. Entre as entidades mencionadas estão quatro sindicatos (educação, bancários, eletricitários e jornalistas), cinco *“movimentos”* (Núcleo de estudos negros, O Negro, Bruxa Fala, Homossexuais e uma ONG, o CECCA (Centro de Estudos, Cultura e Cidadania).

Neste documento o CEDEP estabelece ainda como uma das suas prioridades a *“continuidade na discussão do orçamento participativo, continuidade na participação do plano diretor, continuidade na participação do conselho municipal dos direitos da criança e “a participação no Fundo Municipal de Educação”*.

No ano de 1995, nova atividade conjunta é promovida na entidade : trata-se da elaboração do *“projeto político”* do CEDEP. Também preparado pelo conselho consultivo da ONG, a elaboração das linhas de ação política da entidade foi realizada em dois encontros (maio e setembro de 1995), contando com a participação da maioria de seus membros. No documento final da discussão, o CEDEP se coloca como utopia uma *“sociedade socialista, ou seja, justa, solidária, com distribuição equitativa de renda e oportunidades”* e conclui dizendo que o *“modo de agir, ser e relacionar (dos membros da ONG) devem ser perpassados por uma mística libertadora que nos ajude a construir e vislumbrar uma visão de homem, mulher e mundo, contrária à visão neoliberal”*.

Dentre os princípios que orientam seu projeto político, dois pontos nos chamaram a atenção. Em primeiro lugar, a proposta de discutir e forjar políticas públicas a partir da prática e a segunda, a proposta de fazer a discussão em rede com outros projetos alternativos. Ambos os elementos, como se pode ver, apontam no sentido de uma prática política de redes.

Como conclusão, ao lado da manutenção no CEDEP de traços fortes do discurso da teologia da libertação (mística libertadora), tanto no planejamento, como na elaboração de seu projeto político, dois temas novos passam a se sedimentar no CEDEP: a necessidade da entidade articular-se (criar redes) com outras instâncias da sociedade civil, visando justamente uma maior influência da ONG na elaboração das “políticas públicas”, que é a segunda tendência presente.

Estas mesmas tendências podem ser percebidas pela análise das atas de reuniões do conselho consultivo do CEDEP (analisamos 27 reuniões ocorridas em 1995 e 1996). Nestas atas, uma nova postura política da entidade pode ser detectada a partir da discussão de três temas: a definição de suas parcerias, a discussão da “função” da entidade e seu “papel” no espaço da cidade.

A seguir, estes temas serão retomados e discutidos. Na medida do possível, procuramos extrair várias citações literais de pronunciamentos ocorridos e registrados nestas reuniões. Daí o caráter pontual de cada frase extraída, como pode-se notar a seguir. Não obstante, vejamos como estas temáticas apontam para as novas tendências presentes no discurso da ONG.

### **Parcerias, convênios e alianças**

Embora o tema das “parcerias” (no jargão de seus membros) seja uma referência comum nas reuniões da entidade, existem alguns momentos em que os membros do conselho dedicam uma reflexão exclusiva ao tema. Escolhemos dois destes momentos.

O primeiro acontece em 24/07/95, em que o secretário da reunião (Livro de atas, p.02) menciona que “o tema em pauta era parceria (grifo nosso), *clareamento do seu significado e conhecimento das mesmas na estrutura do CEDEP*”. Em sua ata, o mesmo secretário menciona 11 definições de parceira, dentre as quais pode-se destacar. *Parceria seria “uma interrelação de propósitos, respeitadas as diferenças e as suas possibilidades*

*e limites para o desenvolvimento de um projeto político. Existem vários níveis de parceira: permanente, eventuais e vários tipos: técnico, financeiro e ambos". Outra colocação define parceria como a atitude de "estar aberto a toda manifestação de apoio material ou outros de alguém que esteja de acordo com seus princípios para fortalecer e ampliar os seus projetos (trabalho)". Finalmente, uma terceira definição, fazendo uso do termo "aliança", a define como "formas de apoio a projetos, articulação na construção com outras forças na solidificação do projeto democrático-popular". No segundo momento da reunião, cada setor do CEDEP menciona os organismos com quem mantém parcerias.*

Visando dar concretude ao projeto de articulações, no dia 24/10/95, o CEDEP realiza uma reunião com representantes do movimento dos meninos e meninas de rua, para *"ver se podemos amarrar algumas parcerias"* (p.19a). De acordo com as atas da reunião, os presentes concluíram que seu objetivo *"é articular com as entidades para criar uma agenda pública nessa área (trata-se da área dos "menores"). Existem muitos trabalhando, mas desarticulados. Mapeamos alguns nomes com os quais poderíamos trocar as informações sobre os trabalhos e dados, para chegarmos a uma discussão pública"*.

Apesar de, em nenhum dos dois momentos acima, os membros do CEDEP fazerem referência explícita ao termo "rede", é nítida, através da terminologia das parcerias e alianças, a intenção da ONG em ampliar o seu leque de relações com outros atores sociais em torno de projetos ("trabalhos") e princípios ("projeto político") comuns. Trata-se de uma característica nova, reveladora de uma nova tendência (prática política de redes) no meio do CEDEP.

### **A relação com o "partido" e o "movimento".**

Quatro das reuniões do conselho executivo do CEDEP, no ano de 1995, foram dedicadas a uma polêmica com os representantes do governo municipal. O problema.

segundo registro das “atas” do conselho, é que o CEDEP teria sido mencionado como uma “central dos movimentos populares” em uma determinada assembleia municipal. Diante do fato, registra a ata, os membros do CEDEP resolveram chamar representantes da prefeitura para esclarecer *“o que é a entidade e qual a relação que deve ter com o partido para evitar à cooptação do movimento em função do partido”* (p. 04).

Diante dos representantes da administração municipal (pertencentes a uma frente de esquerda composta de oito partidos) os membros da ONG insistem (atas, p. 06v) *que “é necessário distinguir o CEDEP e movimento popular ou mesmo comunitário”*. Afirmam ainda que *“a função do CEDEP não é assumir a função das organizações/lideranças comunitárias. Percebe-se uma confusão da visão das funções do CEDEP”*, pois assevera um dos membros (ata, p. 09), *“somos ONG autônoma, com caráter de assessoria, articulação e trabalho prático de sistematização”*.

Com base nestes princípios, as reuniões finais são dedicadas então a esclarecer, segundo as palavras dos participantes, *“o papel (do) movimento partido e estado em base no projeto no qual estamos trabalhando”* (atas, p. 16). Parte-se do pressuposto de que *“o Cedep não é o movimento popular”* (atas, p.16a). Todavia, os participantes da reunião acreditam que *“os vários movimentos devem marchar numa perspectiva de promover a desordem em busca de uma nova ordem”* (atas, p.17). Em relação à administração municipal, por sua vez, o *“movimento popular tem que ter um papel de pressionar a prefeitura para que ela não perca o seu objetivo (popular), portanto, os que estão na administração não podem tratar com hostilidade quando o movimento vai até ela”* (idem, p.17), pois *“o movimento tem uma autonomia”* (p.18). Já o CEDEP *“é eclético e não está atrelado ao PT* (idem, p. 18) , bem como *“essa visão de que o movimento social é PT é um estigma”* que acarreta o fato de que *“o movimento não tem sua autonomia muito clara”*(idem, p. 18).

Apesar do caráter ligeiramente tenso das reuniões, no final, conclui um dos representantes da prefeitura, *“saio muito satisfeito, e parece que as coisas estejam mais*



*claras (...). Foi importante a clareza das funções, se a nossa comunicação foi boa”*(idem, p. 19).

Deste longo resgate de falas que acima efetuamos, e de sua aparente confusão, duas coisas se destacam. Em primeiro lugar, uma clareza muito aguda do CEDEP em não ser identificado com o “movimento popular”, tentando respeitar sua “autonomia” e suas formas de organização. Por outro lado, o CEDEP insiste em manter sua identidade própria em relação ao partido (principalmente o PT), bem como a autonomia dos próprios “movimentos” em relação a este. O saldo é que desta discussão emerge muito clara a auto-identidade dos membros do CEDEP como “ONG”, diferenciando claramente seu papel tanto do “movimento” quanto do “partido”. O sujeito exclusivo já não é mais o movimento, pois o CEDEP é uma ONG com função e postura política própria. Eis a nova tendência que esta discussão mostra no CEDEP.

#### **A ação e inserção na cidade**

Embora este não seja um tema exclusivo de reunião por parte do CEDEP, o tema da “presença na cidade” é uma referência constante nas atas da ONG.

Sobre o presidente da entidade, por exemplo, fala-se que ele deve *“articular a presença do CEDEP em diferentes espaços da cidade”* (p.01v). Já em reunião dedicada à “análise de conjuntura”, um participante constata que *“a nossa ação deve gerar assunto público. Às vezes dá impressão que esse assunto é pertinente só a organização comunitária (...) o pessoal da prefeitura tem razão de nos chamar bairristas”* (idem, p.8v). Em outro momento, por sua vez, um membro chama a atenção para o fato de que *“temos que trabalhar mais a formação de eventos públicos, parcerias com outras entidades, trazer para avaliação um cronograma mínimo por setores”* (idem, p.21).

Em sua avaliação anual (1995), por sua vez, o relatório aponta que *“parece que nós fazemos uma coisa que não está tendo uma intervenção efetiva (...), foi pena o CEDEP*

*não ter estado na discussão do plano diretor (...), está aí um fórum da cidade” (idem, p.25v). Apesar de que “a presença do CEDEP no orçamento foi decisiva. As pessoas aprenderam muito”, o relatório conclui dizendo que “quando se trata de uma participação mais eficiente ficamos à margem. Não houve uma priorização do plano diretor” (idem, p. 25).*

Na abertura dos trabalhos de 1996, o conselho consultivo fala da necessidade do planejamento, *“que deveria ser um planejamento de execução e que se pautasse no projeto político da entidade, e respondesse a demandas presentes na cidade” (p.26v). Em data posterior, uma participante “recoloca também a necessidade da organização e participação em fóruns que priorizem as questões mais amplas” (p.29v).*

Nas reuniões do conselho, também se discute o papel das ONGs. Em dada reunião, um participante menciona que *“hoje as entidades estão se questionando sobre a função dentro da cidade” (p. 34), o que leva outro membro a afirmar que “vivemos um crise quanto à organização da entidade. Há um misto de basismo (grifo nosso) e de concepções da entidade de que tipo de relações podemos criar dentro da cidade (grifo nosso)” (idem, p.34). Nova menção sobre a mudança das ONGs é mencionada em outra reunião, quando o secretário relata que um membro “retoma a questão das ONGs atuais e sua reestruturação diante das mudanças sociais, o que implica numa influência sobre a nossa ação” (idem, p.36), enquanto outro participante “retoma o projeto político e a necessidade de focar mais a questão da presença do CEDEP nas políticas públicas. Não há um corpo estabelecido que organicamente articule isso, temos práticas executivas” (idem, p.36). Falando da própria ONG, em outra reunião, afirma-se que “somos híbridos, articulamos, assessoramos e executamos. Como ficamos? Seremos meio? Qual é o papel daqui para a frente?” (idem, p.39).*

Ainda que a pergunta esteja sem resposta, ela aponta para um fato novo. O CEDEP, através desses debates, mostra uma tendência em ampliar suas preocupações. Longe de ficar restrita às suas atividades “executivas” (no linguajar dos seus membros), é a “cidade”

, suas demandas e seus problemas, que começam a ganhar suas atenções. A ONG, concluem os debatores, deve abrir-se para temas mais amplos, gerar novos assuntos públicos, e continuar a redefinir o seu papel no quadro mais amplo da “cidade”.

Cidade, portanto, mais do que a área geográfica de atuação da ONG adquire um novo significado. Trata-se de um novo contexto para o qual a ONG deve se abrir. Ela indica novos problemas e desafios que ultrapassam os limites das áreas atingidas pelo CEDEP. Embora as “comunidades de periferia” ainda sejam uma referência (ou sejam o “locus” do qual a ONG se pronuncia), a “cidade” indica um novo horizonte, que deve passar pelas preocupações do CEDEP.

Por fim, o que se pode perceber na análise da trajetória história do CEDEP é um contínuo esforço da entidade em captar os desafios do momento e buscar respostas para estes desafios. Vimos, ainda, na segunda parte deste capítulo, que esta busca envolve um intenso processo de discussão e reflexão por parte de seus membros. Nestas discussões, novas concepções são forjadas e novas práticas começam a despontar. Todavia, a análise da efetividade destas práticas e sua construção por parte da ONG constituirá o tema do capítulo subsequente.

## CAPÍTULO IV

### ENTRE O POVO E A CIDADE

Depois de termos verificado a emergência de um novo discurso por parte do CEDEP, no qual sua inserção política na realidade local de Florianópolis aparece com novos contornos, dedicaremos este capítulo a analisar em que medida esta nova compreensão se realiza, efetivamente, nas práticas cotidianas, ou políticas, desta ONG.

Com o mapa desenhado (os nossos “tipos ideais” - mas sempre ideais - ) fomos buscar na tecitura do real as “redes” do CEDEP. São muitas, e longe de nós desatar este imenso e embaraçado novelo. Porém, de que modo, neste entrelaçar-se de fios, achar onde as pontas se cruzam e a rede se forma?

Um primeiro caminho seria seguir os passos (ou as tramas) das “redes personalizadas”<sup>1</sup>. Afinal, por onde “ andam “ os membros do CEDEP? Quais são os seus contatos permanentes e eventuais ? Que costuras se desenham por entre estes passos? Caminho traçado, mas sinal fechado! Entre membros perdidos (o financiamento acabou) e escassas fichas (e com poucas informações), o tempo nos vedou o trajeto.

Segunda tentativa, novo caminho, novas redes: as “redes inter-organizacionais”! Levando em consideração as dimensões chaves que estamos apontando (atores transnacionais, estado, sociedade civil e populações alvo), quais seriam os elos e alianças “costuradas” pelo CEDEP, tendo em vista a revisão de suas concepções políticas e a emergência de um discurso que aponta para o estabelecimento de “redes” ?

---

<sup>1</sup>Klanderma, em trabalho que já citamos (1992) nos oferece um bom exemplo deste tipo de pesquisa. Ao analisar as “redes multi-organizativas” dos movimentos sociais, o autor analisa seus vínculos a partir de seus membros. Neste sentido, dois indicadores são considerados: A afiliação destes indivíduos como membros e simpatizantes de outros movimentos (múltipla militância) e ainda os contatos e comunicações mantidos entre os membros dos movimentos dentro de um período considerado.

Ora, na conceituação dada por Scherer-Warren para as redes de movimentos, o termo “organização” aparece como um dos elementos centrais da definição. Nos dizeres da autora, (1996a, p. 16) “*para a análise de articulações políticas mais amplas*” (ou redes de movimentos) um dos elementos a levar em conta são justamente as (...) “*interações horizontais e práticas sócio-políticas pouco formalizadas entre organizações da sociedade civil [grifo nosso]*”.

Amparados por esta definição, buscamos apresentar neste capítulo os resultados de nossa pesquisa empírica. Primeiramente, são apontadas as mudanças identificadas no CEDEP em direção a uma prática política de redes. A seguir, são destacados alguns limites que o CEDEP ainda encontra na consolidação deste processo. É a partir destes elementos, por sua vez, que buscaremos uma interpretação teórica dos processos ocorridos no CEDEP em sua trajetória histórica

#### **4.1. NOVOS PADRÕES DE AÇÃO COLETIVA**

Na análise dos novos padrões de ação coletiva do CEDEP, o tipo ideal de prática política de redes, conforme desenvolvido em nossas reflexões anteriores, continua sendo nossa referência central. Ao analisarmos a relação do CEDEP com as agências de manutenção, o poder público local, outros atores da sociedade civil e a interação com seu público alvo, nos perguntamos se, realmente, o novo discurso surgido no CEDEP leva a uma mudança nos seus padrões de ação política. Nosso objetivo nesta seção será identificar em cada uma das esferas de relações do CEDEP, as rupturas, mudanças ou o surgimento de novas posturas que foram motivadas por esta nova estratégia desenhada pela ONG.

#### **4.1.1. A TROCA INTERCULTURAL E A EDUCAÇÃO PARA A PAZ**

Uma das primeiras experiências do CEDEP, em relação a financiamentos, pode ser localizada no ano de 1989, quando um projeto é encaminhado à igreja anglicana para pedir recursos que propiciassem a compra de materiais de escritório para a ONG.

No decorrer de sua trajetória, o CEDEP amplia suas relações a nível internacional e transforma sua experiência em uma bela rede de intercâmbios. Vejamos como, em diferentes etapas, o CEDEP vai consolidando este processo.

##### **Fundação Kellog**

A Fundação Kellog é uma agência de financiamento a projetos com sede nos Estados Unidos.

A relação do CEDEP com a Fundação Kellog nasceu em condições bem peculiares. Na época (1993), o presidente da entidade foi apresentado a uma funcionária da entidade por intermediação da mãe da mesma. Conhecedora dos trâmites e dos processos internos de apresentação de projetos nesta agência, esta funcionária prestou auxílio para que um projeto do CEDEP pudesse ser aprovado pela Fundação Kellog.

O projeto previa o auxílio financeiro desta fundação por três anos consecutivos (1994, 1995 e 1996). Como exigência, além do projeto inicial, havia a confecção de um relatório trimestral, com a descrição das atividades e um relatório anual em que constasse o desenvolvimento dos programas e despesas financeiras. Ao final do período deveria ser apresentado um relatório conclusivo.

Apesar do número de relatórios necessários, o projeto era suficientemente aberto para cobrir programas bem amplos, sendo canalizado pelo CEDEP para três atividades

específicas: programa de alfabetização de adultos, formação de lideranças e apoio à oficina do saber.

Durante os três anos do projeto não foram realizadas quaisquer visitas por parte de agentes da Fundação Kellogg. Tratava-se, de fato, de uma relação de mero financiamento. Prioridades, metas conjuntas ou intercâmbios não foram realizados.

Como a Fundação Kellogg prevê em seus estatutos que projetos identificados não possam ser renovados, ao final do prazo previsto, a relação com a Fundação Kellogg terminou.

### **Centro de Informação, Documentação e Iniciativas para o Desenvolvimento**

Outra importante experiência de intercâmbio do CEDEP em nível internacional, tem origens bem anteriores a reformulação dos estatutos da entidade (que se dá em 1992).

No ano de 1987, realiza-se em Florianópolis o I Encontro Internacional de Pedagogia Freinet. Neste encontro, o então presidente do CEDEP convida alguns participantes a visitarem as “comunidades de periferia” de Florianópolis.

Levados para as áreas mais carentes da cidade, a situação de miséria impressiona profundamente os participantes, especialmente um grupo de italianos, que passam a se interessar pela realidade brasileira. Nasce, então, a idéia de se realizar um encontro de intercâmbio, que se realizou no Monte Hermon (Município de São José), no ano de 1988. Na oportunidade, os educadores brasileiros e italianos realizam uma troca de experiências, através de oficinas, onde técnicas pedagógicas eram intercambiadas. É a partir desta idéia que nasce a experiência da “oficina do saber”, que já descrevemos anteriormente.

Como contrapartida do evento do Monte Hermon, alguns membros do CEDEP são convidados a divulgar a situação e a realidade do Brasil na Itália. Naquele país há um

grande interesse dos educadores locais pelos projetos educativos no Brasil. Assim, através dos contatos locais montou-se um projeto de financiamento que envolvia três parceiros: O CEDEP, o M.C.E (Movimento de Cooperação Educativa) e uma ONG italiana: o CIDIS - Centro de Informação, Documentação e Iniciativas para o Desenvolvimento .

Nesta relação, o CIDIS repassava fundos que obtinha junto a CEE (Comunidade Econômica Européia) para o projeto “Oficinas do Saber”. O CEDEP realizava as ações locais e o M.C.E. procurava divulgar estas atividades junto às escolas públicas italianas.

O convênio previa o financiamento das cinco oficinas do saber (nas comunidades de Florianópolis) durante três anos (1994, 1995 e 1996). Tal como no exemplo anterior, em cada ano era elaborado um plano geral, um pedido de solicitação trimestral e um relatório pedagógico, que eram elaborados por um membro do CEDEP.

Ao contrário da Fundação Kellog, o CIDIS já previa em seu projeto três visitas de seus agentes para conhecer a experiência das oficinas do saber. Apesar do avanço, houve tensões na relação do CIDIS com alguns educadores das oficinas do saber. Um pequeno exemplo, que pode ser mencionado, é que norteados por uma concepção autogestionária de condução dos trabalhos, alguns membros do projeto se recusaram a eleger um coordenador, o que criou dificuldades nos itens técnicos de prestação de contas . Incompreensões a parte, este fato demonstrou que na relação com o CIDIS, também predominava a relação burocrática, ao contrário do que ocorria na relação do CEDEP com o M.C.E., no qual a relação de intercâmbio acontecia com muito maior intensidade (como veremos a seguir).

Ao final do ano de 1996, o projeto com o CIDIS também não foi renovado.



## **O Movimento de Cooperação Educativa**

Como vimos anteriormente, a relação do CEDEP com o M.C.E se desenrola no contexto do convênio com o CIDIS. Mas, enquanto a relação com o CIDIS não conseguiu avançar em torno de propostas conjuntas, a relação com o M.C.E é feita de uma troca mútua de experiências.

O M.C.E. é uma associação que procura articular educadores das escolas públicas italianas em torno da melhoria de sua qualidade, na perspectiva de um “pedagogia popolare”. Entre seus principais projetos, encontra-se a tentativa de trabalhar em seus educadores e alunos um perspectiva multi-cultural, fundada na educação e na promoção para a paz.

É em torno deste ideário que se forjam as relações de cooperação entre o CEDEP e esta ONG. O CEDEP é escolhido como parceiro da ONG para levar para a Itália elementos da cultura brasileira. Por outro lado, os educadores do CEDEP buscam compartilhar suas experiências com os alunos das oficinas do saber.

O principal elemento para esta troca são as viagens feitas pelos educadores brasileiros para a Itália. Em sua última viagem, realizada de fevereiro a março do presente ano, um grupo de três educadoras mencionam visitas a cinco escolas italianas. Em cada uma das escolas, as educadoras buscaram trabalhar temas ligados à realidade cultural de Florianópolis: Zumbi, Cosme e Damião, histórias de bruxas, músicas locais (Era uma casa muito engraçada), Orixás, Mãe de Santo, Divino Espírito Santo e outros elementos e temas. Além disso, participaram de um seminário local (Percursi de cooperazione educativa interculturale) e de reuniões com professores das escolas. Em sua volta, trouxeram presentes das crianças italianas para as brasileiras, além de correspondências, que são mantidas regularmente.

No referido relatório menciona-se ainda que “é necessário transformar essa relação preconceituosa do 1o para com o 3o mundo, numa relação de parceiros, amigos” e se termina dizendo que:

*somos todos nós (brasileiros e italianos) portadores de uma missão fundamental, construir junto de nossas crianças, tão diferentes e iguais ao mesmo tempo, uma consciência que promova a construção de **CIDADÃOS DO MUNDO** [grifo do autor], numa visão aberta onde cada um e cada uma, morador deste mundo, possam querer um mundo repleto de direitos e deveres iguais para todos e todas.*

Nas conclusões das viagens que membros do CEDEP realizam na Itália, pode-se perceber como a entidade vai fazendo o aprendizado da importância do intercâmbio de idéias e valores. Este intercâmbio é feito justamente sob o signo da educação multicultural e da educação para a paz! E é também em torno desses valores que o CEDEP vai construindo e ampliando suas relações (ou suas redes) com as escolas públicas da Itália, envolvidas no projeto.

Neste sentido, os membros do CEDEP passam a se sentir insatisfeitos de sua relação com o CIDIS, cujo projeto não previa a discussão e troca de idéias e a construção de valores comuns. A experiência junto ao M.C.E. lhes permite elaborar uma crítica de relações que se pautem no mero repasse de recursos e consolidar o intercâmbio fundado em valores como um dos objetivos principais da entidade.

Terminado o projeto com o CIDIS, o convênio com esta entidade não é renovado. O CEDEP procura agora angariar parte de seus fundos junto às escolas públicas da Itália com quem mantém relações de troca, atualmente em número de sete. Apesar da sensível queda no montante dos recursos (pois agora eles são obtidos de campanhas nas escolas públicas), o CEDEP mantém-se conveniado apenas com o M.C.E.

Diminuição de recursos à parte, o fato é que os valores forjados nesta relação serão fundamentais para impulsionar o CEDEP na efetivação de um conjunto de iniciativas de

intercâmbio, também na esfera local. Ora, percebido como um valor no âmbito das relações internacionais, o CEDEP começa a se questionar e propor também alianças e parcerias no âmbito de sua ação local. Vejamos.

#### 4. 1.2. REDES DE PARCERIA LOCAL

Porém, se o CEDEP possui uma trajetória de crescimento nas suas relações internacionais, como a ONG se comporta na esfera local? Qual o teor de suas relações com os outros atores da sociedade civil de Florianópolis?

Vimos no capítulo anterior, que um dos principais objetivos do CEDEP era buscar uma maior intergração na rede de movimentos. Nesta secção, procuramos examinar as iniciativas que o CEDEP tem desenvolvido neste sentido.

##### **Parcerias de trabalho**

A parceria constitui um dos valores mais importantes do CEDEP. Este tema, como vimos nas reuniões da ONG, é questão fundamental para a entidade.

Mas, para além do discurso, a tentativa de estabelecer laços com outras entidades em torno dos trabalhos do CEDEP passou a ser uma das principais iniciativas desta ONG. Em cada um dos setores de trabalho, o CEDEP procurou construir ou consolidar alianças que permitissem uma vinculação de suas atividades e comunidades com a sociedade em geral.

O setor de **teologia popular**, por exemplo, possui um convênio com o ITESC (Instituto Teológico de Santa Catarina), pelo qual os participantes do curso de teologia recebem um certificado emitido por este órgão. Para a execução dos cursos, por sua vez, o setor possui a colaboração de seminaristas do ITESC, padres da arquidiocese de Florianópolis e membros de Congregações Religiosas. Naturalmente, sua presença nas

atividades do CEDEP resulta de sua afinidade ou não com uma concepção politizada da religião (a chamada teologia da libertação).

Já o setor de **organização comunitária**, em parte de seu período, procurou o apoio das universidades locais na realização de seus projetos. A UDESC participava do curso de formação de lideranças, através de seu Núcleo de Apoio Pedagógico (vinculado a Faculdade de Educação) e em certo período participou do projeto de alfabetização de adultos.

Em relação a UFSC, o setor de organização comunitária possibilitou a realização de estágios de alunos do curso de serviço social em comunidades ligadas ao CEDEP, especialmente as comunidades da Via Expressa.

O **setor de produção e abastecimento** consolidou o seu trabalho justamente pela sua interação com outros setores da sociedade civil. Com o desenrolar da “ação da cidadania” especialmente entre 1993 e 1994, este setor passou a estabelecer vínculos com vários comitês da cidadania criados na cidade de Florianópolis. Entre eles, os Comitês da Eletrosul, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Telesc, Celesc e algumas escolas particulares.

Segundo membros da entidade, a iniciativa partiu dos próprios comitês, no sentido de procurar organizações a quem pudessem ser doadas suas arrecadações. O CEDEP por sua vez, propôs-se a mediar esta relação, tentando canalizar os objetivos assistencialistas dos comitês rumo a uma visão mais politizada e real das suas comunidades.

Assim, em vez de alimentos, os comitês passam a doar recursos financeiros, que permitem às comunidades estruturar uma cooperativa de consumo. O CEDEP, por sua vez, procura ressaltar a “organização das comunidades” nas reuniões dos comitês, tentando mostrar que as camadas de baixa renda não podiam ser reduzidas apenas a pessoas carentes e possuíam suas próprias formas de organização.

Vale destacar o importante papel de “articulação” exercido pelo CEDEP neste momento. No desenrolar do processo, o CEDEP passou a ter sua imagem conhecida e a relevância de sua ação reconhecida em muitos segmentos da sociedade civil. Por outro lado, sua vinculação com as áreas periféricas da cidade, permitiu-lhe dar outro rumo à ação dos comitês. Será mais um fator a consolidar a importância das parcerias nas práticas políticas da ONG.

Outro setor onde as parcerias são muito valorizadas é o setor de **educação popular**. Neste setor, a realização de parcerias sempre foi fundamental para consolidar os projetos e aparece explicitamente nas suas formulações escritas. Assim, em documento de 19 de julho de 1993, afirma-se textualmente:

*O CEDEP tem como princípio básico a realização de seus projetos em sistemas de parceria, [grifos nossos] e busca recursos financeiros (para subsidiar parte destes projetos) {...}. Desta forma, adota a concepção que vai além da mera questão dos recursos financeiros, porquanto acredita na inter-relação de experiências, na construção de novos saberes que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos no mundo.*

Em sua continuidade, o documento enumera o que chama de “rede de sustentação” dos projetos do CEDEP. De acordo com o documento, o CEDEP mantém atualmente um curso de magistério popular em convênio com o Colégio Sagrado Coração de Jesus e um curso de pré-vestibular em convênio com o Colégio Catarinense.

### **Cooperação com outros atores**

As parcerias do CEDEP com outras entidades supõem um conjunto permanente de relações desta ONG com seus parceiros. Todavia, analisando os trabalhos do CEDEP, é possível identificar ainda um conjunto de atores locais com o qual a ONG mantém contatos frequentes. Porém, estes contatos possuem um caráter pontual e intermitente, dependendo das circunstâncias que permitem ou não a aproximação com estes atores. Em geral, são contatos realizados para viabilizar alguma cooperação mútua em torno de demandas pontuais ou de problemas comuns.

Para além da esfera local, na história do CEDEP pode-se verificar a participação da ONG em vários cursos promovidos por outras ONGs de atuação nacional. É o caso especialmente do CEBI, do CESEP e do ADITEPP. Pertencentes ao circuito dos “centros de assessoria” ligados à igreja popular, a importância destas relações está no fato de que elas são fundamentais para consolidar a identidade do CEDEP enquanto ONG. Neste sentido, o perfil e as tendências adotadas pelas entidades nomeadas, exercem um papel modelador sobre a auto-compreensão que o CEDEP faz de si mesmo e de suas atividades políticas.

Em relação à esfera local, a pesquisa de Scherer-Warren (1996a, p. 59-68) identificou a existência de 32 ONGs atuando em Florianópolis. Já destacamos que a intenção de ampliar o laço de suas relações com estas entidades é um dos objetivos estratégicos primordiais do CEDEP. Em nossa pesquisa, três destas entidades parecem ter merecido uma atenção destacada do CEDEP.

Primeiramente, o CEDEP mantém relações bastante intensas com a ASA (Ação Social Arquidiocesana). A principal cooperação entre estas entidades é propiciada pelo setor de produção e abastecimento. O principal responsável do CEDEP pelo acompanhamento das comunidades pertencentes ao projeto também é funcionário da ASA. É nesta condição que o mesmo possui os recursos e tempo necessários para acompanhar os projetos deste setor.

Outras duas ONGs priorizadas pela ação do CEDEP são o MNMMR (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua) e o CECCA (Centro de Estudos, Cultura e Cidadania). Mas quanto à relação com o CECCA, ela fica restrita apenas a contatos pessoais. Em relação ao MNMMR foram realizadas reuniões visando “amarrar parcerias”. Embora não haja, nestes casos, parcerias ou convênios institucionalizados, as entidades possuem estreitos vínculos, costurados pelos seus próprios membros.

Todavia, nada de efetivamente concreto ficou decidido.

Finalmente, o CEDEP menciona ainda entre o rol de seus cooperadores o sindicato dos bancários e o sindicato dos eletricitários. O primeiro cede para o CEDEP um espaço físico que serve de sede da entidade. Já o segundo, permanece ligado ao CEDEP através dos comitês da cidadania, especialmente da Eletrosul.

### **Participação em eventos**

Com o aumento da presença da sociedade civil em Florianópolis, a realização de eventos dos mais diversos tipos (fóruns, congressos, encontros, etc.) tem crescido na cidade. No CEDEP, a preocupação em tomar ciência destes eventos e mandar representantes também é fundamental.

Em vários destes eventos, o CEDEP tem sido chamado a participar para divulgar e discutir os seus trabalhos, especialmente na área da educação. Recentemente, por exemplo, membro do CEDEP proferiu palestra em encontro promovido pela Escola Sul da CUT em Florianópolis, chamado “educação para a cidadania”.

Outros encontros, por sua vez, são dedicados ou ao estudo de questões específicas ou a resolução de problemas concretos. Em 1995, por exemplo, membros do CEDEP se faziam presentes no “I Seminário Catarinense de Organização e Profissionalização das ONGs”. Em 1996, o CEDEP procurou acompanhar as discussões do “Fórum da Cidade”, criado para debater os problemas centrais da capital.

A importância da participação do CEDEP nestes eventos, está em que o CEDEP não só leva sua experiência para outros atores e segmentos da sociedade. Ele também traz as questões mais amplas da realidade local de Florianópolis para serem discutidos no âmbito da própria ONG.

### 4.1.3. REDES DE COMUNIDADES

Entre as ONGs existentes em Florianópolis, o CEDEP é aquele que possui as mais fortes raízes na população local. Os quatro setores de trabalho da entidade atingem 25 áreas da grande Florianópolis. A seguir, conforme os setores de trabalho do CEDEP, apresentamos quais são estas comunidades. Apenas o setor de teologia popular será excluído, na medida em que a participação nos cursos promovidos pelo setor é individual e não está ligado a vinculação com comunidades específicas.

Comunidade	Cidade	S/Org/Com	S/Produção	S/Educação <sup>2</sup>
Santa Terezinha I	Florin/Cont	X		Y
Santa Terezinha II	Florin/Cont	X	X	X e Y
Novo Horizonte	Florin/Cont	X	X	X e Y
Nova Esperança	Florin/Cont	X	X	X e Y
Ilha Continente	Florin/Cont	X	X	X
Chico Mendes	Florin/Cont	X	X	X e Y
Morro do Horácio	Florin/Ilha	X	X	Y
Mont Serrat	Florin/Ilha	X	X	Y
Solimar	Florin/Ilha	X	X	Y
Mocotó	Florin/Ilha	X	X	Y
Pedregal	Florin/Ilha	X	X	Y
Morro/Penitenciári	Florin/Ilha	X		Y
Vila Aparecida	Florin/Ilha	X	X	
Morro da Caixa	Florin/Ilha	X	X	
Itacorubi	Florin/Ilha	X		
Procasa	Florin/Ilha	X		
Monte Cristo	Florin/Ilha	X		
Serrinha	Florin/Ilha	X		
Campeche	Florin/Ilha	X		
Parque Esperança	Florin/Ilha	X		
União da Vitória	Florin/Ilha	X		
Flor de Nápolis	Florin/Ilha	X		
São Francisco	Florin/Ilha	X		
Hipotecas	Florin/Ilha	X		
Coloinha	Florin/Ilha	X		

<sup>2</sup> Quanto ao setor de educação, o “x” refere-se ao projeto oficinas do saber e o “y” ao projeto de alfabetização de adultos.



A primeira observação a fazer diante deste quadro, é que ele em si mesmo constitui uma importante “rede associativa” da cidade de Florianópolis. A trilha das comunidades ligadas ao CEDEP recobre ampla parte das associações de moradores dos municípios da Grande Florianópolis. Só em Florianópolis, das 51 associações de moradores relatadas na pesquisa de Scherer-Warren, 11 aparecem ligadas ao CEDEP<sup>3</sup>. Naturalmente, a penetração da ONG nestas comunidades varia conforme o local.

De modo geral, são as 5 comunidades da Via Expressa que comportam o maior número de atividades do CEDEP: os três setores mencionados atuam nestas comunidades. Constituem pois, comunidades estrategicamente relevantes para a entidade. Do ponto de vista histórico, é importante também considerar as comunidades localizadas nos morros do centro de Florianópolis: Morro do Horácio, Mont Serrat, Penitenciária e outros. É nestas comunidades (a partir do trabalho da igreja popular) que começa o trabalho do CEDEP. Portanto, também são comunidades centrais para as atividades da ONG.

Para analisar o tipo de relações que o CEDEP mantém com estas localidades, verificamos que tipos de atividades o setor de organização comunitária (responsável pela assessoria política) procurou desenvolver em relação aos locais acima mencionados. Quais os elos de ligação que aproximam os responsáveis do setor com os membros das comunidades? Em um segundo momento, destacamos algumas temáticas discutidas entre os membros do setor. Nestas temáticas, procuramos apontar como os integrantes da ONG realizam paulatinamente um processo de esclarecimento e modificação na forma como este trabalho é exercido.

---

<sup>3</sup> São as Associações de Moradores do Morro do Horácio, Vila Aparecida, Campeche, Monte Cristo, Ilha Continente, Itacorubi, Nova Esperança, Mont Serrat, Coloninha, Chico Mendes e Novo Horizonte.

## **Atividades de Assessoria**

Uma vez estruturado enquanto setor do CEDEP, o setor de organização comunitária começa a estabelecer um conjunto de iniciativas que visam dar efetividade às suas práticas de “assessoria” às comunidades. Concretamente, pudemos identificar três tipos de atividades que os membros do setor exerciam em relação às suas áreas de atuação. A seguir, faremos uma breve descrição de cada uma destas atividades.

### *a) acompanhamento de atividades*

A primeira preocupação que os membros do grupo de organização comunitária manifestavam era acompanhar o que efetivamente ocorria nas comunidades. Com parte de seus membros “liberados” pelos financiamentos, era possível comparecer durante a semana nos locais de atuação e acompanhar diretamente o ritmo dos acontecimentos.

A principal atividade de acompanhamento, todavia, acabava sendo a participação nas reuniões das associações de moradores. Nestas reuniões, os membros do setor ajudavam a decidir a pauta de questões a serem discutidas e a viabilizar soluções para os problemas.

### *b) formação de lideranças*

A formação de lideranças aparece sempre como uma das prioridades do Setor de Organização Comunitária. Em praticamente todas as reuniões ela aparece sempre como o objetivo e a meta do próprio setor. Mas de que modo viabilizar este processo?

Para resolver o problema optou-se por uma reunião de caráter mensal. Assim, uma vez a cada mês, as lideranças das comunidades reuniam-se em local previamente determinado com os membros do CEDEP para discutir assuntos ligados a todas as

comunidades. De acordo com as informações que obtivemos dos membros do setor, duas eram as temáticas privilegiadas nos encontros. Primeiramente, problemas concretos que atingiam a vida das próprias comunidades: problemas de regularização de terra, por exemplo. Além destas questões, em outras reuniões debatiam-se temas ligados ao aprimoramento pessoal das lideranças. Os temas giravam então em torno de conceitos como “metodologia”, “participação”, “comunidade”, “organização” e outros. Os temas escolhidos gravitavam em torno de assuntos considerados pertinentes para a “formação” das lideranças.

Nestas reuniões, o que nos chamou a atenção é não ter sido estabelecido um plano prévio de temas a serem abordados em um espaço de tempo definido: um ano por exemplo. Mais do que uma continuidade temática, estas reuniões funcionavam pontualmente. Os temas eram definidos de acordo com as necessidades do momento e eram organizados nos intervalos entre uma reunião e outra. A razão para isso, se deve ao fato de que o encontro mensal não tinha apenas um caráter de curso. Na verdade, ele funcionava como um espaço de “articulação” (no próprio linguajar de seus integrantes), no qual os arranjos necessários a cada momento eram discutidos e acertados.

### *c) encontros de comunidades*

Para que o trabalho do setor de organização comunitária não ficasse restrito apenas ao acompanhamento das lideranças; uma terceira iniciativa desencadeada pelos seus membros eram os “Encontros de Comunidades”.

A característica marcante destes “Encontros” é que eles procuravam envolver o máximo possível de pessoas das comunidades. Segundo a previsão dos membros do setor, os “Encontros Amplos” deveriam ser realizados a cada quatro meses. Embora não tenhamos localizado qualquer registro escrito do que acontecia nos “Encontros”, ele procuravam conciliar o aspecto festivo-celebrativo da reunião (um relatório menciona um “bailão”) com temas de interesse das comunidades. A partir do ano de 1994, por

exemplo, será o tema do “orçamento participativo” que acabará sendo o tema aglutinador destes encontros.

### **Repensando as “práticas”: o que é assessoria?**

Localizados e identificados os procedimentos efetivos que “articulam” o CEDEP as áreas de sua atuação, importa analisar agora a “qualidade” ou as características específicas que informam estas relações. Em que medida o “fluxo” de relações entre CEDEP e Comunidades, construído com base nas iniciativas acima, pode nos indicar mudanças que demonstrem um repensar das práticas basistas do CEDEP?

Para fornecer esta resposta, identificamos em alguns documentos do CEDEP determinadas temáticas que apontam uma tentativa de revisão da ONG na maneira de integrar-se com as “comunidades”. Demonstremos primeiramente quais são estas temáticas, para em seguida refletir sobre o seu significado no quadro de renovação dos padrões de ação política da entidade.

#### *a) Associações ou Organizações?*

Um dos primeiros dilemas a surgir entre os membros do Setor de Organização Comunitária é quanto ao próprio nome do setor. Duas propostas se contrapõem. De um lado, a tradição anterior que privilegiava o trabalho com as “Associações de Moradores”. Neste sentido, o trabalho do grupo deveria estar voltado para a organização deste tipo de associação. Nos primeiros documentos do CEDEP, inclusive, pode-se ver que os relatórios do setor são atribuídos ao “setor de assessoria às associações de moradores”.

Não obstante, outro grupo propunha que o trabalho não ficasse restrito apenas às associações propriamente ditas, mas incluísse todas as formas de “organização” da comunidade. Ai estavam incluídos os clubes de mães, grupos de produção alternativos,

escolas e outros. Todas as formas de organização deveriam ser estimuladas, sendo a função do setor “*articular as comunidades internamente, trabalhando os grupos nela existentes, de forma integrada*” (Relatório do Setor de Organização Comunitária de 19/04/95).

No andamento do processo, é a segunda vertente que acaba prevalecendo, passando o setor a denominar-se, efetivamente, de “Setor de Organização Comunitária”!

*b) Lideranças x Agentes externos!*

Anteriormente, frisamos com bastante ênfase que uma noção indiferenciada do “povo como sujeito de sua própria história”, atuando conscientemente no “movimento popular”, do qual os “centros de assessoria” eram um mero apoio, é a categoria básica que informa a prática que denominamos de basista.

Mas, no decorrer de seu envolvimento com as comunidades-alvo, o CEDEP procura repensar esta identificação. Em vários de seus relatórios, aparece a necessidade de se apontar as diferenças e complementaridades entre “liderança e assessoria”! Em um dos seus primeiros relatórios (16/08/93) o tema ainda aparece bastante confuso, como podemos notar nesta transcrição:

*Foi discutido que no início estabelecemos esse espaço de reunião como sendo de formação, para assessoria, a qual consiste nos agentes externos e lideranças [grifo nosso] (...). A partir daí surgiram comentários e sugestões... É colocado que cada um de nós, somos parte do setor e podemos contribuir de alguma forma, cada encontro deve proporcionar maior conhecimento sobre organização comunitária; todos nós que participamos desse grupo, somos assessoria. [grifo nosso].*

Como a última frase deixa claro, no início de 1993 a distinção de “quem é quem” no setor de organização comunitária ainda não está clara: todos são assessoria! Todavia, já se parte da constatação de que há uma diferença entre “agentes x lideranças”! No entanto, em momento posterior, as distinções aparecem com maior nitidez: “*não temos.*

enquanto setor, a função de repassar “recados”, pois isso impossibilita o desenvolvimento de projetos específicos do Setor, confunde o próprio papel do CEDEP e impede a construção da autonomia da comunidade “. (Relatório de 21/04/1995). Ora, “repassar recados” passa a ser tarefa das próprias lideranças, devendo a entidade preocupar-se com questões mais amplas.

Mais do que uma nova compreensão, a distinção entre “agentes” e “lideranças” traz também um questionamento de velhas posturas. Nos depoimentos que ouvimos, os membros do setor lembram que as reuniões do setor sempre eram preparadas pelos membros do CEDEP. Mesmo nas reuniões das associações de moradores locais isto acontecia. Sinal, de que o “povo” não era tão “sujeito” de sua história!

Mas, entre avanços e retrocessos, é a partir desta distinção (lideranças x agentes externos) que a ONG procura elaborar uma compreensão mais clara de seu papel, enquanto ONG, em relação às comunidades-alvo. É o que veremos a seguir.

### *c) O papel do CEDEP*

Em relatório da reunião dos membros do CEDEP de 1995, aparece a seguinte preocupação: “*quem somos enquanto CEDEP, como nos sentimos nesse trabalho e qual nossa disponibilidade para o mesmo*”. A preocupação dos membros, portanto, é definir o “papel” do CEDEP em relação às comunidades: “*identificação dos sujeitos que constroem o setor: quem é setor? Quem é o CEDEP?*”

Neste mesmo relatório surge ainda uma segunda pergunta: “*somos ou não assessoria? Liderança comunitária é assessoria? Qual nossa concepção de assessoria?*”. O que está em jogo, portanto, é a própria definição de quem seja o CEDEP. Mesclada com as lideranças, a ONG se pergunta se deve considerar os membros das comunidades como “membros” da entidade. Do final da reunião, emerge o seguinte consenso: *o CEDEP não representa [grifo nosso] a comunidade. [De fato] organizações Não-*

*Governamentais, devem estabelecer relações diretas com a comunidade [sic], mas nem por isso devem substituí-la.*

Dois elementos chamam a atenção nesta sintética frase. Em primeiro lugar, a menção direta que se faz do termo “ONG”. O CEDEP procura fixar o seu papel em relação às comunidades levando em consideração sua identidade de “ONG”. É a partir deste postulado que a sua identidade deve ser definida. No outro pólo, por sua vez, estão as comunidades. Todavia, o CEDEP não representa, como quer este setor de assessoria, “*um órgão representativo*” das comunidades.

Na mesma reunião fixa-se como “*ponto de apoio buscar trabalhar a autonomia das comunidades*”. O tema da “autonomia” das comunidades em relação ao CEDEP já aparecia em outro documento datado de 1993: “[*é*] *preciso garantir a autonomia das comunidades em relação aos agentes externos e ao próprio CEDEP*”.

Embora a literatura dedicada aos movimentos sociais tenha ressaltando a forte ambigüidade do termo “autonomia” no ideário destes atores, é interessante ressaltar que a necessidade do CEDEP de estimular a autonomia das comunidades representa realmente uma inversão da compreensão que a entidade fazia de si mesma na primeira frase de sua história. Basta citar um documento deste período, para sentir a inversão da temática. Neles, é sempre o CEDEP que aparece como uma “criação” (um centro de referência) para o auto-constituído “movimento popular”: *todo o trabalho nas comunidades de periferia de Florianópolis que foi se organizando, contou com o apoio de uma assessoria [...]. Tornou-se imperativo a criação deste centro de referência, [grifo nosso] assessoria, documentação, produção de subsídios, sob pena de que o trabalho entrasse em refluxo”.*

Agora, ao contrário, parece ter chegado a hora da “separação”: o “movimento popular” (ou as comunidades) e o CEDEP não podem mais ser um conjunto indiferenciado. É preciso repensar o “papel” do CEDEP e pensar na “autonomia” das

comunidades. Mas o que parece uma contradição, na verdade, representa uma nova orientação política!

#### 4.1.4. ORGANIZANDO A PARTICIPAÇÃO

A história da relação do CEDEP com o poder público local (prefeitura), como vimos, é marcada por fortes tensões. O conflito foi particularmente agudo por ocasião das ocupações coordenadas pelo CEDEP no ano de 1989. Todavia, no ano de 1992, a prefeitura de Florianópolis passa a ser governada por uma coligação de esquerda, em tese, mais aberta aos setores “organizados” da sociedade.

Diante deste quadro, fomos levados a fazer a seguinte indagação. O fato de a prefeitura de Florianópolis ser governada por partidos de esquerda, possibilitou ao CEDEP construir uma nova relação com o poder público? Entendermos por “nova relação” um padrão de interação com o estado (poder público municipal) que prime por trocas cooperativas (redes) entre ambos.

De fato, a partir de 1992, os dados demonstram que o intercâmbio do CEDEP com setores da prefeitura começa a se tornar mais freqüente. Isto se dá especialmente em relação aos novos mecanismos de “participação” criados pela prefeitura em relação a entidades da sociedade civil.

Apesar dos mecanismos criados, o aprendizado do CEDEP em relação à sua interação com o estado parece lenta. Em relatório de 1994, membros do CEDEP citam a participação do CEDEP na elaboração da lei de assistência municipal, mas da qual perderam contato. Em relação ao plano diretor, fala-se em pouco tempo para discussão.



Porém, dois conjuntos de iniciativas parecem ter logrado um destino diferente. Em relação às experiências bem sucedidas, vale destacar a presença do CEDEP no Fundo Municipal de Moradia, e no Orçamento Participativo.

### **Fundo Municipal de Moradia**

De acordo com os materiais encontrados no CEDEP, o Fundo Municipal de Integração Social (Fundo de Moradia) teria sido aprovado por Lei no ano de 1989. Não obstante, é somente no ano de 1991 que são eleitos os primeiros representantes do Conselho que administraria o Fundo. Apesar da conquista, como afirma documento do CEDEP, *”a lei foi aprovada, mas a nossa luta continua, pois ela não podia ficar só no papel. Tinha que ser executada. E a lei também não estava como nos queríamos. O “Fundo” era representado por 03 representantes da Prefeitura e 02 representantes das comunidades”*.

Deste modo, inicia-se por parte do CEDEP uma mobilização para instituir a representação paritária no Conselho. Assim, através de “emendas” apresentadas à lei, a ONG garante a representação de 03 representantes das comunidades (em igual número com a Prefeitura), que são eleitos no dia 12/08/94.

A importância que conferimos ao analisar a luta do CEDEP pela representação paritária no “Fundo” se deve a dois fatores. Em primeiro lugar, porque é em torno desta luta que gravitam as atenções do CEDEP em relação ao poder público nos anos de 91-94. Como vimos, são os primeiros anos de re-ordenamento do CEDEP em setores. Em segundo lugar, porque depois do conflito com a Prefeitura, esta luta representa as primeiras iniciativas em torno de contatos com a prefeitura.

Como “primeiros passos” da ONG em relação ao poder público (depois do conflito dos sem-teto), a luta pela Fundo indica ainda duas tendências na entidade. Primeiro, que

o CEDEP vai superando o impacto do conflito com a prefeitura e volta a se dirigir ao poder público. Em segundo lugar, a insistência da luta pelo “Fundo” mostra que a atuação da sociedade civil em relação ao Estado é considerada não só necessária, mas plenamente legítima.

Apesar da importância conferida à atuação sobre o poder público, não podemos deixar de observar que a luta em torno da representação paritária no Fundo de Integração Social (ou Fundo de Moradia) ainda é conduzida em torno da estratégia do “conflito” e da “oposição”. O Estado (ou o poder público) ainda que legítimo, é visto pelo CEDEP como algo distante e oposto à “comunidades”. É o que se pode ler nas palavras do referido documento: *“a história do “Fundo” é antiga. E começa lá nas nossas comunidades, quando começamos a ocupar a terra. As nossas ocupações incomodaram muito “os grandes” desta cidade. E vocês sabem quem são essas pessoas? Esses são os nossos governantes [grifo nosso], e os empresários, donos da terra.*

A menção aos “governantes”, aliados dos empresários, deixa entrever uma visão do Estado como instrumento das classes dominantes e como algo externo ao interesse das populações-alvo (“Comitê executivo da burguesia?”). Não obstante, a luta das comunidades pode trazer avanços.

Apesar da timidez dos passos, a atuação do CEDEP em relação ao Estado está consolidada e passa a ganhar novo impulso com a experiência do Orçamento Participativo, iniciada em 1993. Será justamente esta iniciativa que possibilitará ao CEDEP um contato mais freqüente com a prefeitura. Vejamos como seu deu este processo.

## **Orçamento participativo (OP)**

A Frente Popular (coligação de partidos de esquerda) eleita para a prefeitura de Florianópolis no ano de 1992, anuncia sua intenção de iniciar na cidade o processo de O.P. no início do ano de 1993.

Para implementar o projeto, a cidade foi dividida inicialmente em 12 regiões. Cada região seria encarregada de realizar “plenárias” nos quais seriam eleitos os delegados para o “Fórum do Conselho Consultivo”. A eleição seria na proporcionalidade de 1 representante para cada 10 participantes de Assembleias Plenárias. No Fórum, por sua vez, seriam escolhidos os representantes do “Conselho Municipal do Orçamento Participativo”, na proporção de 02 delegados de cada região. É este Conselho, por sua vez, que elabora o documento definitivo do orçamento que será entregue pela Prefeitura à Câmara.

A centralidade do CEDEP no processo do orçamento participativo, deve-se, entre outros fatores, ao fato de um dos membros do setor de organização comunitária da entidade ter sido convidado para ser o coordenador do processo junto ao GAPLAN (Gabinete de Apoio e Planejamento). O GAPLAN era o órgão da prefeitura que controlava, efetivamente, o andamento do processo de OP.

Naturalmente, o CEDEP passa então a ter uma fonte privilegiada de informação e “conexão” com os planejadores do OP. Por outro ângulo, sua forte inserção nas comunidades locais também lhe confere uma posição decisiva no andamento do processo. Projetado em cada uma das pontas do processo, o CEDEP irá colocar toda sua rica experiência histórica a serviço da dinamização e aprofundamento da proposta “democrático-participativa” implícita no OP. Longe de se pautar por uma atuação “corporativa”, a ONG tenta mobilizar seus recursos para tentar garantir não só viabilidade da proposta, mas sua efetiva vinculação com as necessidades apresentadas pela população.

Neste sentido, a ONG assume plenamente a luta pela dinamização do OP, por julgá-la uma proposta válida por vários motivos. Entre eles, mencionam-se as seguintes justificativas (1994, p. 03):

*Nestes dois anos de realização do Orçamento Participativo, investimos na participação comunitária, pelos seguintes motivos: a) por se tratar de um instrumento educativo de construção da cidadania; b) por ser meio de democratização dos gastos públicos (eliminando o uso dos recursos financeiros por "currais eleitorais"); por possibilitar a aplicação dos recursos em áreas prioritárias, invertendo a lógica existente de estabelecimento das prioridades urbanas*

A seguir, destacaremos quais foram as principais iniciativas do CEDEP na dinamização do OP.

*a) Uma nova região*

Logo no início do OP, a divisão em 12 regiões elaboradas pela Prefeitura trouxe um problema. De acordo com aquela proposta, as comunidades carentes da Via Expressa (área chave de atuação do CEDEP) ficariam ao lado de áreas com bem melhor infraestrutura. Desta forma, as comunidades da Via Expressa teriam diminuídos os seus índices de carência. Estes índices eram definidos conforme a situação da infra-estrutura das comunidades e eram fundamentais para aprovação das propostas encaminhadas por cada região.

Com a intermediação do CEDEP, criou-se mais uma região (a 13a), que seria justamente integrada pelas áreas de baixa renda da Via-Expressa: Chico Mendes, Santa Terezinha I e II, Novo Horizonte, Nova Esperança, Monte Cristo, Morro do Flamengo, Sapé e proximidades.

Aparentemente “corporativa”, a iniciativa demonstra o quanto o CEDEP é conhecedor da realidade da população e de como este conhecimento pode reverter em benefício do próprio andamento do O.P.

#### *b) Preparando a população*

Desencadeada a iniciativa, os membros da entidade mobilizam-se então para preparar as comunidades para a participação no orçamento. O objetivo primordial passa a ser que as lideranças e membros das comunidades tenham conhecimento dos trâmites técnicos e administrativos que envolvem a experiência.

Através das reuniões das associações de moradores e das reuniões mensais no setor de organização comunitária, definições de orçamento, receitas, despesas, tributos, plenárias e os outros elementos do OP são apresentados, explicados e discutidos com as comunidades. No mesmo relatório do setor acima citado (1994, p. 04), os membros do setor se propunham as seguintes iniciativas quanto aos membros comunitários: *“esclarecimentos sobre o que é Orçamento Participativo, compreensão sobre a importância da participação popular (como e porquê participar); estímulo constante a participação efetiva dos representantes dos movimentos populares para a garantia das conquistas”*.

#### *c) Preparando as lideranças*

Além de procurar esclarecer as comunidades, outra preocupação essencial do CEDEP no processo foi acompanhar o papel dos delegados eleitos em cada região. Em relação aos delegados, toda preocupação do CEDEP estava voltada ao fato de que estes estivessem imbuídos do espírito democrático de representação, e não fizessem de seus cargos motivos para busca de privilégios ou futuros encaminhamentos políticos.

Deste modo, o relatório do CEDEP (1994, p.04) menciona entre as iniciativas o “acompanhamento das eleições de Conselheiros e Delegados para a participação na elaboração do Orçamento participativo e o acompanhamento do processo através das coordenadorias regionais de Delegados e do Conselho Municipal do Orçamento Participativo instituídos”.

A preocupação básica destas iniciativas, segundo declarações de seus membros, foi sintonizar os delegados com as aspirações das comunidades. O perigo de que pessoas ou setores utilizassem os delegados para fins particulares ou de grupos ou mesmo o estabelecimento de representações “oligárquicas”, foi também uma das preocupações dos membros do setor. O objetivo primordial era democratizar o processo de “baixo para cima”.

Outra preocupação dos membros do setor é tentar imprimir nas comunidades o espírito democrático que perpassa a experiência. Procurou-se enfatizar que a experiência do orçamento não poderia ser reduzida à sua face reivindicativa. Efetivamente, buscou-se acompanhar os delegados eleitos através de reuniões e encontros, nos quais sua função era debatida e analisada sob outro prisma, que não a manutenção do poder.

#### *d) Ampliação e publicização*

De acordo com os membros do setor, todavia, reinava entre as lideranças das comunidades um grande descrédito em relação à possibilidade de que obras escolhidas por eles, fossem realmente realizadas pela prefeitura. Mas, aos poucos, as obras apresentadas começam a animar os membros das áreas acompanhadas pelo CEDEP.

Apesar do aparente otimismo, o desenvolvimento do processo acabou sendo bastante tenso. O CEDEP tinha sempre a preocupação de imprimir ao OP a “a visão do movimento”. Mas, em que, a visão do “movimento” se opunha a proposta vigente?

Um dos principais problemas sentidos pelo CEDEP no OP foi a intervenção das secretarias municipais nas decisões do Conselho Municipal do Orçamento Participativo. Além disso, eram essas mesmas secretarias que definiam, segundo seus critérios, a pontuação válida para definir o grau de carência (e portanto, de prioridade) das regiões em que foi dividida a cidade.

O CEDEP começa então a endereçar críticas ao fato de que tal forma de proceder não respeita o processo decisório do OP, que seria de cunho participativo e democrático, e representaria uma forma de manipulação, no melhor sentido clientelista. Enraizado não nas malhas burocráticas, mas no chão das comunidades, é a partir desta ótica que a ONG aponta os limites centralistas que a prefeitura mantinha sobre o processo. Sua preocupação passa a ser assim, ampliar a noção de participação e democracia pretendida pela prefeitura, dentro do que a ONG entende ser “*a ótica do movimento*”.

A mesma atitude é tomada quando as decisões do orçamento são previstas, mas não são realizadas: o CEDEP mobiliza as comunidades e procura fazer pressão sobre a prefeitura. Dois casos aparecem nos relatos dos membros. Um em relação à comunidade do Mont Serrat e outro em relação às comunidades da Via Expressa. De novo é a mesma lógica que permanece. Quando a prefeitura (na lógica administrativa) passa por sobre as decisões comunitárias, a lógica do “movimento popular” procura sempre ampliar o processo.

----- XX -----XX -----

Apresentadas as inovações percebidas no CEDEP em relação às suas práticas políticas, julgamos poder afirmar que as mudanças constatadas nos permitem falar verdadeiramente em uma renovação das práticas de ação da ONG. Analisando o histórico apresentado no capítulo anterior, e os dados relatados na primeira parte deste capítulo, pode-se evidenciar um processo continuado de mudanças por parte da entidade, que assim se sucede.

A mudança de estatutos da entidade (feita no ano de 1992), representa a consolidação de dois processos no CEDEP. Em primeiro lugar, ela representa a ruptura definitiva de seus confusos laços jurídicos com a igreja, rumo à sua autonomia institucional (feita através dos setores de trabalho). Em segundo lugar, ela representa a construção de uma nova “identidade” para o CEDEP, fundada em sua auto-compreensão enquanto “Organização Não-Governamental”.

Não obstante estas mudanças, naquele momento o CEDEP ainda demonstra uma forte dependência da matriz basista da teologia da libertação, que é quem orienta sua compreensão política e, principalmente, suas formas de ação. Porém, a partir de 1992, o CEDEP começa um demorado processo de revisão de suas práticas, no qual pode se perceber a construção de novos entendimentos acerca de seu papel e de sua forma de ação e inserção no espaço político da cidade de Florianópolis. É o que demonstramos ainda no capítulo terceiro, na análise do livro de atas da ONG.

O que a primeira parte deste capítulo buscou demonstrar, é que este processo de revisão teórica das formas de ação coletiva no CEDEP não permanece apenas ao nível das “intenções”. Ele conduz realmente a formas inovadas de conduta e ação por parte da ONG.

Mas, há ainda um segundo elemento que deve ser considerado. O processo de revisão das práticas políticas do CEDEP não deve ser considerado apenas como uma decorrência uni-causal de suas concepções teóricas. Na verdade, a renovação destas



concepções representa também a reflexão feita a partir de novas iniciativas. Trata-se, portanto, de processos dialéticos, ou de fatores que se interpenetram. Se novas concepções passam a ser forjadas no CEDEP, é porque elas representam também novas posturas da entidade.

Neste processo, dois novos elementos se agregam às mudanças já havidas na ONG. Em primeiro lugar, há uma “secularização” de sua matriz política, que passa a incorporar valores alheios ao fundamento religioso e as concepções eminentemente basistas do período anterior. Estes valores, por sua vez, acabam se combinando com os legados da mística da matriz anterior. De acordo com nossa hipótese, o CEDEP passa a orientar-se por uma matriz articulista de ação política. Nesta concepção, é a construção de redes e o fortalecimento da sociedade civil que se tornam os valores fundantes da ação política.

Concomitantemente, o CEDEP passa a construir novas orientações na sua forma de atuação política. O estímulo a formação de movimentos de reivindicação dá lugar à construção de um movimento global em prol da paz, à formação de parcerias entre atores da sociedade civil, o estímulo a uma maior independência em relação aos seus públicos-alvo e, finalmente, o estímulo a um diálogo e a um movimento de renovação da esfera público-estatal.

Mas, nem tudo são mudanças no CEDEP! Há também elementos de continuidade, resistências e fatores que inibem ou dificultam o processo de mudanças. É o que analisamos a seguir.

## **4.2. OS LIMITES DA RENOVAÇÃO**

No processo de renovação de seu agir político, o CEDEP também se deparou com alguns limites que dificultaram seu esforço de mudança. Nesta segunda parte de nosso capítulo, desejamos apontar quais foram estas dificuldades. Trata-se aqui, portanto, de buscar um “olhar crítico” em relação à nova estratégia desenhada pelo CEDEP, procurando demonstrar em que medida o seu agir coletivo revela resistências e contradições com os objetivos programados pela entidade. Trata-se ainda de captar aqueles fatores ou elementos que acabaram por dificultar ou inibir a renovação das práticas políticas do CEDEP, acentuando ou preservando o padrão basista de agir político.

Para realizar esta tarefa, apontaremos três dimensões nos quais a renovação política do CEDEP esbarrou em limites e contradições, que contribuíram de alguma forma para a persistência dos padrões basistas de atuação política. Chamaremos estas dimensões de “estrutural”, “redes submersas” e “dimensão política”. Cada uma das dimensões, por sua vez, é assumida como um dos fatores a explicar as mesmas contradições apontadas. É o que indicamos, a seguir.

### **4.2.1. DIMENSÃO ESTRUTURAL**

Ao falarmos em dimensão estrutural, estamos chamando a atenção para auto-organização do CEDEP enquanto ONG. Como vimos, o CEDEP vai desenhando sua estrutura conforme as necessidades e orientações políticas de sua história. Ao pretender uma renovação de suas formas de ação, estas características vão acabar exercendo um peso chave a conformar os rumos deste processo. No presente caso, pretendemos indicar que duas das características institucionais do CEDEP acabaram funcionando como difíceis desafios a permitir uma renovação política da entidade.

### a) Estrutura organizacional

Além de necessária para viabilizar a atuação política de seus membros, a “estrutura” do CEDEP era ainda um requisito jurídico para sua existência enquanto ONG. Esta dimensão, por sua vez, aparece bastante ressaltada na história da experiência do CEDEP com a realidade dos financiamentos. De fato, a experiência dos **financiamentos** é fundamental para entender a vida do CEDEP entre os anos de 1992 a 1996. Neste período, como já demonstramos, os projetos “CIDIS” e “Kellog” foram fundamentais para viabilizar as atividades desta ONG.

Na vigência destes projetos, os membros da entidade tiveram que se defrontar (como procuramos destacar acima) com a difícil realidade dos “relatórios” e da “prestação de contas”. Contabilidade, obrigações trabalhistas, repasse de verbas, pagamentos e outras realidades começam a fazer parte do cotidiano do CEDEP. Quem poderia cuidar destas questões? Eis o grande dilema.

Construído com base na participação voluntária, apenas alguns dos membros da entidade é que puderam dedicar-se às atividades administrativas e rotineiras. De modo geral, os recursos da entidade estavam previstos apenas para aqueles que realizavam atividades diretamente ligadas aos projetos (como os educadores da oficina do saber, por exemplo).

A convivência do CEDEP com esta realidade era incômoda. No decorrer do andamento dos projetos, vários momentos de tensão podem ser percebidos entre a lógica técnica de resultados do CIDIS, a título de exemplo, e a lógica “libertária” dos membros da oficina do saber. Como conciliar estas duas lógicas?

Terminado o período de financiamento, a necessidade de controle burocrático diminui e os que dependiam das “verbas” do CEDEP terão que procurar outros empregos. O número de membros da entidade diminui e a tensão entre as duas lógicas acaba

esquecida. Mas, no dizer dos seus membros, ficaram os que realmente estão comprometidos com os objetivos da entidade. Os que fizeram dela um “emprego” é que a deixaram. Em outros termos, é a lógica do voluntariado que acaba prevalecendo.

Por trás desta narrativa e destas interpretações, encontra-se um desafio que perpassa quase todas as ONGs atuais: o difícil problema da relação das ONGs com a lógica administrativa. Como garantir que uma ONG viabilize suas atividades com uma estrutura que não absorva seus membros em tarefas administrativas? Ou por outro ângulo: como garantir a viabilidade das atividades se não há uma estrutura que lhes dê apoio, sustentação financeira e técnica ?

No CEDEP, a dificuldade em conviver com as rotinas burocráticas se deve não apenas a fatores conjunturais (poucos membros e término dos financiamentos). Há sempre uma insistência em preservar o espírito original em torno do perigo de “fazer do CEDEP um trabalho”. O importante é sempre manter viva a motivação!

Mas não é apenas em relação ao acompanhamento dos financiamentos que a questão da organização do CEDEP se põe como problema. No afã de preservar o “carisma” original, a ONG acaba não percebendo os limites de sua estrutura burocrática. O fato é, que dividida em quatro setores de trabalho, há uma dispersão de energias por parte do CEDEP. Ainda que o chamado “conselho deliberativo” procure dar organicidade às ações dos setores, as atividades estão isoladas em si mesmas. Este é um dos principais fatores pelo qual o CEDEP tem dificuldade de buscar, realmente, um novo posicionamento ou uma nova inserção no espaço público local. A ONG funciona, na verdade, como um leque que abriga atividades diversificadas e de difícil aglutinação. Suas energias se perdem entre este quatro canais.

Com uma estrutura herdada do período de 1987-1992, que procurou agrupar diversas iniciativas, os recursos da ONG não estão orientados prioritariamente para uma

atuação mais ampla no espaço público. É sempre na direção das “comunidades” que os setores apontam.

Ambos os fatores, no entanto, parecem apontar para o mesmo fundo comum. A necessidade das ONGs em buscarem uma “organização burocrática” que viabilize seus trabalhos, aproveitando do melhor modo possível os recursos. Tudo isso é claro, sem perder o objetivo primordial que as informa.

Trata-se de um processo ainda em construção. Mas em relação ao CEDEP, parece prevalecer uma resistência em integrar a lógica administrativa ao cotidiano de suas atividades. Ao não fazê-lo, a ONG perde a oportunidade de uma ação mais integrada e coordenada no espaço público. Embora o medo da profissionalização, (com a respectiva “rotinização do carisma” ), não represente necessariamente a persistência de um padrão basista de ação política, ele aponta para um limite na renovação do agir político da ONG. Trata-se de um desafio que ainda persiste no CEDEP e cujo desenlace, que também é um desafio de outras ONGs, ainda é incerto.

#### **b) O “território” do CEDEP?**

A presença do CEDEP em quase trinta localidades da Grande Florianópolis é um mérito desta ONG que fizemos questão de assinalar. Ela demonstra, assim afirmamos, a importância do CEDEP na realidade de Florianópolis. Vimos também que existe uma preocupação da ONG em redimensionar suas orientações de formação em relação ao público-alvo.

Utilizando-nos da terminologia de Doimo (op. cit., p.152 e 164), as redes de comunidades construídas pelo CEDEP podem ser consideradas como “redes movimentalistas locais”, que *“congregam pessoas predispostas à participação continuada em movimentos reivindicativos, como parte de um campo informado por valores comuns”*. Neste sentido, o CEDEP se distingue das ONGs de tipo “temático”,

que segundo as palavras de Doimo são “*definidas em torno da produção do saber técnico-competente, de recursos comunicacionais, da memória ativa e da solidariedade à distância*”.

De fato, a análise da história do CEDEP deixou bastante claro que os tipos de trabalhos que foram surgindo dentro da entidade (teologia, educação, produção e abastecimento e organização comunitária) não surgem de uma “especialização temática” de seus membros ou da entidade como um todo. É sempre em nome da percepção das “necessidades” das comunidades que estas iniciativas foram surgindo.

Tal processo determinou que o CEDEP fosse construindo um leque de atividades que tinha sempre nas populações-alvo seu destinatário principal. O desenrolar do processo, por sua vez, acaba por desenhar um relacionamento de “exclusividade” do CEDEP em torno das suas áreas de atuação. A atuação da ONG, em outros termos, é sempre uma atuação territorial, definida desde o início pela mística da “opção pelos pobres” e voltada para as “comunidades de periferia”.

Deste modo, pode-se identificar certo “domínio” que o CEDEP exerce em relação ao seu público-alvo, localizado nas comunidades em que atua. A própria estrutura do CEDEP aponta neste sentido. Todos os quatro setores estão voltados para as chamadas “comunidades”. É sempre no fluxo das chamadas comunidades que se dirigem os esforços.

Um indicador bastante forte desta tendência pode ser constatado na linguagem utilizada em uma das principais atividades da ONG: o setor de produção e abastecimento. Na linguagem de seus membros, fala-se sempre em “comunidades articuladas pelo CEDEP”. Um forte indicador de que parece haver no CEDEP a necessidade de reclamar sempre a paternidade em relação a estas localidades. Outro exemplo, é que por ocasião das discussões realizadas com membros da prefeitura (conforme relatamos nas atas de reuniões), a entidade reclama da presença de cabos eleitorais nos morros e da presença de

certos políticos da Frente Popular (especialmente do PDT) nestas localidades. Tratar-se-ia de intervenções manipuladoras? Polêmicas, à parte, a intenção de “proteger” as (suas) comunidades de intervenções daninhas parece estar bem explícita.

Mas não são apenas as comunidades do CEDEP que constituem “domínio exclusivo” da ONG. Por outro lado, as próprias comunidades têm no CEDEP a sua referência exclusiva. Não é estranho que o CEDEP seja muitas vezes percebido como uma espécie de “central dos movimentos populares”. Apesar dos esforços da ONG, o fato é que não logrou êxito nas comunidades atingidas pela ação do CEDEP, a construção de uma instância organizativa das próprias comunidades. Algo assim como uma espécie de “central das comunidades” ou ainda uma “união” das próprias associações de moradores. Daí que a identificação do CEDEP em relação a este papel parece bastante fácil.

O que importa constatar é que este fluxo quase exclusivo do CEDEP para “suas” comunidades mobiliza as energias e recursos da ONG. É por isso, entre outros fatores, que atuação da entidade em termos de formação de redes e fortalecimento da sociedade civil, se vê, muitas vezes, dificultada. Nesta relação, em vez de mediar as relações das comunidades “ad extra”, procurando articulá-la com outros atores e temáticas, é “ad intra” que estas atividades se dirigem.

Mais do que o formato organizacional da ONG, neste caso, é o tipo de relação que se estabeleceu entre os trabalhos da ONG e seus destinatários é que parece ser o problema, tendo em vista o perfil que agora ela se propõe. Ainda que seja um mérito, o fato é que o tipo de “articulação” do CEDEP com as comunidades dificulta sua abertura para problemáticas e temas mais amplos. Por outro lado, uma tendência inconsciente de preservar estes domínios acaba fazendo com que a “penetração” de outros atores nas referidas áreas também seja problemática. Este fator, por sua vez, também inibe e dificulta a articulação com outros atores da sociedade civil. Como tal, também representa um obstáculo para um agir político articulatório por parte da ONG.

### 4.2.1. REDES SUBMERSAS

No projeto de ampliar suas **articulações** com outros atores da sociedade civil, o CEDEP se propõe tornar explícitas e públicas um conjunto de relações, com base na cooperação e no intercâmbio. Trata-se, como vimos, de um tema recorrente e central na ONG.

Embora a intenção tenha desencadeado bons resultados, o CEDEP mantém relações com atores que muitas vezes não aparecem no seu discurso, sendo inclusive discretamente escamoteados. Trata-se especialmente da igreja católica e dos partidos de esquerda (particularmente o PT). Apesar de “submersas”, as conexões que ligam o CEDEP a estas entidades são fundamentais para viabilizar a existência do CEDEP enquanto ONG.

Ainda que não tornadas explícitas enquanto “parcerias”, ambas as instituições constituem “redes” com os quais o CEDEP mantém estreitos vínculos. Porém, qual o significado destas relações para o CEDEP? Em que medida estas relações representam uma continuidade ou uma mudança nos padrões de ação coletiva da ONG? De que modo elas determinam a inserção do CEDEP no espaço público? São algumas das questões que nos propomos a desenvolver nas linhas que seguem.

#### a) A igreja católica

Demonstrar as intensas relações do CEDEP com a igreja católica está longe de ser tarefa difícil. Além de sua origem histórica (ligada à igreja popular), retomando os diversos fios que entrecortam os passos dos membros do CEDEP, quase todos parecem passar por este ponto comum: a igreja católica.

Porém, de que modo estas conexões empíricas são construídas. Quais os “elos” que ainda ligam o CEDEP à igreja popular? Afinal, que tipo de relações o CEDEP ainda



mantém com a igreja católica? Em primeiro lugar, há um bom número de agentes eclesiais que atuam diretamente nas atividades da ONG: padres, religiosas, seminaristas e ex-seminaristas continuam a figurar entre seus atuais membros. Outro ator chave, além dos religiosos, para entender esta relação, é a estreita vinculação do CEDEP com a ASA (Ação Social Arquidiocesana).

Ligada a arquidiocese de Florianópolis, a ASA é a responsável local pelas políticas sociais (ou deveríamos dizer “caritativas”?) do arcebispado da cidade. As entidades não só estão unidas desde o início da história do CEDEP (esta relação já aparece na época das ocupações), como ainda mantêm membros que atuam em ambas as entidades (redes personalizadas).

Estariam estas relações indicando que o CEDEP seria apenas um apêndice do trabalho “pastoral” da igreja católica? Ou seria uma relação de sinal trocado: é o CEDEP que usa instrumentalmente o discurso religioso (teologia da libertação) para atingir seus objetivos? São interpretações limitofes. Na verdade, a questão nos parece bem mais complexa. Para elucidá-la, vamos considerar dois elementos. O ideário religioso (mística) da entidade e os vínculos com a estrutura material da igreja católica.

Porém, ainda que possamos encontrar uma forte presença do **ideário** da teologia da libertação no CEDEP, o papel direcionador deste discurso para a ação política da entidade parece ter se esgotado. Ao contrário, demonstramos que o que predomina na ONG é justamente a tentativa de buscar novos rumos e ideários de ação. Um bom indicador a confirmar este dado, é o número de membros da entidade que tem procurado cursos de pós-graduação para continuar seus estudos. Mais do que objetivos acadêmicos, estes membros têm em vista o fato de que se faz necessário repensar os rumos da ação. E as universidades têm lhes proporcionado um lugar em que este questionamento é possível. Não é, portanto, enquanto “matriz política” (no sentido de viabilizar estratégias políticas operativas) que o discurso religioso no CEDEP deva ser interpretado. Mas, quais seriam

as contradições que teriam esgotado o potencial direcional do discurso da teologia da libertação? De acordo com Silva (1996, p.19), esta tendência:

*... torna-se infrutífera pela razão de absorver o campo sócio-político ao âmbito moral. Nesta redução, o que se verifica é a tendência à política moralizante. Os atos políticos, as estruturas sociais, grosso modo, são avaliadas e questionadas com um critério moral, no caso (...) o de amar e servir o pobre. A transformação da ordem sócio-política, em última análise, supõe ingenuamente a “conversão” de todos os indivíduos à prescrição moral que se apresenta como “tabua de salvação para a resolução dos problemas sociais.*

Todavia, nem por isso este discurso deixou de ser presença viva na ONG. Basta constatar a existência do chamado setor de teologia popular. Mas qual seria a sua função? De modo geral, a religiosidade continua a ser um fator de contato entre o CEDEP e as populações locais de Florianópolis. A presença de uma entidade, genericamente ligada a sacerdotes constitui uma fonte de legitimidade para o CEDEP. Muitas vezes, mais do que a ONG, é a presença de fortes “lideranças carismáticas” ligadas à igreja popular que possibilita os trabalhos do CEDEP na periferia.

Além destas influências, ainda existe um segundo o momento em que o “discurso religioso” torna-se fundamental para entender certas características presentes na ONG. Trata-se do trabalho em relação às Comunidades Eclesiais de Base (ou CEBs). Em alguns pronunciamentos de membros do CEDEP, ou mesmo nos seus documentos, os “morros”, “as comunidades” e as “CEBs” aparecem quase como sinônimos. Há momentos, portanto, em que as tarefas do CEDEP (eminentemente político-cidadãs) e os trabalhos das CEBs (de cunho religioso) se “confundem” enormemente. Embora o estímulo a esta “nova forma de ser igreja” (para usar de seu jargão próprio) não seja uma das tarefas “institucionais” explícitas do CEDEP; ele aparece na participação ativa de parte de seus membros nos encontros estaduais e nacionais ou mesmo na presença destes junto às “comunidades de periferia” (aliás, termo muito próximo de CEBs).

Mas não é apenas em relação ao seu “discurso” que a igreja continua exercendo uma grande influência no CEDEP. Esta influência perpassa ainda pela sua **estrutura material**. Além de fornecer recursos humanos (padres, seminaristas e religiosas), a igreja católica permite a estes membros a estrutura de retaguarda necessária para continuar desenvolvendo suas atividades. É pelo fato de estarem na estrutura da igreja que os padres, religiosas e seminaristas podem desenvolver seus trabalhos na ONG com maior desenvoltura que os leigos que tiram seu sustento do mercado de trabalho. O mesmo acontece com aqueles membros que trabalham nas pastorais sociais (como a ASA, por exemplo). É movendo-se na institucionalidade da igreja católica que os mesmos conseguem tempo e recursos para os trabalhos.

Para concluir, não nos parece que a igreja exerça algum suposto papel “direcionador” em relação ao CEDEP, tendo em vista que este é entidade jurídica autônoma. Além disso, o CEDEP vem “reconstruindo” ao longo de sua trajetória seu modo de entender e desenvolver suas atividades na realidade local de Florianópolis. Não obstante, as redes que ligam o CEDEP à igreja católica ainda passam pelo discurso religioso e pela discreta estrutura material fornecida pela igreja católica. Aliás, cabe lembrar que o “sucesso” do trabalho do CEDEP como ONG está ligado, entre outros fatores, justamente a este fato. Na medida em que busca conciliar seu aspecto político com uma forte dimensão simbólica, o CEDEP possui uma linha de penetração na realidade das comunidades de baixa renda de Florianópolis, que o habilita a exercer entre elas um trabalho de conscientização e construção da cidadania.

#### **b) O CEDEP na esquerda?**

A íntima relação entre movimentos sociais (e ONGs) e os partidos políticos no Brasil, ainda é tema polêmico, que dá margem a várias interpretações<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Em suas versões extremas, enquanto alguns postulam que os movimentos sociais poderiam “substituir” os partidos políticos, outras tendências enfatizam que a normalização da vida partidária, tende a “esvaziar” os movimentos sociais, relegando-os a um plano secundário.

A vinculação do CEDEP ao campo político ideológico da esquerda fica bastante clara, quando analisamos o projeto político da entidade. Assim, como seu objetivo geral, esta entidade se propõe explicitamente “*a construção do socialismo*” como sua utopia maior. Portanto, a dimensão teórico-ideológica do CEDEP é assumidamente de esquerda.

Do ponto de vista empírico, o principal elo de ligação entre o CEDEP e os partidos de esquerda (principalmente o PT) é representado pelos membros da entidade que atuam nos partidos. Há inclusive determinado membro da entidade que já se encontra no terceiro mandato legislativo como vereador. Com a vitória da Frente Popular na prefeitura de Florianópolis, este elo adquiriu ainda maior importância.

Ambos os fatores (teórico e empírico), portanto, demonstram que embora o estatuto da entidade defina a ONG enquanto organização a-partidária, os vínculos partidários do CEDEP são bastante fortes. Ainda que a participação dos membros na vida partidária seja individual, a entidade apresenta-se fortemente imbricada com a vida político-partidária local.

Mas, ao contrário do que se poderia pensar, as relações do CEDEP com a frente popular podem ser caracterizadas como “tensas”. A direção do CEDEP permanece crítica em muitas áreas de atuação da prefeitura e sente-se incompreendida quando é mencionada como uma suposta “central dos movimentos populares”.

As complexas relações teóricas e empíricas entre movimentos sociais e partidos políticos, como já destacamos, ainda permanecem (em termos de estudos teóricos) em estágio que não nos permite avaliações definitivas quanto ao problema. Porém, levando em consideração a abordagem teórica e os problemas tratados nesta pesquisa (a mudança nos padrões de ação política do CEDEP), duas questões merecem ser apontadas.

Em primeiro lugar, que a relação do CEDEP com partidos políticos (seja da direita ou da esquerda) não constitui maior risco, se esta vinculação não estiver perpassada da

submissão da ONG à luta pelo poder administrativo. Neste caso, a ONG deixaria de se caracterizar como ator da sociedade civil, sendo subsumida pela lógica da disputa pelo poder, própria da esfera sistêmica do Estado.

Em segundo plano, é preciso dizer, que se a relação do CEDEP com a esquerda ficou aqui destacada, não é porque haja algum tipo de atitude “eleitoreira” ou algo parecido por parte da entidade. Na verdade, é porque esta relação demonstra que a ação política da ONG tende a se pautar mais por orientações político-partidárias, do que por formulações (ou valores) próprias à sociedade civil. Ao adotar bandeiras políticas próprias à esfera das lutas político-partidárias, não estaria esta ONG demonstrando um vazio de perspectivas políticas, que poderiam ser forjadas no âmbito da própria sociedade civil?

Com o esvaziamento da matriz discursiva da teologia da libertação (na sua versão de diretriz prático-política), a possibilidade das ONGs de ancorar-se em discursos de origem político-partidária para suprir a falta de referenciais ideológicos, constitui um risco que pode inibir a inserção destas entidades na rede da sociedade civil. Afinal, o âmbito próprio dos partidos políticos é a “disputa” pelos aparelhos administrativos. É um risco para o qual o CEDEP também deve estar atento.

#### **4.2.3. DIMENSÃO POLÍTICA**

Finalmente, como um terceiro fator a indicar limites na renovação das práticas coletivas do CEDEP, temos a “dimensão política”. Ao optarmos por este tema, estamos chamando a atenção para o fato de que algumas “opções políticas” da entidade forjadas no período anterior constituem ainda uma marca muito forte. Como tais, aparecem como dimensões pouco trabalhadas por seus membros, em seu processo de renovação. Dentre as características fortes do CEDEP e que ainda persistem na entidade, duas nos chamaram a atenção. A relação com o Estado e sua inserção em relação ao público-alvo. Vejamos.

### a) A distância do Estado

Apesar do conflito com a prefeitura, que marcou a história do CEDEP, o período da administração popular em Florianópolis deixa claro que a posição desta ONG em relação ao Estado está longe de uma mera recusa indiscriminada, como aponta Doimo (op. cit) em relação aos movimentos sociais do período de 75 a 90. Além disso, já demonstramos que o CEDEP passa a interagir mais intensamente com a esfera do poder público por ocasião do orçamento participativo.

Mas, se a realidade da existência do Estado, dentro dos moldes democráticos, é considerada legítima pelo CEDEP, os vínculos, parcerias ou redes da ONG com a prefeitura são quase inexistentes. Entre o CEDEP e a prefeitura, em verdade, permanece **uma relação de distância**. O poder público não é, definitivamente, um dos “parceiros” do CEDEP. Não existe ajuda financeira ou qualquer tipo de recurso que passe da prefeitura para o CEDEP.

Para isto colaborou não só a tensa relação do CEDEP com a prefeitura no tempo da administração popular, mas o fato de que esta administração é sucedida por um governo de “direita”, cujas raízes remontam ao período Amim. A atual prefeita é esposa de Espiridião Amim.

Esta distância, hoje acentuada por questões partidárias, deixa o CEDEP aberto à crítica de desenvolver políticas sociais a margem do Estado, como é o caso de seus projetos educativos. Esta postura de distância (embora não seja de conflito) não legitima a desresponsabilização das tarefas do Estado, que na onda do discurso neoliberal seriam agora responsabilidade da sociedade? Em nome desta distância, o CEDEP não poderia estar contribuindo para a acusação, hoje tão renovada em relação as ONGs, de estar substituindo o Estado?

## **b) Persistência do basismo?**

Ainda que o CEDEP tenha envidado fortes esforços no sentido de mobilizar as “suas” comunidades para o acompanhamento do orçamento participativo; no final de 1996, o setor de organização comunitária se dissolve e acaba. Trata-se de um fato relevante. Como explicar esta contradição? Quais as razões da desintegração deste setor? O que houve com o trabalho de articulação das comunidades?

Apesar do fim do projeto com a Fundação Kellogg ter representado um fator de peso na desagregação do setor (já que alguns membros tiveram que deixar a entidade), argumentamos que este setor se dissolve também devido a suas próprias contradições internas. E nestas contradições, o basismo (tal como o definimos) desempenha um papel de destaque.

Analisando as informações que obtivemos acerca do trabalho deste setor ao longo de quatro anos, percebe-se que a intenção de participar da “elaboração de políticas públicas” é uma das suas intenções fundamentais. Mas, curiosamente, a instância onde o setor procura encaminhar esta discussão são justamente as próprias comunidades.

Apesar das inúmeras polêmicas e incertezas que ainda cercam esta questão no Brasil, (tanto teórica como politicamente) , esta intenção do setor parece abrigar a seguinte contradição: os membros do setor parecem sugerir que políticas públicas pudessem ser forjadas das comunidades e repassadas ao poder público para sua execução. Não estaria aí uma confusão de atribuições entre estado e sociedade civil? Seria a sociedade civil a responsável pela elaboração das políticas públicas? Não estaria ela, neste caso, adentrando as esferas do poder administrativo e extrapolando sua própria competência?

Mobilizar as comunidades para discutirem internamente seus problemas para serem levados e discutidos no âmbito do Estado é um processo contínuo da vida democrática. É na discussão com o Estado que políticas globais devem ser forjadas. Mas querer trazê-las prontas e elaboradas das próprias comunidades (como parece sugerir o relatório do CEDEP) seria hiperdimensionar a capacidade das “comunidades”. Em nosso estudo, ela revela o quanto a tendência de supervalorização das “bases” era forte neste setor do CEDEP.

Porém, ao lado desta postura, vimos que alguns relatórios insistiam na necessidade de “autonomia” das comunidades em relação ao CEDEP. A necessidade de autonomia era sentida especialmente por conta do fato de que as reuniões de lideranças eram conduzidas por membros da ONG, em vez das próprias lideranças. Um sinal por demais inequívoco do quanto os membros do CEDEP estavam demais envolvidos com trabalhos “nas” comunidades, atrofiando a emergência de lideranças.

Mais do que um pequeno desacerto, a polêmica em torno do fato trouxe à tona duas diferentes concepções de trabalho. A primeira insistia no acompanhamento específico das atividades de base. A outra, procurava despertar para diferentes formas de trabalho e sugeria que era hora de repensar as iniciativas em torno de problemas mais amplos, que saíssem do âmbito das “comunidades” e envolvessem os rumos da cidade

No andar da carruagem, todavia, alguns dos membros do setor de organização comunitária deixam a entidade. Parte deste grupo vai se reagrupar justamente em uma das comunidades onde a ONG também atua: a comunidade Chico Mendes, onde havia sido construída uma casa de formação.

Portanto, são membros que vão preferir continuar a tradição basista, desenvolvendo trabalhos organizativos no próprio âmbito das comunidades. A forte tradição basista acabou se tornando no CEDEP um momento de ruptura.



Na falta do acompanhamento sistemático das comunidades a partir de um setor específico, o trabalho organizativo do CEDEP em relação às áreas de periferia de Florianópolis permanece uma incógnita. De modo geral, a influência da ONG nestas áreas continua, não só por conta dos outros setores de trabalho, mas também devido à aceitação que seus membros (especialmente os religiosos) encontram entre seus moradores.

Todavia, por conta da ruptura, abre-se na ONG a possibilidade de redirecionar as matrizes e posturas que orientam sua conduta em relação à esfera da organização política das camadas de baixa renda. Sem perder seus vínculos com as comunidades, o desafio do CEDEP será justamente redefinir sua *“inserção acrítica em um mal definido setor popular”* (Avritzer, 1997, p. 152), característica central do “basismo político”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo anterior foi dedicado especialmente à “apresentação” dos resultados de nossa pesquisa empírica. Ali, procuramos destacar as novas condutas coletivas do CEDEP, bem como apontar algumas dificuldades que a entidade encontrou na tentativa de viabilizar suas estratégias políticas.

Não obstante, nossa tarefa não pode se dar por terminada. Não basta que efetueemos apenas a comprovação ou refutação de nossas hipóteses de pesquisa. Pelo contrário, a tarefa da ciência social consiste justamente em explicar e interpretar os processos sociais.

Com base nesta perspectiva, duas serão as preocupações fundamentais desta última parte de nosso trabalho. Primeiramente, procuramos discutir as implicações teóricas dos resultados de nossa pesquisa empírica. Busca-se aqui “interpretar” as conclusões do capítulo precedente, à luz dos pressupostos teóricos que formulamos no início deste trabalho.

Finalmente, na segunda parte de nossas “considerações”, queremos ainda destacar algumas reflexões e “lições” ligadas a esta pesquisa. É o que desenvolveremos a seguir.

### 1. UM BALANÇO FINAL?

No término do capítulo precedente, uma pergunta parece ter ficado em aberto. Afinal, onde estaria o CEDEP? Trata-se de uma entidade “basista” ou de uma ONG orientada para a construção e fortalecimento da “rede de movimentos”? Não estaria faltando a “conclusão final”? Onde está o balanço definitivo desta história?

Ora, desde o início de nossa pesquisa procuramos deixar bem claro que a avaliação das práticas políticas do CEDEP seria feita com base em dois modelos teóricos: o tipo ideal de prática política basista e de prática política de redes. Como a conceituação de Weber deixa clara, “tipos ideais” são obtidos sempre “*mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista*”. Trata-se, portanto, de tipos “puros”, que não se encontram desta forma na realidade. Seu objetivo, ainda segundo Weber, é formar “*um quadro homogêneo de pensamento*” que sirva como guia para a pesquisa.

Além disso, no objetivo geral que propusemos na introdução de nossa dissertação, já tínhamos claro a importância de analisar as mudanças ocorridas no CEDEP enquanto um **processo**. Assim, para retomarmos os mesmos termos ali formulados, nossa intenção foi verificar a “dinâmica” pela qual se dá no CEDEP a transição de uma prática política basista e a construção de uma prática política de redes, evidenciando os limites, bem como as novas dinâmicas construídas neste processo.

Portanto, não caberia aos propósitos de nossa investigação um “julgamento” definitivo da entidade. Não se trata de classificar a ONG em um ou outro modelo. O que importa, é perceber o esforço da entidade em readequar-se aos desafios que a realidade lhe apresenta e os rumos desta mudança. Neste esforço, o CEDEP enfrentou a difícil tarefa da sobrevivência como instituição e a permanente tensão de mobilizar boa parte de suas energias para sua própria renovação.

No final, para voltar à fala de seus próprios membros, temos uma entidade “híbrida”, buscando conciliar o peso de sua tradição histórica, as necessidades do presente, e os desafios de construir o futuro.

Para interpretar esta aparente contradição fomos buscar novamente no conceito de redes, uma explicação analítica para o problema. Assim, de acordo com Scherer-Warren (1997), o conceito de redes não se restringe apenas à dimensão da sociabilidade ou da

espacialidade ( que foram as dimensões privilegiadas nesta pesquisa) . É preciso considerar ainda a dimensão da “temporalidade histórica”.

Embora a autora esteja considerando especialmente a capacidade dos movimentos sociais em construir a articulação entre diferentes tradições culturais; pensamos que esta mesma dimensão pode ser percebida no interior de um mesmo ator coletivo, como é o caso das ONGs, ou mesmo do CEDEP.

Portanto, mais do que um modelo dicotômico, a especificidade do CEDEP está em buscar resgatar parte dos valores e das práticas de sua origem histórica, combinando-a com as novas feições que ela mesmo vai adquirindo ao longo do tempo. Longe de ser um produto acabado, trata-se de um proceso, cujo desenlace permanece sempre incerto.

## **2. A QUESTÃO DAS REDES**

No primeiro capítulo desta dissertação, partiamos do pressuposto de que o discurso de redes possuía uma tríplice dimensão. A primeira enquanto estratégia dos atores coletivos da sociedade civil, e a segunda enquanto categoria analítica e metodológica.

Em um segundo momento, a categoria de redes nos forneceu os elementos necessários para construir a tipologia da prática política de redes. É a partir deste modelo, que procuramos evidenciar as mudanças de posicionamento político do CEDEP.

Como conclusão, buscamos comprovar não só que se podia demonstrar mudanças na entidade, mas que elas se aproximavam das tendências expostas naquele modelo ideal (prática política de redes). Além disso, demonstramos que o discurso de “redes”, expresso através do tema das parcerias, era ainda um dos valores a direcionar este processo.

Como conclusão final, podemos dizer que o discurso e as novas práticas surgidos no CEDEP, se aproximam, de fato, do modelo que havíamos proposto como guia da pesquisa: o modelo ideal de prática política de redes.

Neste momento, porém, gostaríamos de avançar ainda algumas considerações em relação ao tema. Para tanto, levaremos em consideração tanto o conceito de “redes sociais” como o conceito de “redes de movimentos”.

A riqueza das **redes sociais** que sustentam o trabalho do CEDEP já foi demonstrada quando analisamos as diversas “comunidades” de atuação da ONG. Vimos também como estas redes foram sendo construídas ao longo de toda a década de 80 e 90, especialmente devido à penetração da igreja popular nas áreas periféricas da cidade. Trabalhando em especial as carências materiais destas áreas, e despertando o senso de organização das populações (com base em sua matriz religiosa), o CEDEP motivou importantes ações de reivindicação e de conquista da terra.

Todavia, com o declínio da matriz política da teologia da libertação, a ONG parece viver um momento de dilema. Embora o discurso tenha perdido a hegemonia enquanto diretriz política do CEDEP, continua a servir como uma das bases para sua inserção junto às comunidades. Porém, mesmo no âmbito das comunidades não é mais o problema das carências materiais o princípio aglutinador da organização política. Isto os membros do CEDEP deixaram bastante claro. A desagregação do setor de organização comunitária, entre outros fatores, parece dever-se também a este motivo.

Construídas com base nas áreas carentes da cidade e motivadas por um discurso de matriz político-religiosa, poderíamos falar de um risco de desagregação das redes sociais nos quais o CEDEP está inserido? A conclusão nos parece apressada. Todavia, ela chama a atenção para a necessidade que a ONG ainda sente de remodelar a “identidade política” que parece sustentar estas redes sociais.

Embora não tenhamos tido tempo de examinar a questão com maior profundidade, parece estar havendo na ONG a construção de outros parâmetros de definição de identidades coletivas. Nas falas de seus membros, além da constatação de um certo esgotamento das necessidades materiais enquanto princípio de motivação para a ação política, alguns elementos novos aparecem nas entrelinhas. Entre eles, um nos chamou a atenção: a questão da identidade étnica!

Morros, periferia, comunidades de base! O que estes termos definiam era uma rede social fundada na condição de excluído dos bens materiais da cidade, especialmente a terra. Mas, uma vez “assentados” e com condições mínimas de vida, outras necessidades e carências são despertadas. Aparece então o “negro” e o “caboclo”. Sua exclusão, mais do que material está fundada em sua condição social e étnica. Sua exclusão não está apenas no bolso, mas na cor!

Como conclusão de nossa reflexão, gostaríamos de fixar dois elementos. Em primeiro lugar, a constatação de que a “rede católica popular” vive um momento de declínio, dada a erosão das premissas que fixavam sua continuidade. Percebida pela ONG, existe a tendência na entidade em buscar novos rumos e valores que dêem sentido e sustentação a estas redes. É o que parece indicar a preocupação em torno da identidade étnica das populações dos morros. O que demonstra, entre outras coisas, a capacidade da ONG em perceber os desafios do momento e buscar encaminhar novas saídas para os problemas constatados.

Mas, o que dizer do CEDEP na **rede de movimentos**, ou mesmo na sociedade civil?

Em nosso segundo capítulo, buscamos demonstrar como há na América Latina, um processo pelo qual as ONGs constroem uma identidade própria e tornam-se um dos principais atores da sociedade civil. Neste processo, as ONGs primam especialmente por colocar entre seus objetivos primordiais o fortalecimento da sociedade civil. Neste

sentido, a construção de redes dos mais diversos tipos torna-se um dos elementos centrais para a compreensão destas entidades.

No CEDEP, o mesmo processo de abertura pode ser verificado. Aos poucos, a entidade constrói sua identidade enquanto ONG e passa a atuar como uma articuladora de outras entidades na viabilização de seus projetos. Suas articulações a nível internacional e as parcerias com outros atores locais são os maiores indicativos desta tendência. Nestes intercâmbios, pode-se perceber a existência de uma verdadeira “rede de movimentos”, que contribui assim para o fortalecimento da sociedade civil de Florianópolis.

Deste modo, o CEDEP exerce um verdadeiro papel de mediação entre suas comunidades alvo e outros atores da sociedade civil. Vimos como o CEDEP procurou articular o seu trabalho nas periferias com diferentes atores. Em nível local, seu papel no processo de ação da cidadania constitui um de seus melhores exemplos. Em nível global, ele se encontra conectando com o movimento inter-cultural italiano. Isto indica que há, efetivamente, nesta ONG, a intenção e a iniciativa de interligar as redes nas quais ela está inserida, com outras redes. Embora haja alguns fatores que limitem este processo, podemos afirmar que se trata não só de um valor fundamental do CEDEP, mas uma tendência efetiva e real de sua ação política.

Naturalmente, o processo de costura entre estas diferentes redes e o modo como ela contribui para o fortalecimento da sociedade civil necessitaria de uma pesquisa mais ampla. Por ora, basta-nos indicar a tendência dos atores da sociedade civil neste sentido. E por outro lado, indicar ainda o papel chave que as ONGs exercem nesta tarefa. Entre estas ONGs, o CEDEP apresenta claros sinais que apontam nesta direção.

### **3. ENTRE O MUNDO DA VIDA E O ESPAÇO PÚBLICO**

Em nossa introdução, ao discutirmos acerca do “status questionis” em relação ao tema dos movimentos sociais, chamávamos a atenção para a polarização que cerca este

campo de estudos. Assim, para determinados autores (vide-se Boschi (1987) e Jacobi, (1993) a título de exemplo) caberia aos movimentos sociais avançar de uma “cultura de oposição” para uma “cultura propositiva”. Em outros termos, trata-se de “institucionalizar” os movimentos sociais, como ainda sugere Cardoso (1994, p. 83) em suas reflexões:

*A segunda fase, a da institucionalização (grifo nosso), ocorre num outro contexto político. (...). Ela corresponde mais ou menos ao começo do “processo de redemocratização” - entre aspas, pois não sei se nós chegamos até o fim deste processo até agora - quando o sistema político começa a abrir novos canais de comunicação até então parcialmente bloqueados. (...). Cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro. Começa a haver uma outra forma de participação que leva esses movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas.*

Para fugir a esta polarização em torno da questão Estado x movimentos sociais, fizemos a opção por um conceito teórico mais amplo: o conceito de sociedade civil, conforme as formulações de Cohen e Arato. Ao contrário do que propõe a vertente anterior, não se trata de incorporar a esfera dos movimentos sociais à realidade do Estado. De acordo com esta segunda abordagem, o Estado e a sociedade civil compreendem processos políticos diferenciados. Neste sentido, o Estado é um ator sistêmico no qual se desenvolve a luta por posições que assegurem a capacidade de dispor do poder administrativo. Já na sociedade civil, regida pela lógica da solidariedade, a política passa a ser entendida como um processo de argumentação racional orientado para a consecução de uma forma boa e justa de ordenação da vida social.

Com base nestas diretrizes, Costa (1997a, p.183) esclarece que a especificidade dos atores da sociedade civil é justamente o seu ancoramento nas estruturas comunicativas, cujos problemas são canalizados para a esfera do estado. Nas palavras do autor:



*Aos atores da sociedade civil é atribuída, portanto, neste construto [trata-se do conceito de sociedade civil], um papel duplo que reflete o caráter bidimensional destes sujeitos. A condensação de “situações problema” percebidas na vida cotidiana corresponde à dimensão defensiva de tais atores. Trata-se aqui da preservação e ampliação da “infra-estrutura comunicativa” do mundo da vida e da produção de esferas públicas alternativas. Com a canalização dos problemas tematizados na vida cotidiana à esfera pública, ativa-se a dimensão ofensiva dos atores da sociedade civil.*

As ONGs, tais como os movimentos sociais, estão inseridas na mesma lógica. Como atores da sociedade civil, possuem esta dupla dimensão. Ora, ao propor a “institucionalização” dos atores da sociedade civil, a vertente institucionalista comete o equívoco de considerar apenas a dimensão ofensiva destes atores, em detrimento de sua dimensão defensiva. Todavia, como esclarece Costa (1997b, p. 12):

*O caráter diferencial e renovador da ação dos movimentos sociais [ e das ONGs] reside precisamente na sua institucionalidade distinta (mais flexível e informal) e em seu ancoramento nos processos primários de reprodução social. Sua contribuição encontra-se na possibilidade de tornar conhecidas demandas e questões que emergem nas franjas dos núcleos institucionais de discussão e deliberação.*

Note-se que o autor afirma textualmente que a novidade dos atores da sociedade civil estaria justamente na “institucionalidade distinta”, que o mesmo define como mais flexível e informal. Como não reconhecer aqui uma afinidade com as redes de movimentos? Na continuidade do texto, o autor volta a sustentar que (idem, p. 12-13) “a única base possível de legitimação para a participação das associações civis nos processos de proposição política (...) é, exatamente, seu enraizamento nas teias sociais de resistência”.

Portanto, ao explicar a transição das práticas políticas do CEDEP, voltamos a assumir estas premissas teóricas. Para o CEDEP, não se tratava de abandonar sua íntima vinculação com as redes sociais em nome da participação política institucionalizada. Pelo

contrário, tratava-se de preservar as raízes de suas redes sociais e integrá-las a outros atores da sociedade civil.

Ao fazê-lo, o CEDEP contribui para a “preservação e ampliação da infra-estrutura comunicativa do mundo da vida e a produção de esferas públicas alternativas”. É justamente aqui que desejamos situar a prática política de redes (do CEDEP) em relação ao conceito de sociedade civil. Ao elaborar uma nova estratégia de inserção na sociedade, e privilegiar a formação de redes, o CEDEP possibilita um fortalecimento da sociedade civil em três aspectos. Como esclarece Costa (1997a), trata-se tanto da produção de esferas públicas alternativas, a ampliação de problemas tratados publicamente como ainda a ampliação das possibilidades comunicativas ancoradas no mundo da vida.

As redes de movimentos, nos quais as ONGs representam “elos” fundamentais, contribuem assim para a consolidação do espaço público e, conseqüentemente, para o fortalecimento da democracia. Pois, como esclare Avritzer, de acordo com a teoria habermasiana (1995, p. 21):

*a democracia se constitui em um fluxo de comunicação que tem o seu início nas redes de comunicação da esfera pública. Os acordos políticos desses processos são legalmente institucionalizados e administrativamente implementados. (...) a democracia, nessa acepção, é estruturalmente dependente das redes de comunicação existentes na esfera pública, redes essas que estabelecem a direção do processo de produção de poder nas sociedades democráticas.*

#### 4. LIÇÕES DA PESQUISA

Finalmente, chegamos ao final de nossa história! Caminho percorrido, é hora de olhar para trás e analisar os passos dados. Colher as tão imperiosas lições da vida. Com certeza, o período desta pesquisa está repleto delas, e estas páginas não comportariam todas as reflexões. Porém, algumas são fundamentais para aquele que estreia seus

primeiros passos como pesquisador. Por isso, gostaríamos de dedicar algum espaço a expor algumas idéias.

Em primeiro lugar, a realização desta pesquisa nasceu de uma simpatia. O desejo de conhecer a realidade da igreja popular em Florianópolis. Vimos que com o tempo este trabalho se alterou profundamente, e alcançou contornos próprios. Esta, talvez, tenha sido a maior contribuição para o autor. Ele, obrigado a tomar a distância que a objetividade lhe exige, teve de constatar este caminho e refletir sobre ele. Tarefa difícil para quem já esteve envolvido, de alguma forma, com a “pastoral popular”. Nos caminhos do CEDEP, um pouco de sua história também parecia refletir-se. Os desafios do CEDEP, de alguma forma, também já fizeram parte de seus dilemas pessoais.

Assim, durante um ano e meio, sempre procurando aliar a simpatia e a objetividade, pudemos acompanhar a vida e as atividades do CEDEP. Mais do que os resultados desta pesquisa, fica ainda uma outra lição. Lição ensinada por seus próprios membros. Lição de quem faz da construção da cidadania o objetivo maior de sua vida. Que sonha por um mundo emancipado. E que, acima de tudo, procura lutar por ele. Por isso, “sentir com ele” (simpatizar!) estas mesmas preocupações foi um dos passos fundamentais de nossa pesquisa. Porém, mais do que isso, foi também uma de suas lições fundamentais.

Mas, como já frisamos, procuramos analisar este “campo” com o olhar do pesquisador. Um “olhar de fora”, como comentava um de seus membros. E, para buscar esta objetividade, fomos buscar recurso na categoria analítica de redes de movimentos. Depois de apresentar os seus diversos aspectos, procuramos adaptá-la à realidade das ONGs. É deste processo que nasceram nossos instrumentos teóricos fundamentais: os tipos ideais de prática política basista e prática de redes.

Como lição fica a tentativa, fundamental nesta pesquisa, de adequar este conceito à realidade específica de um objeto empírico (o CEDEP). De fato, construído para entender as diversas articulações entre os atores da sociedade civil (para explicar a formação dos

movimentos sociais), este conceito sofre aqui uma reformulação bastante específica. É aplicado ao estudo de caso de um único ator: uma ONG! O detalhe porém, é que busca-se entender a “dinâmica” pela qual esta ONG procura inserir-se na construção da rede de movimentos. Daí termos elegido este conceito como nosso recurso analítico fundamental.

Do mesmo modo, o conceito de sociedade civil de Cohen e Arato exerce em nosso trabalho um papel fundamental. Em primeiro lugar, como marco teórico no qual a abordagem de redes é ancorada. Em segundo lugar, como categoria explicativa, ao situar os atores da sociedade civil dentro de uma esfera específica da vida social, em que sua atuação se torna inteligível. Conciliar ambos os marcos teóricos (as redes como forma de construção da sociedade civil) de modo a que ambos se tornassem operativos em nossa pesquisa, foi um de nossos desafios e lições importantes.

Com certeza, deixamos lacunas, que esperamos possam ser preenchidas por outras pesquisas. Assim, não só a articulação dos atores da sociedade civil poderia ser contemplada de um ângulo global, mas também seu impacto sobre a própria sociedade com um todo poderia ser indicada. É um dos principais recursos pelos quais a categoria “redes” ainda merece ser explorada.

Todavia, passo a passo e pouco a pouco, fizemos caminho! Os resultados deste caminho, por ora, aqui se acham retratados. O que esperamos, é que eles contribuam para a elucidação da realidade social, tarefa maior da sociologia. E que, de algum modo, sirvam para a reflexão de “novos caminhos” e “novas práticas” que, nos caminhos da sociedade civil, começam a despontar.

## GLOSSÁRIO

ABONG: Associação Brasileira de Associações Não-Governamentais

ABVP: Associação Brasileira de Vídeo Popular

ADITEPP: Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos

ASA: Ação Social Arquidiocesana

AOD: Ajuda Oficial para o Desenvolvimento

CAPROM: Centro de Apoio e Promoção ao Migrante

CEAS: Centro de Estudos e Ação Social

CEBI: Centro de Estudos Bíblicos

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análises e Planejamento

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CECA: Centro de Estudos, Capacitação e Assessoria

CEDAC: Centro de Ação Comunitária

CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEDEP: Centro de Educação e Evangelização Popular

CEE: Comunidade Econômica Européia

CEPIS: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae

CESE: Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CESEP: Centro Sergipano de Educação Popular

CIDIS: Centro de Informação, Documentação e Iniciativas para o Desenvolvimento

CNNB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUT: Central Única dos Trabalhadores

ETAPAS: Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social

FASE: Federação de órgãos para assistência social e educacional

FEBE: Fundação Educacional de Brusque

GAPLAN: Gabinete de Apoio e Planejamento

IBASE: *Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas*

IDAC: Instituto de Ação Cultural

IPUF: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

ISER: Instituto de Estudos da Religião

ITESC: Instituto de Teologia de Santa Catarina

LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social

MCE: Movimento de Cooperação Educativa

MNMMR: Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

NOVA: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação

NAPE: Núcleo de Apoio Pedagógico

ONG: Organização Não-Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

OP: Orçamento Participativo

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

TMR: Teoria da mobilização de recursos

TNMS: Teoria dos novos movimentos sociais

UCBC: União Cristã Brasileira de Comunicação Social

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

UFECO: União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONG. A participação popular nos conselhos de gestão. **Cadernos ABONG**. São Paulo, n. 15, 1996a.
- O que esperamos dos governos municipais. **Jornal da ABONG**. São Paulo, 1996a.
- Novas teias de relações. **Jornal da ABONG**. São Paulo, 1996b.
- ALAST (Asociación Latinoamericana de sociologia del trabajo). **Revista latinoamericana de estudios del trabajo**. Rio de Janeiro: ALAST, 1997.
- ALATORE, Gerado e AGUILAR, Jasmine. La identidad y el papel de las ONGS en el ambito rural. **Revista Mexicana de Sociologia**, México, n.2/94, p. 159-164, 1994.
- ALEXANDER, Jeffrey. Aspectos não-civis da sociedade: espaço, tempo e função. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.33, p. 169-180, 1997.
- ALVAREZ, Sônia e DAGNINO, Evelina. **Para além da democracia realmente existente: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos**. Caxambú: mimeo, 1995.
- ARATO, Andrew. Uma reconstrução da teoria hegeliana da sociedade civil. In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 41-80.



----- Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 27, p. 18-27, 1995.

ARATO, Andrew e COHEN, Jean. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.

----- Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 147-182.

AVRITZER, Leonardo. Para além da dicotomia estado/mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 36, p. 213-222, 1993.

----- Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 269-308.

----- **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995a.

----- Cultura política, atores sociais e democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 28, p. 109-122, 1995b.

----- **A moralidade da democracia**. São Paulo: perspectiva, 1996.

----- Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**. São Paulo, n.39, p. 149-176, 1997.

BARROS, Flávia Lessa de. Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.11, n.1, p. 121-138, 1996.

BERNARDES, Ernesto e NANNE, Kaire. O Brasil organizado funciona. **Revista Veja**. São Paulo: Abril Cultural, 09.02.1994, p. 70-77.

BENAKOUCHE, Tamara. **De fluxos e nós: as propriedades das redes**. Florianópolis: mimeo, 1997.

BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**. São Paulo, n. 33, p. 05-16, 1994.

Frei BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: brasilense, 1981.

BITTAR, Jorge (org.) **O modo petista de governar**. Caderno Especial de Teoria e Debates. São Paulo: Teoria e Debates, 1992.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

----- **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

----- **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995.

----- **Estudos sobre Hegel: direito, sociedade civil e família**. São Paulo: Brasiliense, 1996a

----- **A era dos direitos**. São Paulo: Papyrus, 1996b.

BOFF, Clodovis e PIXLEY, Jorge. **Opção pelos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1987.  
(Coleção teologia da libertação).

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

BUCCI-GLUKSMANN, Christiane. **Gramsci e o estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, Maria do Carmo. **Redes de movimentos sociais: uma perspectiva para os anos 90**. Campinas: mimeo, 1996

CALHOUM, Craig. **Habermas and the public sphere**. Cambridge: Mit Press, 1993.

CAMPOS, Maria M.M.C. As organizações não-governamentais e a educação pré-escolar. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n.67, p.17-22, 1988.

CANELLA, Francisco. **A UFECO e o movimento dos sem-teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade**. Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em sociologia política) - Universidade Federal de Santa Catarina.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 81-90.

CARPIO, Maria Luz Ortega. **Las ONGD y la crisis del desarrollo: un análisis de la cooperación con centroamérica**. Madrid: Iepala, 1994.

CASTILLO, Mario Padron. **Cooperacion al desarrollo y movimiento popular: as asociaciones privadas de desarrollo.** Lima: DESCO, 1982.

CARVALHO, Maria do Carmo. **Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90.** Campinas: mimeo, 1996.

CHAPELA, Gonzalo. **Seis problemas en el surgimiento y evolución de las organizaciones no gubernamentales de desarrollo.** Lima: IRED, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. **Lua Nova.** São Paulo, n. 27, p. 1993

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos.** São Paulo, n. 38, p. 38-52, 1994.

----- A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Lua Nova.** São Paulo, n.36, p. 55-65, 1995a.

----- Atores da sociedade civil e participação política: algumas restrições. **Cadernos do CEAS.** Salvador, n. 155, p. 61-75, 1995b.

----- Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Lua Nova.** São Paulo, n. 47, p. 179-192, 1997a.

----- **Entre o espetáculo e o convencimento argumentativo: movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais.** Florianópolis: mimeo, 1997b.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CUNHA SOUZA, Aurila Eurípede Carneiro da. **Viva Rio, violência e redes movimentalistas: uma reflexão sobre a psicologia social comunitária**. São Paulo, 1996. (Dissertação de mestrado): Dissertação (Mestrado em psicologia social) - Pontífica Universidade Católica de São Paulo.

DABÁS, Elina e NAJMANOVICH, Deninse. **Redes, el linguagem dos vínculos: hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil**. Buenos Aires: Paidós, 1995.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELLA CAVA, Ralph. A igreja e a abertura. In: STEPAN, Alfred (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: autores associados, 1995.

DEROY-PINEAU, F. Reseaux sociaux et mobilization de ressources. In **Le clair obscur des reseaux: revue pour**. Paris: Ed. L'Hartmann, n. 132, , p. 119-129, dez. 1991.

DIAS, Leila Cristina. Redes: emergência e organização. In: CORREA, R. (org). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70.** Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ETAPAS (Equipe técnica de assessoria, pesquisa e ação social). **ONGs e poder local.** Recife: própria, 1993.

FANTIN, Maristela. **Construindo cidadania e dignidade.** Florianópolis: Insular, 1997.

FELDMAN-BIANCO (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.

FERNANDES, Rubem César. Sem fins lucrativos. In: LANDIM, Leilah. **Sem fins lucrativos.** Rio de Janeiro: ISER, 1998 (cadernos do ISER no 20).

FERNANDES, Rubem César e CARNEIRO, Leandro Carneiro. **ONGs ano 90: a opinião dos dirigentes brasileiros.** Rio de Janeiro: ISER, 1991 (série textos de pesquisa 1).

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relumê-Dumára, 1994.

FERREIRA et alli. Os movimentos sociais. In **Sociologia.** Lisboa: MacGraw-Hill, 1995, p. 453-477.

FREY, Klaus. Crise do estado e estilos de gestão municipal. **Lua Nova.** São Paulo, n. 37, p. 107-138, 1996.

FRANZONI, Tereza Mara. **As perigosas relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina.** UFSC, 1995. Dissertação (Mestrado em sociologia política) - Universidade Federal de Santa Catarina).

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: UNESP, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **ONGs: parceria e educação popular.** Campinas: GEMDEC, 1994.

----- **Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil dos anos 90.** Caxambú: mimeo, 1995.

----- A ação da cidadania contra a miséria e pela vida: ou quando a fome se transforma em questão nacional. In: GAIGER, Luiz Inácio (org). **Formas de combate e resistência a pobreza.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996, p. 23-58

GRANOVETTER, M. The Strength of weak ties. **American Journal of sociology.** v. 78, n.6, 1973.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la accion comunicativa.** Madrid: Taurus, 1987, 2 v.

----- Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. **Novos Estudos.** São Paulo, n.26, p. 100-113, 1990.

- Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**. São Paulo, n. 36, p. 39-54, 1995.
- Uma conversa sobre questões da teoria política. **Lua Nova**. São Paulo, n. 47, p. 85-102, 1997.
- HADDAD, Fernando. Habermas: herdeiro de Frankfurt? **Novos Estudos**. São Paulo, n. 48, p. 67-84, 1997.
- HENNING, C. e LIEBERG, M. **Strong ties or weak ties?** Neighbourhood networks in a new perspective. XIII World Congress of sociology, 1994.
- HONIGMANN, John. **Handbook of social and cultural anthropology**. Chicago, 19??, p. 717-745.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JELIN, Elizabeth. ¿Ciudadanía emergente o exclusión? Movimientos sociales y ONGs em los años noventa. **Revista Mexicana de Sociología**. México, n.4/94, p. 91-108, 1994.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KEANE, John. **Democracy and civil society**. Londres: Verso, 1988.
- KHOURI, Yara (coord.). **Guia de pesquisa: igreja e movimentos sociais**. São Paulo: PUC/ CEDIC, 1991. (Memória documentação e pesquisa, 1).



KLANDERMAS, P. Bert. La union de lo "viejo" com lo "nuevo": el entramado de los movimientos sociales em los países bajos. In: DALTON, Russel e KUECHLER, Manfred. **Los nuevos movimientos sociales: um reto al orden político**. Valência: Edicions Alfons el Magnánim, 1992, p. 173-191.

KOGA, Dirce Haure Ueno. **O tecer-se das ONGs**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em serviço social) - Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

KORTEN, David. **Getting to the 21st Century: voluntary action and the global agenda**. West Hartford: Kumarian Press, 1990.

KRISCHE, Paulo e MAINWARING, Scott. **A igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: LPM, 1986.

LANDIM, Leilah. **Sem fins lucrativos: organizações não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

----- **Para além do mercado e do estado?** Rio de Janeiro: ISER, 1993a. (Série textos de pesquisa).

----- **A invenção das ONGs: do serviço invisível a profissão sem nome**. Rio de Janeiro, 1993b. Tese (Doutorado em antropologia social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2 v.

LANDIM, Leilah e COTRIM, Leticia L. **ONGs, um perfil: cadastro das filiadas à associação brasileira de ONGs (ABONG)**. São Paulo: ABONG, 1995.

LECHNER, Norbert. Reforma do estado e condução política. **Lua Nova**. São Paulo, n.36, p. 33-56, 1996.

- LEIS, Hector Ricardo. **Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial.** In: **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1995, p. 15-44.
- LOIOLA, Elisabeth e MOURA, Suzana. **Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais.** In: FISCHER, Tânia (org. ). **Gestão contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 53-68.
- LUCHMANN, Lígia **Cotidiano e democracia na organização da UFECO.** Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em sociologia política) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- MACHADO, Simone. **O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática.** Florianópolis, 1990. Dissertação (Mestrado em sociologia política) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasi.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARSHALL, Tomas H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Beatriz Araújo. **Los bastidores de las organizaciones no gubernamentales de desarrollo.** Lima: DESCO, 1989.
- MARWELL, G. e OLIVER, P. **Social networks and collective action: a theory of the critical mass.** *American Journal of sociology.* v.94, n.3, 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O Capital**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v.1, L.1, 1994.

MENEZES, José Eugenio de Oliveira. **ONGs: as organizações não-governamentais e seus sistemas de simbologia política**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MELLUCCI, Alberto. Um objeto para os movimentos sociais. **Lua Nova**. São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MICHNIK, Adam. A new evolutionism. In **Letters from prison**. Berkeley: University of California, 1985.

MOLLER, Alois. Organização popular e clientelismo. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 133, p. 35-50, 1991.

MONTENEGRO, Maria Thereza T. **Uma organização não-governamental feminista: o mulhero**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em psicologia social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MOURA, Alexandrina de Souza. **Organizações Não-Governamentais: das ações locais às políticas públicas**. Caxambú: mimeo, 1995.

MULLER, Kátia Terezinha. **Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais**. Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em sociologia política) - Universidade Federal de Santa Catarina.

NERFIN, Marc. As relações entre ONGs - agências da ONU - governos: desafios, possibiliddes e perspectivas. In: **Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992, p. 95-118.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. Para uma governabilidade progressiva. **Lua Nova**. São Paulo, n.36, 1995, p. 105-128, 1996.

OFFE, Claus e WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classes social e forma organizacional. In: OFFE, Claus (org). **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA NETO, Valdemar. As ONGs e o Fundo Público. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992, p. 150-164.

ONORATI, Antonio. O mar de histórias ou o império do blá-blá-blá. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992, p. 75-94.

PADRON, Mario Castillo. Las asociaciones privadas de desarrollo. In: **Cooperación al desarrollo y movimiento popular**. Lima: DESCO, 1982, p. 15-25.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995, p. 24-55.

PELIANO, Ana M. T. M. e RECINE, Elisabetta. **O novo padrão de gerenciamento do setor público: o papel das organizações paragovernamentais no atendimento alimentar das populações mais pobres do Distrito Federal**. Brasília: mimeo, 1990 (relatório parcial).

PIACENTINI, Telma. **O morro da Caixa D'água**. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em sociologia política) - Universidade Federal de Santa Catarina.

PONTUAL, Pedro. **Os centros de educação popular na conjuntura brasileira (1964-1986)**. São Paulo: CEPIS, 1986.

RANDOLPH, Rainer. **A rede como integração da diversidade: o desafio na análise de múltiplas articulações de processos locais**. Salvador. VI Colóquio sobre poder local: mimeo, 1994.

----- **O planejamento comunicativo é possível?** Indagações e reflexões sobre novas formas de articulação entre espaço, estado e sociedade no Brasil. Caxambú: mimeo, 1995.

RESTREPO, Luís Alberto. A relação entre a sociedade civil e o estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. **Tempo social**. São Paulo: USP, 1990, n.2, v.2, p. 61-99, 1990.

REVISTA TEMPO E PRESENÇA. **Poder local: espaço para cidadania**. São Paulo: Koinonia, n.287, 1996.

ROSENTAL, N. et alli. Social movements and networks analysis: a case study of nineteenth-century movements womens reform in New Iork States. **American Journal of sociology**. v. 90, n. 5, 1985.

ROSEMBERG, Fúlvia e FERREIRA, Isabel M. **Bibliografia anotada: organizações não-governamentais e congêneres que atuam nos setores infância e adolescentes, pobres, saúde e nutrição**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

- ROSSIAUD, Jean. **MoNdernisation et subjectivacion**: éléments pour la sociologie des mouvements sociaux. Florianópolis: mimeo, 1997.
- RUIZ, Carlos Cortés. Las organizaciones no gubernamentales: un nuevo actor social. **Revista Mexicana de Sociologia**. México, n. 2/94, p. 149-157, 1994.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. **O anjo torto**: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAID, Magnólia Azevedo. O papel das ONGs na avaliação de políticas públicas e de projetos de desenvolvimento. **Jornal da ABONG**. São Paulo: ABONG, n.12, 1994, p. 09-10.
- SALOMON, Lester M. ANHEIER, Helmut. In search of non-profit sector: the question of definitions. **Voluntas (Internacinal Journal of voluntary and non-profit organizations)**. Manchester, n.3/2, p.125-151, 1992.
- SANDOVAL, Godofredo. **Organizaciones no gubernamentales de desarrollo, planificacion y evaluación**. La Paz: UNITAS, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 115-134.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multi-cultural dos direitos humanos. **Lua Nova**. São Paulo, n.39, p. 105-124, 1997.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Atica, 1987

SILVA, Ana Amélia. Do privado para o público: ONGs e os desafios da consolidação democrática. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 136, p. 36-46, 1993.

SILVA, Márcio Bolda da. Ética da libertação ou moralismo? **Revista da FEBE**. Brusque, n.1, 1996, p. 11-22.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A ética nas relações entre as ONGs, estado e sociedade**. São Paulo: mimeo, 1994.

SOUZA CUNHA, Aurila Eurídice Carneiro da. **Viva Rio, violência e redes movimentalistas: uma reflexão sobre a psicologia social comunitária**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em psicologia social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Herbert de. As ONGs na década de 90. In: **Desenvolvimento, cooperação internaional e as ONGs**. Rio de Janeiro: PNUD, 1992, p. 140-144.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos**. São Paulo: Loyola, 1993a.

----- **Sujeitos emergentes: práticas e valores**. Brasília: CNBB, 1993b. (2a semana social brasileira).

----- Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, n. 3, jul/set 1994.

----- As ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1995a, p. 161-180.

----- Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. **Cadernos de pesquisa**. Florianópolis: UFSC, n. 5, 1995b.

----- **Organizações voluntárias de Florianópolis**: cadastro e perfil do associativismo civil. Florianópolis: Insular, 1996a.

----- Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização. **Sociedade e Estado**. Brasília, vol XI, n. 01, p. 139-148, 1996b.

----- **ONGs: os novos atores da aldeia global**. Caxambu: mimeo, 1996c.

----- **Redes e espaços virtuais**: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação. Florianópolis: mimeo, 1997.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das cebs no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Cidadania e poder local. In **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 136, p. 46-58, 1991.

----- A emergência da sociedade civil no poder local. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 144, p.48-58, 1993.

----- O orçamento público como instrumento político. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 149, p. 16-30, 1994a.

----- Ações coletivas e poder local: um mapeamento. **Cadernos do CEAS**. Salvador: CEAS, n. 154, p. 22-43, 1994b.



----- **Sociedade civil e espaço público.** uma experiência de participação cidadã. Caxambú: mimeo, 1995.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-102.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

----- **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

VIOLA, Eduardo. **Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas: ed. da UNICAMP, 1996, p.15-66.

WALZER, Michael. The ideal of civil society. **Dissident.** Primavera de 1991.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In COHN, Gabriel (org). **Weber.** 5.ed. São Paulo: Ática, 199, p.70-127. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.13).

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Cia das Letras, 1984.

WILLS, Frit. **NGOs and development in Brazil: an over-wie and analysis.** Hague: Institute of Social Studies Advisory Sevice, 1991.

WOLLFE, Allan. Tres caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs.** Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

## LISTA DE DOCUMENTOS

01. Discussão do Projeto Político do CEDEP. Florianópolis, 1995.
02. Estatuto do CEDEP. Florianópolis, 1987.
03. Estatuto do CEDEP. Florianópolis, 1992.
04. Fundo Municipal de Integração Social Florianópolis, 1993.
05. Livro de Atas das Reuniões do CEDEP. Florianópolis, 1996.
06. Planejamento Estratégico do CEDEP. Florianópolis, 1994.
07. Projeto Oficinas do Saber. Florianópolis, s.d.
08. Projeto de Alfabetização de Adultos. Florianópolis, 1995.
09. Relatório do setor de teologia popular. Florianópolis, s.d.
10. Relatório do setor de produção e abastecimento. Florianópolis, s.d.
11. Relatório do setor de educação popular. Florianópolis, 1993.
12. Relatório do setor de educação popular. Florianópolis, 1995.
15. Relatório do setor de assessoria às organizações comunitárias. Florianópolis, 1993.
16. Relatório do setor de assessoria às organizações comunitárias. Florianópolis, 1994.
17. Relatório do setor de assessoria às organizações comunitárias. Florianópolis, 1995.
18. Relatório da viagem para a Itália. Florianópolis, 1997.